



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO



JANIA SOLIDADE BARAUNA ALMEIDA

**CONTROLE SOCIAL DE RECURSOS EDUCACIONAIS:
a ação de atores sociais no programa Formação pela Escola no município
de Poções, Bahia**

VITÓRIA DA CONQUISTA-BAHIA
2022

JANIA SOLIDADE BARAUNA ALMEIDA

**CONTROLE SOCIAL DE RECURSOS EDUCACIONAIS:
a ação de atores sociais no programa Formação pela Escola no município
de Poções, Bahia**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino.

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Márcia Campos Pereira

**VITÓRIA DA CONQUISTA-BAHIA
2022**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**CONTROLE SOCIAL DE RECURSOS EDUCACIONAIS:
a ação de atores sociais no programa Formação pela Escola no município
de Poções, Bahia**

Autora: Jania Solidade Baraúna Almeida

Orientadora: Prof.^a Dra. Sandra Márcia Campos Pereira

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Sandra Márcia Campos Pereira
(Uesb) – orientadora;

Profa. Dra. Luzinete Barbosa Lyrio (Uneb)
membro 1 - examinadora externa;

Prof. Dr. Benedito Gonçalves Eugênio
(Uesb) membro 2 - examinador interno;

Profa. Dra. Nadja Maria Amado de Jesus
(Uneb) membro 3 - examinadora externa.

A447c

Almeida, Jania Solidade Barauna.

Controle social de recursos educacionais: a ação de atores sociais no programa

Formação pela Escola no município de Poções, Bahia. / Jania Solidade Barauna

Almeida, 2022.

112f. il.

Orientador (a): Dr^a. Sandra Márcia Campos Pereira.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Ensino – PPGEn, Vitória da Conquista, 2022.

Inclui referência F. 93 – 102.

1. Formação pela escola. 2. Políticas Públicas Educacionais. 3. Controle social. I. Pereira, Sandra Márcia Campos. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Mestrado Acadêmico em Ensino- PPGEn.

*Catálogo na fonte: **Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890***

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA PRÓ-
REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO
MESTRADO ACADÊMICO EM ENSINO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**CONTROLE SOCIAL DE RECURSOS EDUCACIONAIS: A AÇÃO DE
ATORES SOCIAIS NO PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA NO
MUNICÍPIO DE POÇÕES-BAHIA**

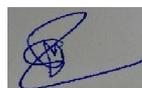
Autora: Jania Solidade Barúna Almeida

Orientadora: Profa. Dra. Sandra Márcia Campos Pereira

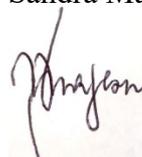
Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida por Jania Solidade Baraúna Almeida e aprovada pela Comissão Avaliadora.

Data: 28/07/2022

COMISSÃO AVALIADORA



Profa. Dra. Sandra Marcia Campos Pereira
(Orientadora)



Profa. Dra. Nadja Maria Amado de Jesus (UNEB)



Profa. Dra. Luzinete Barbosa Lyrio (UNEB)



Prof. Dr. Benedito G. Eugenio (UESB)

A Deus, por ser a força que me sustenta. A meus pais, José Inácio (in memoriam) e Maria, pelo privilégio da vida e por imprimir em mim princípios e valores que colaboraram para forjar a profissional e cidadã que hoje sou. A meus filhos, Víttor Inácio e Sofia, que sendo a minha inspiração faz de mim a sua inspiração. A Nivaldo, parceiro que sempre esteve ao meu lado no percurso desta caminhada.

AGRADECIMENTOS

A gratidão é reconhecida como uma experiência de agradecimento que envolve perceber e apreciar elementos positivos em nossa vida. Tal palavra deriva também de *gratia*, que em latim quer dizer graça. Desta forma, receber o carinho, apoio e compreensão de pessoas tão importantes em minha vida, de pessoas tão generosas que caminharam comigo, antes e durante o percurso desta investigação, sobretudo nos momentos mais difíceis foi realmente muito significativo para mim.

Agradeço primeiramente a Deus pela vida e por ter me sustentado até aqui.

A minha mãe Maria e ao meu pai José Inácio (*in memoriam*) que sempre me incentivaram para realização dos meus sonhos.

Ao meu querido esposo, Nivaldo, parceiro admirável, gratidão pelo apoio, incentivo e pelo orgulho que demonstra com as minhas conquistas, mas, sobretudo, pelo cuidado, paciência e zelo comigo e nossos filhos neste percurso. Agradeço também pela cerveja gelada dos finais de semana que trazia mais leveza para minha vida no processo do estudo.

Ao meu filho Víttor Inácio e minha filha Sofia, com perdão das ausências, por ser o motivo da minha existência e por serem tão compreensivos neste momento de realização pessoal.

Aos membros da família Barauna pela compreensão e incentivo nessa minha jornada. Por torcerem sempre pelas minhas conquistas e estarem comigo nos momentos alegres e difíceis.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ensino, pelas contribuições em minha formação.

Aos Membros da Banca de Qualificação e, posteriormente, de Defesa desta Dissertação de Mestrado, professores Benedito Gonçalves Eugênio, Nadja Maria Amado de Jesus e Luzinete Barbosa Lyrio que prontamente aceitaram o convite para participarem desse momento tão importante para a minha vida acadêmica. Gratidão pela generosidade, rigor e direcionamentos essenciais na pesquisa.

Agradeço aos colegas do grupo de orientação: Solange, Cymone, Gledson, Mydiam, Arlete, Ruth, Siméia, Relva e Isabel pelas valiosas contribuições.

As minhas amigas Solange Pires, Geneci, Renata e Miriam pela torcida e apoio que tanto precisei e por compartilhar comigo momentos alegres e difíceis no percurso desta investigação. Obrigada pelo incentivo e partilha de experiências.

Por fim, agradeço, muito gentilmente, à minha orientadora, professora Sandra Márcia Campos Pereira, por ter me acolhido com carinho e ter acreditado na minha capacidade de realizar esta pesquisa. Os seus ensinamentos ficarão sempre no meu coração. Obrigada pela amizade e pelo carinho dispensado a mim quando cheguei ao mestrado. Meu profundo agradecimento pela confiança e estímulo à caminhada. Saiba que a sua contribuição em minha vida vai muito além desta dissertação.

RESUMO

A democratização da educação brasileira, a partir de 1988, contribuiu para a produção de um conjunto de políticas públicas voltadas para formação e desenvolvimento dos profissionais da educação, com a preocupação, entre outras questões, de induzir e conduzir a inserção desses profissionais no monitoramento, fiscalização e execução dos recursos educacionais. É em tal contexto que emerge o programa Formação pela Escola (FPE). Tendo isso em vista, este trabalho possui como temática o programa Formação pela Escola, no período de 2017 a 2020, buscando compreender aspectos que permeiam a gestão democrática e controle social de recursos educacionais, tendo como ponto de partida a seguinte questão basilar: como o programa Formação pela Escola se constitui em um instrumento de governamentalidade? Para refletir sobre essa questão, o objetivo central foi, portanto, descrever como o programa Formação pela Escola se constitui em instrumento de governamentalidade. Como desdobramento desse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: a) Apresentar o procedimento de constituição do programa Formação pela Escola no âmbito nacional e no município de Poções-BA; b) Demonstrar o modo como as formações para os atores participantes do Formação pela Escola são ofertadas, acompanhadas e avaliadas; c) Descrever os discursos produzidos pelos textos legais (em âmbito nacional e municipal) e pelos atores envolvidos no Formação pela Escola no município de Poções sobre este programa. Esta pesquisa é de natureza qualitativa e se utiliza de teorizações foucaultianas para realizar análise dos dados como procedimento metodológico, cujo instrumento de coleta de dados envolve a utilização de entrevistas semiestruturadas. O *corpus* da pesquisa é formado pelas entrevistas realizadas com seis sujeitos, por documentos oficiais, além de estudo científico de sua área de abrangência. O *lócus* é o município de Poções, na Bahia. Os resultados sinalizam aspectos importantes, a saber: a) Com relação à instituição e condução do FPE em Poções, os discursos dos sujeitos apresentam íntima relação com o discurso oficial acerca do FPE no fortalecimento da gestão educacional; b) A relação entre os entes federados, no que tange ao regime de colaboração, apresenta pontos positivos, uma vez que houve, no processo de instituição, apoio e orientação do programa de apoio aos municípios; c) A contribuição do FPE está associada, em grande medida, à gestão educacional no espaço escolar, ficando a responsabilidade de fiscalizar junto ao poder público apenas com os conselhos; d) O FPE conseguiu articular a participação popular no que diz respeito à melhoria das práticas dos sujeitos em âmbito escolar, mas ainda não conseguiu promover a participação cidadã no monitoramento, avaliação, execução e fiscalização das políticas públicas educacionais junto à gestão municipal de Poções.

Palavras-chave: Formação pela Escola; Políticas Públicas Educacionais; Controle Social.

ABSTRACT

The democratization of education in Brazil in 1988 contributed to the establishment of set public policies aimed at training and developing educational professionals, with the concern, among other subjects, to introduce and conduct the insertion of these professionals through monitoring, supervision, and execution of the educational resources. It is in this context that emerges the Formation for School program. Thus, this work has as a theme the Formation for School program, developed from 2017 to 2020, searching to understand aspects that permeate democratic management and social control of educational resources, settling as a starting point the following fundamental question: How does the Formation for School program become an instrument of governmentality? Through this question, the main objective was to describe how the Formation for School program constitutes an instrument of governmentality. As a result, the aims were established according to the following specific purposes: a) Present the procedure for setting up the Formation for School program at the national level and in Poções City (State of Bahia); b) Demonstrate how the training is offered, monitored, and evaluated for the participants of the Formation for School program; c) Describe the speeches produced by legal texts (national and local) and by the participants of the Formation for School program, in Poções City, about this program. This research uses the qualitative method and the Foucauldian theories to perform analysis of data as a methodological procedure, whose data collection instrument involves the use of semi-structured interviews. The research *corpus* is formed by interviews with six subjects and official documents, in addition to a scientific study of its coverage area. The *locus* is Poções City (State of Bahia). The results indicate essential aspects: a) Regarding the institution and conduction of the Formation for School program in Poções City, the subjects' discourses are closely related to the official discourse about the Formation for School program in strengthening educational management; b) The relationship between the federated entities, about concerning the collaboration regime, has positive points, since there was, in the institution process, support and guidance of the support program for the cities; c) The contribution of the Formation for School program is, to a large extent, associated with the educational management in the school space, leaving the responsibility to inspect with the public power only with the councils; d) The Formation for School program managed to articulate popular participation about concerning to improving the practices of the subjects in the school environment, although it still failed to promote citizen participation in the monitoring, evaluation, execution, and inspection of public educational policies with the municipal management of Poções City.

Keywords: Formation for School; Public Educational Policies; Social Control.

LISTA DE TABELAS

| | | |
|-------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 1 – | População do Município de Poções, Bahia | 25 |
| Tabela 2 – | Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica do município de Poções por modalidade de ensino | 26 |
| Tabela 3 – | Número de matrículas por etapas de ensino (2020) | 26 |
| Tabela 4 – | Quantidade de produções acadêmicas por universidade e região | 31 |
| Tabela 5 – | Demonstrativo do Quantitativo de Cursistas de 2017 a 2020 | 72 |

LISTA DE QUADROS

| | | |
|-------------------|-------------------------------------------------------------|----|
| Quadro 1 – | Sujeitos da pesquisa | 28 |
| Quadro 2 – | Publicações Seleccionadas no site da BDTD e CAPES | 31 |
| Quadro 3 – | Documentos analisados | 35 |
| Quadro 4 – | Ação, circunscrição da ação e objetivo geral do Proam | 67 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|--------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| AVA | Ambiente Virtual de Aprendizagem |
| BDTD | Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações |
| CAAE | Certificado de Apresentação de Apreciação Ética |
| CAPES | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior |
| CB | Competências Básicas |
| CME | Conselho Municipal de Educação |
| CNE | Conselho Nacional de Educação |
| Coam | Coordenação de Apoio à Educação Municipal |
| Conae | Conferência Nacional de Educação |
| Cope | Coordenação de Projetos Especiais |
| CPE | Coordenação de Políticas Educacionais |
| CRFB | Constituição da República Federativa do Brasil |
| CSC | Controle Social para Conselheiros |
| EaD | Educação a Distância |
| FNDE | Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação |
| FPE | Formação pela Escola |
| Fundeb | Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação |
| Fundef | Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério |
| IAT | Instituto Anísio Teixeira |
| Ideb | Índice de Desenvolvimento da Educação |
| LDBEN | Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional |
| MEC | Ministério da Educação |
| NTE | Núcleo Territorial de Educação |
| PAR | Plano de Ações Articuladas |
| Pares | Projeto de Reestruturação de Secretarias Municipais de Educação |
| PCR | Plano de Carreira e Remuneração |
| PDDE | Programa Dinheiro Direto na Escola |
| PDE | Plano de Desenvolvimento da Escola |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PME | Plano Municipal de Educação |

| | |
|-----------|-----------------------------------------------------------------------|
| PNAE | Programa Nacional de Alimentação Escolar |
| PNATE | Programa Nacional de Transporte do Escolar |
| PNE | Plano Nacional de Educação |
| PNLD | Programa Nacional do Livro Didático |
| PPGEEn | Programa de Pós-Graduação em Ensino |
| Proam | Programa de Apoio à Educação Municipal |
| Progestão | Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| SEC/BA | Secretaria da Educação do Estado da Bahia |
| Sife | Sistema de Informação do Formação pela Escola |
| Simec | Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle |
| Siope | Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação |
| SMEP | Secretaria Municipal de Educação de Poções |
| Supav | Superintendência de Acompanhamento e Avaliação do Sistema Educacional |
| TCLE | Termo de Consentimento Livre e Esclarecido |
| Tisb | Território de Identidade Sudoeste Baiano |
| Uesb | Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia |
| Uneb | Universidade do Estado da Bahia |

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| INTRODUÇÃO | 15 |
| 1 PERCURSO DA PESQUISA: aspectos metodológicos inspirados nas teorizações e postulados foucaultianos | 19 |
| 1.1 Abordagem teórica | 21 |
| 1.2 O <i>lócus</i> da pesquisa | 24 |
| 1.3 Os sujeitos da pesquisa | 27 |
| 1.4 Procedimentos e dispositivos de análise | 28 |
| 1.4.1 Um mapeamento das produções científicas sobre o programa Formação pela Escola ... | 29 |
| 1.4.2 O <i>corpus</i> de análise | 34 |
| 1.4.3 Levantamento do referencial teórico | 34 |
| 1.4.4 Análise dos documentos | 34 |
| 1.4.5 Entrevistas | 36 |
| 2 POLÍTICAS PÚBLICAS: nuances a partir do programa Formação pela Escola | 39 |
| 2.1 Federalismo, Política pública e Política educacional | 41 |
| 2.2 Conhecendo o programa Formação pela Escola | 45 |
| 2.3 Gestão democrática da educação: um olhar a partir do programa Formação pela Escola | 49 |
| 2.4 Estrutura do programa Formação pela Escola e sua relação com o controle social de recursos públicos | 52 |
| 2.5 Visitando o programa Formação pela Escola ao longo de sua existência | 58 |
| 3 O programa Formação pela Escola como Instrumento da Governamentalidade | 63 |
| 3.1 Instituição do programa Formação pela Escola no município de Poções, Bahia ... | 65 |
| 3.2 Participação dos conselheiros no controle social de programas destinados à educação | 73 |
| 3.3 Controle social sob o olhar de atores sociais formados pelo programa Formação pela Escola | 78 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 87 |
| REFERÊNCIAS | 92 |
| APÊNDICES | 102 |
| Apêndice A – Roteiro de entrevista semiestruturada para professor | 103 |
| Apêndice B – Roteiro de entrevista semiestruturada para o diretor escolar | 104 |
| Apêndice C – Roteiro de entrevista semiestruturada para o coordenador/técnico da Secretaria Municipal de Educação | 105 |
| Apêndice D – Roteiro de entrevista semiestruturada para conselheiro(a) do Fundeb | 107 |
| Apêndice E – Roteiro de entrevista semiestruturada para o multiplicador regional do NTE 20 do programa Formação pela Escola | 108 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------|
| Apêndice F – Roteiro de entrevista semiestruturada para o representante da Secretaria Estadual de Educação da Bahia..... | 109 |
| ANEXOS | 110 |
| Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)..... | 111 |

INTRODUÇÃO

Com a Nova República instituída com a redemocratização do país nos anos de 1980, sobretudo após a promulgação da Constituição Federal em 1988, a participação da sociedade nas decisões políticas tem sido uma tônica no contexto brasileiro. O modo de governo instituído pelo Estado brasileiro, seguindo os princípios constitucionais, tem-se caracterizado pela diversidade de vozes presentes na elaboração, execução e avaliação das políticas públicas, por exemplo, indicando nova forma de regulação adotada pelo Estado. A criação de conselhos de controle social, a participação de atores políticos, sociais, estatais, empresários etc., no controle da ação dos governos (nas três esferas públicas) passa a ter visibilidade nas gestões de Fernando Henrique Cardoso, mas ganha grande relevância a partir das gestões do Partido dos Trabalhadores (PT), em que vozes, até então silenciadas ou com pouca visibilidade, passam a ecoar com mais força e a ocupar maior espaço no direcionamento das decisões que afetam a vida da população.

É nessa perspectiva que o programa Formação pela Escola (FPE) criado no cerne do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2006, tem por finalidade oferecer suporte para os cidadãos fiscalizarem, monitorarem, avaliarem e executarem as ações e projetos educacionais ofertados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) (BRASIL, 2012). Assim, o programa emerge trazendo em seu discurso a premissa de orientar a sociedade sobre as políticas públicas da educação, para que haja uma participação cidadã consciente e esclarecida das decisões que ocorrem no campo da educação (BRASIL, 2008).

Desse modo, o FPE instrumentaliza a sociedade ao ofertar formações e divulgar informações sobre as políticas públicas destinadas à educação, para que a comunidade conheça as ações, os projetos, os programas, bem como a atribuição desse programa na efetividade dos objetivos das políticas públicas no Brasil (PAZ; LINO; PRETI, 2018).

Considerando o formato e sua intencionalidade, podemos dizer que o FPE atua como mecanismo da gestão democrática educacional, pois traz direcionamentos sobre como utilizar os programas educacionais no cotidiano escolar, bem como o exercício do controle social, tendo como foco a participação da sociedade. A gestão democrática, portanto, se desvela nesse processo de participação e de controle social, relação esta que possibilita, também, a percepção de uma estreita ligação entre a democratização da educação e a promoção da participação social no campo educacional. Lembrando que a gestão democrática da educação, princípio assegurado no artigo 206, inciso IV, da Constituição Federal de 1988 e

regulamentada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação em 1996, legitima e fortalece o FPE.

A instituição do mecanismo do controle social de recursos destinados a políticas públicas se insere no contexto de mudança no modo de regulação exercido pelo Estado, em que a participação da sociedade, de diversas vozes, oferece maiores possibilidades de efetividade das políticas públicas, da fiscalização da aplicação dos recursos públicos, reduzindo a distância da burocracia estatal da implementação das ações do governo nos municípios, reafirmando a importância do Estado no período em que vivemos de endeuçamento do mercado em detrimento do Estado.

A escolha pela temática abordada neste trabalho está relacionada à importância de pesquisas sobre o tema no campo acadêmico e científico, e se justifica por trazer contribuições significativas para o enriquecimento das discussões e compreensão da efetividade ou não das ações direcionadas ao controle social dos recursos educacionais por meio das ações do FPE.

O interesse por essa temática advém, sobretudo, de minha¹ experiência profissional no campo educacional. Sou professora concursada da rede municipal de ensino de Poções desde 1999. Durante esse período participei de conselhos escolares e do conselho do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Atuei como vice-diretora por 1 ano em uma escola da zona urbana e como diretora escolar por 7 anos em uma unidade escolar da educação do campo, finalizando meu mandato de diretora em 2016. Foi enquanto diretora que tive meu primeiro contato com o FPE, em 2015, enquanto cursista.

Em 2017, fui convidada para exercer a função de coordenadora técnica na Secretaria Municipal de Educação de Poções (SMEP) e como tutora do FPE, função que atuei entre os anos de 2017 a 2020. O exercício da docência no ensino fundamental da rede pública, somado à coordenação na SMEP, foi fundamental para despertar o interesse pelas políticas públicas destinadas a educação. O envolvimento como tutora do FPE foi ainda mais decisivo para despertar o interesse por esta pesquisa. Toda essa trajetória serviu de inspiração para a construção deste trabalho.

Divergência entre o discurso oficial sobre o programa Formação pela Escola e a atuação dos sujeitos envolvidos diretamente com as ações dele no município de Poções levou-nos a analisar se as mudanças desejadas pelo município de Poções, no campo da gestão

¹ Utilizo a 1ª pessoa do singular nos momentos em que me refiro à minha trajetória profissional no campo educacional que culmina com esta dissertação.

democrática e do controle social dos recursos educacionais, não demandariam, antes de qualquer coisa, a apropriação de conhecimentos específicos sobre como a gestão da educação em Poções pode ser concebida e processada.

As inquietações relacionadas ao FPE, tema desta pesquisa, têm nos acompanhado há alguns anos; uma “inquietação de sentir sob essa atividade, todavia cotidiana e cinzenta, poderes e perigos que mal se imagina” (FOUCAULT, 2004b, p. 8). Considerando a importância do controle social dos recursos públicos para a sociedade e a relevância da participação social no monitoramento, avaliação e execução das políticas públicas educacionais, formulamos a seguinte questão de pesquisa: Como o programa Formação pela Escola se constitui em instrumento de governamentalidade? Abordamos as implicações do controle social de recursos educacionais, verificando a ação de atores sociais no FPE no município de Poções, Bahia.

Diante da amplitude do FPE, revelada pelo estudo, e do interesse em conhecer mais sistematicamente o programa no âmbito municipal e estadual, e conhecer os ajustes feitos à política para contemplar, significar, ressignificar a política no contexto local, e ainda levar para o campo da pesquisa os conceitos e discursos em torno dele é que este estudo se materializa. Nesse sentido, estabelecemos como objetivo principal descrever como o programa Formação pela Escola se constitui em instrumento de governamentalidade.

O desdobramento do objetivo geral se expressa pelos seguintes objetivos específicos: a) Apresentar o procedimento de constituição do programa Formação pela Escola no âmbito nacional e no município de Poções-BA; b) Demonstrar o modo como as formações para os atores participantes do Formação pela Escola são ofertadas, acompanhadas e avaliadas; c) Descrever os discursos produzidos pelos textos legais (em âmbito nacional, estadual e municipal) e pelos atores envolvidos no Formação pela Escola no município de Poções sobre este programa.

A análise, interpretação e sistematização desta pesquisa, sob as lentes foucaultianas, nos permitiram manter o foco, evitando o impulso e tentações de nos afastarmos dos postulados do filósofo francês Michel Foucault (1926-1985) e suas contribuições para este trabalho. Usufruir dos conceitos e reflexões deste autor é colocar em prática a “caixa de ferramentas”² produzida por ele e valorizar o importante arsenal teórico por ele elaborado.

² Em “Ditos e escritos IV”, Foucault se refere à teoria como caixa de ferramentas, ressaltando “que se trata de construir não um sistema, mas um instrumento: uma lógica própria às relações de poder e às lutas que se engajam em torno delas” (FOUCAULT, 2006a, p. 251).

Esta pesquisa está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo, sob o título “Percurso da pesquisa: aspectos metodológicos inspirados nas teorizações e postulados foucaultianos” descrevem os caminhos que trilhamos e os procedimentos utilizados para a realização deste estudo, englobando informações do percurso teórico-metodológico, descrevendo as técnicas de abordagem, análise dos dados, caracterização do ambiente, dos sujeitos da pesquisa, do *lócus*, do *corpus*, dos procedimentos e dos dispositivos de análise. Ademais, apresentamos breve ponderação das teorizações e postulados de Foucault que contribuíram para análise acerca dos discursos em torno do FPE. A pesquisa incorpora reflexões em torno da governamentalidade e as relações poder/saber presentes na instituição do FPE.

O segundo capítulo, intitulado “Políticas Públicas: nuances a partir do programa Formação pela Escola”, situa o debate teórico em torno das políticas públicas educacionais, gestão democrática no contexto do programa Formação pela Escola apontando alguns fatores que tornaram o Estado um operador da provisão de determinados serviços. Para tal, contemplamos o FPE sob a ótica do conceito da governamentalidade defendida por Michel Foucault.

No terceiro e último capítulo, intitulado “O programa Formação pela Escola como instrumento da governamentalidade” analisa o programa Formação pela Escola, instituído no âmbito de uma proposta específica de participação e controle social inscrito em um jogo estratégico de poder/saber. Descreve o interesse do Estado por meio da governamentalidade em proporcionar uma formação continuada através do FPE. Mostra a contribuição do programa para a gestão da educação a partir da análise dos sujeitos que o compõe no município de Poções. E analisa de que maneira o dispositivo de inserção dos sujeitos nas atividades do FPE faz ver e faz dizer a inclusão desses sujeitos na gestão da educação municipal, identificando os saberes que são demandados e acionados das combinações entre o visível e o dizível sobre eles no exercício de sua função.

Apesar de os capítulos anteriores nos direcionarem para o alcance dos objetivos propostos, é nesse último capítulo que destacamos com mais detalhe a organização dos enunciados dos sujeitos que compõe o FPE, seguindo as regras de formação de discursos e os sentidos atribuídos pelos sujeitos em relação ao objeto, destacando a complexa rede de governamentalidade, saber/poder que compõe e faz funcionar o dispositivo de inserção do FPE no município de Poções, Bahia.

1 PERCURSO DA PESQUISA: aspectos metodológicos inspirados nas teorizações e postulados foucaultianos

Apresentamos neste capítulo o percurso analítico-metodológico utilizado na realização desta pesquisa. A questão que direciona a pesquisa é: “Como o programa Formação pela Escola se constitui em um instrumento de governamentalidade?”. Delineamos como objeto de estudo o programa Formação pela Escola como instrumento de governamentalidade. No percurso desta investigação foram muitos os desafios no processo de construção, de modo que foram necessárias inúmeras leituras, novos olhares e possibilidades que a pesquisa científica impõe, tendo em vista que “o modo como fazemos nossas pesquisas vai depender dos questionamentos que fazemos das interrogações que nos movem e dos problemas que formulamos” (PARAISO, 2014, p. 26).

Assim, nos caminhos buscados, foram utilizadas estratégias metodológicas que exigiram uma combinação de coragem, otimismo e rigor científico, bem como uma clareza teórico-metodológica capaz de cumprir as proposições desta dissertação.

Optamos pelos estudos foucaultianos para nortear a análise desta dissertação. Para Veiga-Neto e Rech (2014, p. 71) “há pelo menos três décadas, tem crescido a produção bibliográfica no campo em que a educação se vale dos estudos foucaultianos para descrever, analisar e problematizar suas próprias políticas e práticas e os correlatos discursos pedagógicos”. Este trabalho se propõe, então, a fazer parte desse rol de produções.

O desafio dos estudiosos, nesse sentido, é utilizar as ferramentas disponibilizadas por Foucault para pensar métodos, montar estratégias e procedimentos de pesquisa e de análise de objetos. Em relação à questão do método ou teoria, Foucault afirma: “Não tenho teoria geral e tampouco tenho um instrumento certo. Eu tateio, fabrico como posso, instrumentos que são destinados a fazer aparecer objetos” (FOUCAULT, 2006, p. 229).

Abordamos as teorizações e postulados foucaultianos e não especificamente método ou teoria, pois Foucault, em suas obras, não trata sobre os procedimentos metodológicos, mas nos convida a adentrar em novas possibilidades e experiências. Para Veiga-Neto (2005), não existe nos ideais de Foucault um método e nem uma teoria, mas uma gama de investigações, procedimentos e análises, sem obrigações com proposições ou normas determinadas, o que não quer dizer que suas obras não possuam teorias e nem apresenta metodologias, mas que esse autor se apropria de meios, ainda que tenham normas e regras, flexíveis para sustentar seus trabalhos.

Veiga-Neto e Rech (2014) nos ensinam que é preciso cuidado em relação aos estudos foucaultianos. É necessário “[...] estar sempre atento à necessária pertinência entre, de um lado, aquilo que se pergunta e se quer estudar e, de outro lado, os recursos conceituais e metodológicos colocados à nossa disposição pelos estudos foucaultianos” (VEIGA-NETO; RECH, 2014, p. 67).

Foucault não apresentou diretrizes direcionadas, especificamente, para o campo educacional, mas revelou possibilidades para que as pesquisas em educação fossem realizadas (MARSHALL, 2008), construindo instrumentos históricos, sociológicos e filosóficos, essenciais para o desenvolvimento de pesquisas em educação. Enquanto intelectual, buscou problematizar as verdades e sua relação com o poder, contrapondo-se à perspectiva histórica tradicional. Nesse sentido, as ponderações deste filósofo influenciaram o nosso desejo de investigar a realidade educacional do município de Poções no contexto do FPE.

A relação de poder/saber, bastante destacada na obra foucaultiana, nos leva a refletir sobre como o cidadão “[...] inventa procedimentos especialmente voltados a dominar os eventuais efeitos dos discursos científicos, para além do espaço social estrito onde eles são produzidos” (BERT, 2013, p. 30). Analisar os discursos dos sujeitos envolvidos no FPE contribuiu para percebermos os instrumentos de governamentalidade que se perpetuam em Poções por meio da subjetivação e construção de novos saberes.

Realizamos esta pesquisa subsidiados por uma abordagem metodológica de natureza qualitativa, por compreendermos que “responde a questões muito particulares e trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2010, p. 22), permitindo uma melhor percepção sobre as concepções dos sujeitos em relação ao objeto de estudo.

Partindo dessa premissa, a abordagem qualitativa possibilita uma observação mais efetiva da complexidade do objeto em estudo. Assim, justificamos a nossa opção pela abordagem qualitativa, pois “[...] entendemos que a pesquisa qualitativa está mais próxima da realidade social do indivíduo como ele é. Na pesquisa qualitativa, estamos mais propensos a descortinar dimensões ou situações da realidade cotidiana [...]” (EUGENIO; TRINDADE, 2017, p. 120).

Considerando a especificidade existente no programa Formação pela Escola, e dos sujeitos, marcados por trajetórias particulares, a abordagem qualitativa nesse estudo contribuiu, por meio das entrevistas, para clarificar as percepções dos entrevistados sobre as suas trajetórias no contexto do FPE. Assim, no processo de análise e interpretação dos

enunciados dos sujeitos, fizemos uma conexão entre o nosso objeto de estudo, a subjetividade e os contextos vivenciados por cada ator social entrevistado.

No próximo tópico tratamos, então, do posicionamento teórico da investigação, definindo os domínios conceituais que sustentam e fazem parte desta dissertação, bem como o *locus* e o *corpus* desta pesquisa.

1.1 Abordagem teórica

O quadro teórico que fundamenta esta pesquisa está baseado e apoiado em teorizações e postulados do filósofo francês Michel Foucault (1926-1984). Nascido em Poitiers, na França, Foucault deixou um legado se destacando como um dos pensadores mais influentes do seu tempo no campo das ciências humanas contemporânea, especialmente em questões tratadas pela Filosofia, História, Sociologia, Política e Antropologia. Sua obra permanece para o desfrute dos pesquisadores que a respeitam, pois são fontes inesgotáveis de recursos analíticos.

Aproximamo-nos das obras desse autor com o propósito de obter pistas que auxiliassem na composição de um percurso para o desenvolvimento deste trabalho. Assim, fomos investigando em suas obras conceitos e ponderações que servissem para sustentar os resultados do objeto de estudo.

A proposta de Foucault ultrapassou a fronteira do conhecimento, irrompeu teorias e regras. Quando questionado sobre seu pensamento e seus ideais, afirmava: “Não me pergunte quem sou e não peça para permanecer o mesmo” (FOUCAULT, 2008, p. 20). Suas reflexões, cunhadas sob os princípios das relações de poder, um dos temas centrais em suas pesquisas, implicaram um distanciamento sobre os conceitos de relação de poder até então apresentadas (BERT, 2013).

Nesse sentido, percebemos que “[...] poder se exerce no Estado, mas não deriva dele” (VEIGA-NETO, 2005, p. 145). Podemos observar que uma das preocupações de Foucault é “[...] procurar dar conta desse nível molecular do exercício de poder” (MACHADO, 2007, p. 122). O referido autor nos apresenta como o exercício do poder estabelecido na sociedade de controle circula nos espaços sociais e se materializam como verdadeiros por meio da proliferação dos discursos que se articulam e incidem sobre todo um domínio de práticas. Apesar disso, ele não considera o exercício do poder como destrutivo, pois o “poder possui uma eficácia produtiva, uma riqueza estratégica, uma positividade” (MACHADO, 2007, p. 123).

Esse poder é manifestado, no caso do FPE, por meio de discursos e práticas que circulam e atuam sobre a ação dos cidadãos que, em algumas situações, nega ou proíbe comportamentos e, em outras, os incitam, trazendo perspectivas de resistência e possibilidade de transformação social.

No percurso deste estudo, a metodologia não foi concebida como plano pré-definido, com o direcionamento da pesquisa determinada antecipadamente, mas como um processo em movimento, no qual a pesquisadora e a pesquisa estiveram em constante processo de (des)construção. Nesta dissertação, entendemos o método como estratégias provisórias que se estabelecem tanto como “modos específicos de interrogar como estratégias para descrever e analisar” (PARAÍSO, 2014, p. 27), percebendo que “nada mais é seguro, previsível: nem os pontos de saída, nem o percurso, nem os pontos de chegada” (VEIGA-NETO, 2009, p. 88), pois “um método é o caminho que nos leva para um lugar” (VEIGA-NETO, 2009, p. 84).

Assim, fomos buscando elementos que auxiliaram na visualização do dispositivo em funcionamento nas relações de poder/saber que perpassaram o FPE no município de Poções, problematizando a forma como esse dispositivo atua na produção de saberes e verdades.

Como visto anteriormente, Foucault entende o poder como algo dotado de positividade e não como uma força negativa ou repressora. Para Foucault (2013b), o exercício do poder se dá na relação de uns com os outros, de forma individual ou coletiva, em diversos espaços da rede social, estabelecendo, nesse aspecto, a produção de saberes e práticas. Para o autor, o poder é “[...] um conjunto de ações que se induzem e se respondem umas às outras” (FOUCAULT, 2009, p. 8).

Sendo assim, o poder não existe, o que existe são práticas ou relações de poder. Foucault (2013b) o caracteriza como “[...] luta, afrontamento, relação de força, situação estratégica. Não é um lugar que se ocupa nem um objeto que se possui. Ele se exerce, se disputa. E não é uma relação unívoca, unilateral; nessa disputa ou se ganha ou se perde” (FOUCAULT, 2013b, p. 18). Desse modo, o poder somente é exercido na relação com o outro.

Esse poder para Foucault se encontra em circulação e não apenas em um lugar específico (GALLO, 2004). O filósofo afirma: “[...] essa ideia de que existe, em um determinado lugar, o emanando de um determinado ponto, algo que é um poder, me parece baseada em uma análise enganosa e que, em todo caso, não dá conta de um número considerável de fenômenos” (FOUCAULT, 1979, p. 141). Ele propõe, portanto, uma abordagem investigativa que envolve relações de poder (FOUCAULT, 1995), tendo em vista

que essas relações funcionam em articulação com os saberes para fortalecer uma vontade de verdade (VIANA, 2015).

O saber, na concepção de Foucault, está associado ao poder, “[...] os saberes se constituem com base em uma vontade de poder e acabam funcionando como correias transmissoras do próprio poder a que servem” (VEIGA-NETO, 2014, p. 115). Há, portanto, uma interação entre poder e saber, de tal forma que quanto mais saber se constitui, mais poder se adquire (FISHER; VEIGA-NETO, 2004). Para Machado (2015):

[...] Não há saber neutro. Todo saber é político. [...] saber e poder se implicam mutuamente: não há relação de poder sem constituição de um campo de saber, e, reciprocamente, todo saber constitui novas relações de poder. Todo ponto de exercício do poder é, ao mesmo tempo, um lugar de formação do saber. [...] E, todo saber assegura o exercício de um poder. (MACHADO, 2015, p. 28).

Abordamos também, no processo desta investigação, o conceito de governamentalidade no pensamento de Michel Foucault, em sua obra “Segurança, Território e População”, para posteriormente podermos apresentar as causas que fundamentam esta conceituação. Na aula do dia 01 de fevereiro de 1978, ministrada no collège de France Foucault define governamentalidade como,

[...] conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros- soberania, disciplina- e que trouxe, por um lado, o desenvolvimento de toda uma serie de aparelhos específicos de governo [e por outro lado], o desenvolvimento de toda uma serie de saberes. Enfim, por “governamentalidade” creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pela qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado”. (FOUCAULT, 2008, p. 143-144).

Governamentalidade é uma definição gerada para refletirmos sobre o processo que possibilitou o surgimento do Estado e novas formas de governo, tendo como público alvo a população.

Partindo dessa premissa percebemos que a definição de governo na contemporaneidade é resultado das “[...] relações de poder [que] foram progressivamente

governamentalizadas, ou seja, elaboradas, racionalizadas e centralizadas na forma ou sob a caução das instituições do Estado” (FOUCAULT, 1995, p. 247). Permitindo o surgimento da governamentalidade, que de acordo Castro (2009, p. 191), “[...] abarca, então, em um sentido muito amplo, o exame do que Foucault denomina as artes de governar”. Assim, a governamentalidade se tornou um elemento importante para os procedimentos adotados na análise dos dados desta investigação no contexto do programa Formação pela Escola.

A definição de governamentalidade foucaultiana está relacionada às “táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado do que é ou não estatal etc.” (FOUCAULT, 1979, p. 172). Portanto, para compreendermos as relações contemporâneas que envolvem poder e saber, no contexto do programa Formação pela Escola foi necessário apropriar-nos da governamentalidade.

Partimos da noção de governamentalidade para descrever as estratégias e técnicas utilizadas pelas esferas governamentais (federal, estadual e municipal), que se materializaram no programa Formação pela Escola e de suas referidas leis e que ecoam nos discursos dos enunciadores dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa.

As ponderações aqui apresentadas demonstram os postulados e teorizações de Foucault enquanto ferramenta que nos possibilitou mapear rastros, produzir dados e informações no solo desta investigação, servindo de sustentação para o desenvolvimento deste trabalho. As ferramentas analíticas foucaultianas funcionaram como fios móveis, estratégicos e políticos que, em ação, foram produzindo e interligando os percursos, compondo o desenho metodológico desta pesquisa. Foram capazes de emergir discursos sobre o FPE, analisando as relações entre poder, saber e governamentalidade imbricados no discurso oficial e dos sujeitos envolvidos no programa.

1.2 O *lócus* da pesquisa

Encontramos na obra foucaultiana várias formas de pensar o presente e refletir sobre ações que gostaríamos de ver operadas no contexto do FPE e da gestão democrática da educação no Brasil, especialmente no município de Poções, Bahia. Foucault “acreditava que o seu papel não era o de instituir verdades proféticas, mas o de levar seus contemporâneos a perceberem o que estava acontecendo, defendendo uma postura intelectual capaz de destruir evidências e universalidades” (VIANA, 2015, p. 29).

O *lócus* desta pesquisa é o município de Poções, Bahia. Este município aderiu ao programa Formação pela Escola no ano de 2017 a 2020. Nesta pesquisa, o recorte temporal

abarca-o enfatizando a gestão democrática e a formação de gestores escolares, professores, sociedade civil e comunidade escolar para atuar no controle social de recursos destinados à educação.

A opção pelo município de Poções se deu por ser o segundo maior município em população no Território de Identidade Sudoeste Baiano³ (TISB), com 46.885 habitantes (de acordo com a projeção IBGE para 2021), segundo maior Pib do TISB, calculados em R\$ 92.723.550,00 (valor referente a 2017), e terceiro maior Pib per capita, 9.103,18 (valor referente a 2017). A Figura 1, a seguir, ilustra o território de Poções.

Figura 1 – Mapa do município de Poções, Bahia



Fonte: IBGE (2021).

O município de Poções está localizado no sudoeste do estado da Bahia. Limita-se com Boa Nova, Nova Canaã, Iguai, Bom Jesus da Serra e Planalto. Possui uma área total de 937,269 km². A cidade possui sua atividade socioeconômica basicamente dependente da agricultura. E sua população é de 44.701 habitantes, segundo informações do IBGE (2021). Podemos visualizar, com mais precisão, o quantitativo da população deste município na Tabela 1.

Tabela 1 – População do Município de Poções, Bahia

| Nome do Município | Total da População 2010 | Total de Homens | Total de Mulheres | Total da População Urbana | Total da População Rural |
|-------------------|-------------------------|-----------------|-------------------|---------------------------|--------------------------|
| Poções | 44.701 | 21.762 | 22.939 | 34.659 | 10.042 |

³ O Estado da Bahia está organizado em 27 territórios de identidade (SEPLAN, 2021).

Fonte: Tabela produzida pela autora (2021) com base em dados do IBGE - Censo 2010.

No campo da educação a rede municipal contém 35 escolas que atendem a educação infantil, ensino fundamental anos iniciais e ensino fundamental anos finais. Há um quantitativo de três escolas que ofertam o ensino médio sob a responsabilidade da rede estadual. Eram cinco escolas, porém duas foram municipalizadas, passando a ser operadas no ensino fundamental sob a direção da Secretaria Municipal de Educação de Poções (SMEP).

No contexto do município de Poções, a pesquisa teve como campo de investigação e principal fonte de dados a instância da Secretaria Municipal de Educação, órgão responsável pela execução do Formação pela Escola. Coube aqui apontar alguns dados que caracterizam o perfil educacional de Poções. A tabela a seguir exhibe o número de estabelecimentos escolares por modalidade de ensino.

Tabela 2 – Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica do município de Poções por modalidade de ensino

| Etapas de Ensino | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 | 2020 |
|---------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Ensino Infantil | 30 | 31 | 29 | 30 | 30 | 30 | 29 | 30 | 28 | 27 | 26 |
| Ensino Fundamental | 37 | 37 | 38 | 37 | 34 | 34 | 34 | 34 | 34 | 35 | 34 |
| Ensino Médio | 08 | 07 | 05 | 05 | 05 | 05 | 05 | 05 | 05 | 05 | 05 |

Fonte: Tabela produzida pela autora (2021) com base nos dados do sinopse/Inep 2020.

Visualizamos, na tabela acima, o quantitativo de estabelecimentos de ensino no município de Poções no período de 2010 a 2020. Houve diminuição de estabelecimentos no Ensino Infantil em 2020. O Ensino Médio, apesar de estar contando, de acordo com as informações do Censo, a quantidade de cinco escolas, segundo informações da SMEP, apenas três escolas funcionam nessa etapa, pois as demais foram municipalizadas e, atualmente, (2021), operam com o Ensino Fundamental anos finais.

Tabela 3 – Número de matrículas por etapas de ensino (2020)

| Etapas de Ensino | | |
|-------------------------|---------------------------|---------------------|
| Ensino Infantil | Ensino Fundamental | Ensino Médio |

| | | |
|-------|-------|-------|
| 1.611 | 7.186 | 1.967 |
|-------|-------|-------|

Fonte: Tabela produzida pela autora (2021) com base em dados do IBGE (2020).

Na Tabela 3 é demonstrado o quantitativo de matrícula por etapas de ensino no município de Poções no ano de 2020. Percebemos que o maior quantitativo de alunos se encontra no Ensino Fundamental anos finais. Esse aumento de matrículas nos anos finais do Ensino Fundamental ocorreu, sobretudo, pela progressão dos alunos nos anos seguintes, bem como pelo processo de municipalização⁴ que ocorreu de forma gradativa pelo governo estadual, transferindo os alunos das escolas estaduais em Poções para as municipais.

1.3 Os sujeitos da pesquisa

Um dos instrumentos de coleta de dados utilizado foi a entrevista semiestruturada. Foram entrevistados 6 sujeitos que participaram do FPE no período de 2017 a 2020. As reflexões abordadas por Gaskell (2015) sobre a escolha dos entrevistados permitem ao pesquisador compreender que o campo de pesquisa pode ser organizado de acordo os critérios de seleção. Nesse sentido, “Sejam quais forem os critérios, o objetivo é maximizar a oportunidade de compreender as diferentes posições tomadas pelos membros do meio social” (GASKELL, 2015, p. 68-69).

Os critérios estabelecidos para escolha dos sujeitos foram: o lugar de fala deles; ter participado do FPE no período do recorte temporal desta pesquisa; aceitar, espontaneamente, ser sujeito da pesquisa; autorizar, por escrito, sua participação na investigação. Desta forma, os sujeitos dessa pesquisa são: 1 coordenador da secretaria municipal de educação, 1 conselheiro do Fundeb, 1 multiplicador do programa Formação pela Escola, 1 diretor escolar, 1 professor e 1 representante da secretaria estadual de educação da Bahia, totalizando 6 sujeitos.

Considerando as teorizações e postulados foucaultianos, é pertinente ressaltar que o sujeito é constituído de diferentes vozes, advindas de diferentes discursos e campos sociais. Pensar o sujeito nesse contexto, “trata-se, portanto, de pensar o sujeito como um objeto

⁴ Em 1998, o Governo do Estado, com o intuito de aperfeiçoar os mecanismos de distribuição de responsabilidades entre Estado e municípios, criou o Programa de Ação de Parceria Educacional Estado-Município, através do Decreto n° 7.254, de 20/03/1998, posteriormente alterado pelo Decreto n° 7.685, de 08/10/1999, permitindo o início do processo de municipalização do ensino fundamental (Dados obtidos por meio do endereço eletrônico: <http://institucional.educacao.ba.gov.br/programasprojetos/municipalizacão>).

historicamente constituído sobre a base de determinações que lhe são exteriores” (REVEL, 2005, p. 84). Nessa perspectiva ocorreu a seleção dos entrevistados dessa pesquisa.

No período da análise dos enunciados dos sujeitos, preocupamo-nos em definir a fala de cada enunciador em todo corpo do texto, caracterizando com uma letra, seguido de um número, para fazer referência aos sujeitos participantes das entrevistas. Nessa senda, temos, então, o E1, E2, E3, E4, E5, E6. O Quadro a seguir, nos permite uma melhor visualização a respeito desses sujeitos.

Quadro 1 – Sujeitos da pesquisa

| SUJEITOS DA PESQUISA | |
|-----------------------------|-----------------------------------------------------------|
| ENUNCIADOR | REPRESENTAÇÃO DOS SUJEITOS |
| E1 | Conselheiro do Fundeb |
| E2 | Diretor Escolar |
| E3 | Professor |
| E4 | Multiplicador do FPE |
| E5 | Coordenador da Secretaria Municipal de Educação de Poções |
| E6 | Representante da Secretaria Estadual de Educação da Bahia |

Fonte: Quadro produzido pela autora (2021).

Realizamos as entrevistas e, com base nos enunciados dos sujeitos, coletamos informações que contribuiriam para que, durante a nossa reflexão e análise dos dados, compreendêssemos o objeto de pesquisa a partir da multiplicidade de olhares frente à realidade investigada.

1.4 Procedimentos e dispositivos de análise

O trajeto desta investigação nos mostrou que na construção de uma pesquisa não há caminhos seguros ou estáveis, mas há um processo de incertezas, flexibilidades, desafios e discontinuidades. Dessa forma, o itinerário de uma pesquisa é “o que somos – os conflitos, as tensões, as angústias que nos atravessam [...] é o solo, não ousa dizer sólido, pois por definição ele é minado, perigoso, o solo sobre o qual eu me desloco” (FOUCAULT, 2006a, p. 230).

Assim, ao apresentar os procedimentos adotados nesta pesquisa, é necessário afirmar que eles compõem “a possibilidade de uma ação, de um ato [...], produz instâncias de funcionamento” (ARAUJO; CORAZZA, 2018, p. 73). Nesse sentido, as ações aqui adotadas foram acontecendo no decorrer do percurso dessa investigação. Paraíso (2014) nos ensina que mesmo trabalhando com os procedimentos de pesquisa que já utilizamos “não podemos ficar reféns dos procedimentos de pesquisa que dominamos e que muitas vezes nos dominam” (PARAÍSO, 2014, p. 43).

O processo de produção dos dados no campo desta investigação ocorreu após a submissão e aprovação do projeto de pesquisa pelo Conselho de Ética em reunião realizada em 26.02.21 e a emissão do parecer nº 4.565.579. Sua aprovação está registrada com o número CAAE: 42712720.9.0000.0055.

De acordo Creswell (2014), o pesquisador, no percurso de uma pesquisa, precisa apresentar o seu objeto de estudo por meio de diversas realidades sendo ele “[...] um instrumento de coleta, porém com foco nas visões dos participantes [...]” (CRESWELL, 2014, p. 56). Organizamos este trabalho buscando subsidiar a investigação do fenômeno na tentativa de responder à questão de pesquisa “Como o programa Formação pela Escola se constitui em instrumento de governamentalidade?”. Para tanto, percorremos os seguintes passos: mapeamento das produções científicas, constituição do corpus de análise, levantamento do referencial teórico, análise documental e entrevista.

1.4.1 Um mapeamento das produções científicas sobre o programa Formação pela Escola

Quando ingressamos no mestrado em Ensino no Programa de Pós – Graduação (PPGEn), em 2020, buscamos aprofundar nossa leitura no campo conceitual do programa Formação pela Escola, tema central desta pesquisa. Para isso, realizamos um mapeamento da produção científica brasileira, identificando dissertações e teses defendidas no Brasil no período de 2006 a 2020 sobre as pesquisas já existentes acerca do FPE para que pudéssemos delinear a pertinência, a relevância do estudo e buscar nas pesquisas já realizadas referências sobre o programa no país. As leituras que tínhamos em relação a essa temática era ainda muito vaga, incipiente e com um embasamento teórico considerado frágil. Por isso decidimos construir o Estado do Conhecimento.

De acordo Vosgerau e Romanowski (2014), o estado da arte é relevante “por permitir estabelecer relações com produções anteriores, identificando temáticas recorrentes, apontando novas perspectivas, consolidando uma área de conhecimento” (VOSGERAU;

ROMANOWSKI, 2014, p. 170). Assim, o Estado do conhecimento se configurou como uma importante contribuição na constituição do campo teórico de uma área específica do conhecimento, porque buscou demonstrar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa e suas lacunas. Na concepção de Messina (1998):

[...] um estado da arte é um mapa que nos permite continuar caminhando; um estado da arte é também uma possibilidade de perceber discursos que em um primeiro exame se apresentam como descontínuos ou contraditórios. Em um estado da arte está presente a possibilidade de contribuir com a teoria e prática. (MESSINA, 1998, p. 01).

Para Ferreira (2002), as pesquisas denominadas Estado da Arte tem a finalidade de mapear e discutir produções acadêmicas na tentativa de responder sobre aspectos e dimensões que vêm sendo discutidos nas pesquisas. Desta forma, buscamos realizar um Estado do Conhecimento sistemático de literatura a respeito do programa Formação pela Escola com o intuito de contribuir para o andamento dessa pesquisa. Essa investigação foi realizada com base nos dados disponibilizados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e no portal Catálogo de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Durante a pesquisa na base de dados da BDTD, utilizando os descritores: “Formação pela Escola”, “Políticas Públicas”, “Controle Social” na opção “pesquisa avançada”, buscamos resultados mais completos. Localizamos 155 dissertações e 88 teses. Diante da quantidade de trabalhos localizados, realizamos a leitura dos resumos e selecionamos aqueles que dialogavam com a pesquisa que desenvolvemos em nosso curso de mestrado, cujo objetivo foi mapear a produção científica brasileira, identificando dissertações e teses defendidas no Brasil que pesquisaram sobre o programa Formação pela Escola. Selecionamos a partir daí 08 produções, sendo 06 dissertações e 02 teses.

Posteriormente, fizemos a busca no portal Catálogo de Dissertações e Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), utilizamos os mesmos descritores da plataforma BDTD, “Formação pela Escola”, “Políticas Públicas”, “Controle Social”, acessando ao site no campo “pesquisa geral”. Neste portal encontramos 755.156 produções. Diante do quantitativo filtramos para a área de conhecimento educação, obtivemos 37 resultados. Após a leitura dos títulos e resumos apenas 04 trabalhos foram selecionados porque dialogavam com a nossa temática, sendo 03 dissertações e 01 tese.

No primeiro momento, organizamos os resultados por meio de uma abordagem de natureza quantitativa, visando maior clareza na apresentação dos dados, expondo-os em

tabelas para uma melhor compreensão. No percurso seguinte utilizamos de uma abordagem qualitativa por esta metodologia oferecer uma análise mais precisa e efetiva da realidade investigada. Findamos essa etapa com um total de 12 produções selecionadas nas duas plataformas pesquisadas, consolidando-se o acervo desse mapeamento, conforme distribuição no Quadro 02.

Quadro 2 – Publicações Selecionadas no site da BDTD e CAPES

| Item | Obra |
|-------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 01 | O Controle Social e Público da Gestão Financeira da Educação através dos Conselhos Municipais em Triunfo R/S: Uma Reflexão das Relações Governo e Sociedade |
| 02 | São Paulo faz Escola, mas quem faz a Filosofia? Um Estudo sobre a Regulação do Trabalho Docente e a Resistência às Formas de Controle e Disciplinarização |
| 03 | Capacitação dos Conselhos do Programa Nacional de Alimentação Escolar: Um Estudo Exploratório |
| 04 | O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na Interpretação dos Gestores da Região Metropolitana de Campinas/SP |
| 05 | Gestão Democrática como um Processo de Educação para a Cidadania |
| 06 | 10 Anos do Programa Formação pela Escola em Rondônia: Dificuldades e Desafios da Rede de Tutoria |
| 07 | Formação de Professores em Serviço ou Controle? Problematização a partir da Bibliografia dos Projetos Especiais de Ação (PEA) Desenvolvidos entre 1993 e 2007 numa Escola de Ensino Fundamental da Rede Educacional da Cidade de São Paulo |
| 08 | Controle Social e Controle Externo Podem Interagir? Avaliação as Práticas do TCE-TO no Estímulo à Participação Cidadã |
| 09 | Formação Continuada na Modalidade a Distância: Um Estudo Teórico sobre o Programa Formação pela Escola |
| 10 | Uma Avaliação Piloto do Programa Formação pela escola na execução e na Prestação de Contas do Programa Dinheiro Direto na Escola |
| 11 | Controle Social da Educação: Atuação do Conselho do FUNDEB em Valença – Ba |
| 12 | Descontinuidade das Políticas Públicas em Educação: Ações Políticas e Alternância de Poder |

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

O Quadro 2 apresenta as publicações selecionadas no site da BDTD e no portal da CAPES. A segunda etapa para construção do estado da arte foi a organização dos documentos por regiões do Brasil, como podemos visualizar na tabela 4.

Tabela 4 – Quantidade de produções acadêmicas por universidade e região

| Universidade | Quantidade | Região |
|-----------------------------------------|-------------------|---------------|
| Universidade Estadual de Maringá | 01 | Sul |

| | | |
|-----------------------------------------------------------------|----|--------------|
| Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada | 01 | Centro-Oeste |
| Universidade Federal do Recôncavo da Bahia | 01 | Nordeste |
| Universidade Metodista de São Paulo | 01 | Sudeste |
| Universidade Federal de São Paulo | 01 | Sudeste |
| Universidade de São Paulo | 02 | Sudeste |
| Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas | 01 | Sudeste |
| Universidade Federal do Rio Grande do Sul | 01 | Sul |
| Universidade de São Carlos | 01 | Sudeste |
| Universidade Federal de Juiz de Fora | 01 | Sudeste |
| Universidade Estadual de Campinas | 01 | Sudeste |

Fonte: Elaborada pela autora (2020).

A tabela 04 apresenta as produções acadêmicas por Universidade e Região. Demonstra a preponderância da região Sudeste na quantidade dos trabalhos acadêmicos. Percebemos a ausência de produções na região Norte. Levando em consideração o período extenso que a pesquisa abarcou de 2006 a 2020 constatamos número reduzido de estudos com o tema “Formação pela Escola”. Observando o cenário baiano, apenas uma produção se destacou, mas ainda assim não se trata especificamente do Formação pela Escola. No município de Poções não existe nenhuma pesquisa sobre a temática. Isso deixa ainda mais evidente a necessidade de produções no campo do FPE no estado da Bahia e no município de Poções, mostrando que há ainda grande espaço para pesquisas e contribuições acadêmicas que poderão ser relevantes para o campo científico.

Iniciamos a leitura das dissertações e, em seguida, partimos para as teses. Durante a leitura, percebemos regularidades e padrões entre os trabalhos que foram organizados em 03 categorias, a saber: “Formação Continuada”, “Políticas Públicas” e “Controle Social”. Vale destacar que essas categorias não foram escolhidas *a priori*. Surgiram mediante o critério do enfoque que cada produção objetivava o que não quer dizer exclusividade de uma categoria para cada produção, em todas elas há elementos de uma ou outra categoria presente. Para Soares (2000), num estado da arte é necessário considerar “categorias que identifiquem, em

cada texto, e no conjunto deles as facetas sobre as quais o fenômeno vem sendo analisado” (SOARES, 2000, p. 4).

Analisando as 12 produções, verificamos que 11 apresentam metodologia em seus resumos e apenas uma, a intitulada “São Paulo faz escola, mas quem faz Filosofia? Um estudo sobre a regulação do trabalho docente e a resistência às formas de controle e disciplinarização”, a metodologia não é demonstrada no resumo, só é possível identificar através da leitura do corpo do texto. Percebemos que em cinco trabalhos os autores mencionaram a natureza do método utilizado como qualitativo em seus resumos, cerca de 41,6%. Utilizando como suporte para instrumentos de análise documentos oficiais, publicações como artigos, dissertações e teses para produção dos dados, os quais serviram na composição do aporte teórico desta pesquisa.

Somente uma produção fez uso do método quanti-qualitativo e seis produções não mencionaram em seus resumos a natureza do método utilizado em suas pesquisas (se qualitativa, quantitativa ou quanti-qualitativa). Ou seja, 50% apresentam esta fragilidade e foi preciso a leitura do corpo do texto para tal identificação. Enfatizamos os dados metodológicos das pesquisas no resumo porque um dos critérios para seleção dos trabalhos foi justamente a leitura inicial dos resumos para selecionarmos as produções destacadas.

Dentre as produções analisadas, somente três dissertações e duas teses apresentaram no resumo os teóricos utilizados, apenas cinco trabalhos o que corresponde a 41,6%. E os sete restantes incluindo uma tese apresentaram esta fragilidade, o equivalente a 58,3% dos trabalhos.

De maneira geral, o conjunto das produções tem como traço característico um discurso bastante homogêneo, não só pela recorrência a determinados termos e conceitos como pela coincidência de abordagens e perspectivas de análise. Todas elas se inserem em um movimento de busca de renovação. Esta investigação nos possibilitou reconhecer a necessidade de mais pesquisas sobre o tema Formação pela Escola, não somente pelo fato de não encontrarmos trabalhos no estado da Bahia e em Poções especificamente sobre a temática, mas, sobretudo porque mesmo existindo pesquisas importantes abordando o FPE, os instrumentos para sua efetivação no campo social não estão sendo aprofundados.

Desta forma, existe uma carência de estudos científicos para ampliar, aprofundar e promover reflexões a respeito do programa Formação pela Escola. Localizamos apenas três produções tratando especificamente do FPE. Constatamos, portanto, uma lacuna sobre o nosso objeto de estudo, o que justifica a importância científica desta investigação, sobretudo para o município de Poções, Bahia.

1.4.2 O *corpus* de análise

Quanto ao *corpus* de análise que fez parte do desenvolvimento desta pesquisa, podemos destacar documentos oficiais (Leis, Resoluções, Decretos, Portarias), produção científica, discursos dos sujeitos entrevistados. A análise dos dados coletados pela pesquisa foi organizada em eixos temáticos para análise do discursivo baseados nos postulados foucaultianos: a) Constituição do programa Formação pela Escola no âmbito nacional e no município de Poções-Ba; b) Formação oferecida pelo programa Formação pela Escola; c) Contribuição do Formação pela Escola para o controle social dos recursos educacionais.

Os referidos eixos temáticos auxiliaram como “[...] elementos centrais das discussões deste trabalho, uma vez que conduzem a investigação, integram a pesquisa e se articulam com os objetivos propostos e com as proposições de cada um dos capítulos apresentados” (VIANA, 2015, p. 34), deliberando um rigor científico a pesquisa.

1.4.3 Levantamento do referencial teórico

Como passo inicial para efetivação deste trabalho, utilizamos a revisão de literatura com o objetivo de captar as impressões dos autores envolvidos com a temática em questão, no intuito de realizar um aprofundamento da literatura especializada. O objetivo foi delinear as concepções já construídas sobre o programa Formação pela Escola e o seu processo de instituição.

O referencial teórico tratado aqui foi desenvolvido com base nos postulados e teorizações foucaultianos, bem como seus intérpretes e interlocutores, com o intuito de alcançar os resultados. Para tal, nos debruçamos em seleções e estudos de livros, documentos oficiais, artigos científicos, dissertações e teses relacionadas às categorias políticas públicas da educação, gestão democrática e o programa Formação pela Escola, respeitando os aspectos delimitados nas discussões contidas nos eixos temáticos já mencionados anteriormente. Essas reflexões e discussões serviram de base para dar sustentação, credibilidade e rigor científico aos capítulos explorados nesta dissertação.

1.4.4 Análise dos documentos

A relação dos documentos essenciais para a realização desta investigação foi encontrada junto ao *site* do FNDE, a saber: Resoluções CD/FNDE nº 12, de 25 de abril de

2008 e a CD/FNDE nº 35, de 15 de agosto de 2012, que constituíram o programa FPE, os módulos que disponibilizam informações a respeito deste programa, no que tange as políticas públicas educacionais, o termo de adesão ao programa, a CRFB de 1988, a LDBEN de 1996, dentre outros.

Nessa investigação, outros documentos foram mencionados no corpo do texto, mas, em se tratando das análises discursivas dos sujeitos entrevistados, esses já citados foram essenciais para uma compreensão mais abrangente da temática abordada. Ressaltamos que a discussão do objeto de investigação exigiu um estudo minucioso dos documentos, da trajetória histórica e da legislação que ampara o FPE. No Quadro 03 a seguir, apresentamos os documentos analisados.

Quadro 3 – Documentos analisados

| Nº | DOCUMENTO OFICIAL | DESCRIÇÃO | LEITURA | ÓRGÃO EXPEDIDOR / ANO | INSTÂNCIA |
|----|--------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|---------------------------|-----------|
| 1 | Constituição da República Federativa do Brasil | Declara a educação como direito fundamental e estabelece o dever do Estado em ofertar ensino fundamental, gratuito a todos, inclusive aos que a ele não tiveram acesso na idade própria (BRASIL [CONSTITUIÇÃO (1988)], 2020 (grifo nosso)). | Parcial | BRASIL, 1988 | FEDERAL |
| 2 | Constituição da República Federativa do Brasil | Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: [...] VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; | Parcial | BRASIL, 1988 | FEDERAL |
| 3 | Resoluções CD/FNDE nº 12, de 25 de abril de 2008 | Estabelece os critérios de implementação e execução do programa Formação pela Escola | Completa | FNDE, 2008 | FEDERAL |
| 4 | CD/FNDE nº 35, de 15 de agosto de 2012 | Dispõe os critérios para implementação e execução do programa, bem como define os procedimentos para a concessão e o pagamento de bolsas aos professores integrantes das Redes Gestora e de Tutoria. | Completa | FNDE, 2012 | FEDERAL |
| 5 | LDB nº 9.394 | Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional” (BRASIL, 1996). | Parcial | BRASIL, 1996 | FEDERAL |
| 6 | Módulo Tutoria para Rede do Formação pela Escola | O Curso disponibiliza as orientações necessárias para que o tutor possa adquirir conhecimentos sobre educação a distância, ciente das suas funções e atribuições enquanto tutor capaz de orientar os cursistas a se envolverem no processo de aprendizado. | Completa | MEC / FNDE BRASÍLIA, 2014 | FEDERAL |

| Nº | DOCUMENTO OFICIAL | DESCRIÇÃO | LEITURA | ÓRGÃO EXPEDIDOR / ANO | INSTÂNCIA |
|----|-------------------|-----------------------------------|---------|-----------------------|-----------|
| 7 | Módulo | O Curso disponibiliza informações | | MEC / FNDE / | FEDERAL |

| Nº | DOCUMENTO OFICIAL | DESCRIÇÃO | LEITURA | ÓRGÃO EXPEDIDOR / ANO | INSTÂNCIA |
|----|------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------|---------------------------|-----------|
| | Competências Básicas | sobre as políticas públicas, na área da educação, executadas pelo governo federal, o financiamento dessas políticas e o papel do FNDE no apoio a efetivação dessas políticas. | Completa | SEED. BRASÍLIA, 2008 | |
| 8 | Módulo Controle Social para Conselheiros | O Curso trata do acompanhamento e controle social em relação às políticas públicas educacionais, abrangendo os principais programas de financiamento do FNDE. Apresenta o controle social e a atuação do CACS Fundeb, o acompanhamento do conselho da alimentação escolar, dentre outros. Trata de questões relacionadas com o exercício da cidadania e da atuação do cidadão como conselheiro e até fiscal do bom uso dos recursos públicos para educação no Brasil. | Completa | MEC / FNDE BRASÍLIA, 2010 | FEDERAL |
| 9 | Módulo Fundeb | O Curso apresenta o Fundeb como uma política pública de financiamento da educação capaz de promover a equalização na distribuição de recursos; reduzir as desigualdades; contribuir para a universalização da educação e valorizar os profissionais da educação. Apresenta o Conselho de Acompanhamento e Controle Social (CACS) como órgão de vigilância da aplicação dos recursos repassados, as demandas por uma educação pública de qualidade e os recursos financeiros. | Completa | MEC / FNDE BRASÍLIA, 2016 | FEDERAL |
| 10 | Lei nº 13.005 | “Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências” (BRASIL, 2014). | Completa | BRASIL, 2014 | FEDERAL |

Fonte: Produzida pela autora (2021), quadro adaptado de FELIX (2021).

No Quadro acima, apresentamos os documentos considerados essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Neste percurso teórico, fizemos uma busca documental de normativos que tratam do programa Formação pela Escola no contexto nacional, que contribuíram para respaldar as análises.

1.4.5 Entrevistas

Em se tratando do processo de entrevista, um dos procedimentos descritos no capítulo metodológico deste trabalho, utilizamos um modelo semiestruturado que serviu de base para aquisição de concepções, informações e experiências dos sujeitos entrevistados. Estudiosos como Triviños (1987) e Manzini (1990; 1991) têm buscado definir e caracterizar a entrevista semiestruturada. De acordo Triviños (1987, p. 146), “a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa”.

Já para Manzini (1990/1991, p. 154), “a entrevista semiestruturada está focalizada em um assunto sobre o qual confeccionamos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões inerentes às circunstâncias momentâneas à entrevista”. Com relação a presente pesquisa, mesmo existindo um roteiro para essa ação, outras questões foram abordadas, no percurso das entrevistas, com o intuito de trazer maior entendimento e fundamentação discursiva às questões dialogadas.

As entrevistas foram realizadas em julho de 2021, conforme o Roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice A, B, C, D, E, F) e Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em anexo, sendo realizadas e agendadas de acordo com a disponibilidade dos sujeitos participantes. O modelo de entrevista semiestruturada aplicado no percurso desta pesquisa foi muito significativo, pois “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade [...]” (TRIVIÑOS, 1987, p. 152), além de manter a presença consciente e atuante da pesquisadora no processo de coleta de informações.

Nosso primeiro contato com os entrevistados foi realizado via *WhatsApp* para marcarmos o local da entrevista e apresentarmos o objeto de estudo. Na oportunidade agendamos com eles a data e horário para a realização da entrevista. A Covid-19⁵ não foi um obstáculo para realização das entrevistas, pois, estas foram realizadas individualmente com todos os protocolos de segurança estabelecidos pelos órgãos de saúde como (uso de máscara, álcool em gel e distanciamento social). Somente as entrevistas com o multiplicador do Formação pela Escola e o representante da Secretaria Estadual de Educação da Bahia foram realizadas de forma *on-line* por meio da plataforma *Google Meet* por eles residirem em outro município.

⁵ Os coronavírus são uma grande família de vírus que podem causar doenças em animais e humanos. Em humanos, os coronavírus provocam infecções respiratórias, que variam do resfriado comum a graves doenças, como a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS). O coronavírus descoberto, recentemente, causa a doença COVID-19. Disponível em <https://vidasaudavel.einstein.br/coronavirus/covid-19-faq/>. Acesso em: 28 abr. 2022.

No segundo momento das entrevistas aqueles que se disponibilizaram para contribuir com a pesquisa foram visitados por nós em seu espaço de trabalho ou em local agendado por eles, para que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). No percurso das entrevistas apresentamos a proposta de pesquisa, agradecemos a contribuição e fizemos o convite aos sujeitos para participarem da produção dos dados mediante a entrevista que ocorreram de forma muito tranquila e proveitosa. O registro das entrevistas foi realizado através de gravações em áudio, utilizando um celular.

No percurso das entrevistas, os sujeitos tiveram a liberdade de expor suas ideias. Para isso, buscamos propiciar um ambiente agradável e descontraído para que eles não se sentissem desconfortáveis ao submergirem seus enunciados. As entrevistas foram transcritas, mantendo a fala original dos entrevistados. Os áudios foram arquivados, as transcrições foram ocorrendo logo ao término das entrevistas.

As respostas das entrevistas foram organizadas e sistematizadas em uma pasta do computador. Esse mecanismo facilitou a organização das ideias na análise dos documentos e, principalmente, no momento da escrita, pois, as falas respaldaram os achados e as inferências que elaboramos no percurso da pesquisa. No período de escrita, sentimos necessidade de retornar ao campo e realizar outras perguntas que respondessem às indagações que foram surgindo. Percebemos, desta forma, que a pesquisa é dinâmica, e que não é possível reduzi-la a ideias pré-concebidas nos materiais teóricos ou nos dados estatísticos; pudemos inferir que a realidade é que determina o andamento da pesquisa.

O transcorrer das entrevistas semiestruturadas foi fundamental para buscarmos informações que indicassem as concepções e efeitos do FPE no município de Poções, bem como para compreendermos este programa como instrumento de governamentalidade. O intuito foi identificar “processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos” (FOUCAULT, 2018, p. 283). Sendo assim, as informações contribuíram para chegarmos ao resultado.

Por fim, procuramos descrever os percursos que instituíram a metodológica aplicada neste trabalho. Ao apresentar os procedimentos teórico-metodológicos, esperamos que o leitor conheça a trajetória traçada que permitiu o alcance dos resultados. No próximo capítulo, iniciamos as discussões sobre as políticas públicas no contexto do programa Formação pela Escola.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS: nuances a partir do programa Formação pela Escola

Pretendemos, com este capítulo, situar o debate teórico em torno das políticas públicas educacionais, gestão democrática no contexto do programa Formação pela Escola apontando alguns fatores que tornaram o Estado um operador da provisão de determinados serviços. Para tal, pretendemos contemplar o FPE sob a ótica do conceito da governamentalidade de Michel Foucault. Buscamos estabelecer quais seriam os fins das formações nos cursos do FPE e de que forma elas passam a ser importantes para a manutenção do Estado ou, para o exercício da governamentalidade. A hipótese que procuramos demonstrar é a de que as formações deste programa são a materialização da governamentalidade.

O propósito desta pesquisa não foi constituir uma discussão linear da história do FPE na educação abraçada num efeito de continuidade, ao contrário, seguindo o caminho das teorizações foucaultianas, ao refletir sobre o Formação pela Escola, pretendemos, a partir das descontinuidades, investigar a formação desse objeto para que possa, em seguida, ser analisado.

Nessa perspectiva, consideramos importante discorrer sobre o surgimento e as mudanças nos principais dispositivos legais que fomentaram o debate a respeito do FPE no contexto das instituições públicas, bem como suas relações com as políticas públicas na busca por uma educação de qualidade.

Para maior sistematização este capítulo está dividido nos seguintes tópicos: “Federalismo, Política pública e Política educacional”; “Conhecendo o programa Formação pela Escola”; “Gestão democrática da educação: um olhar a partir do programa Formação pela Escola”; “Estrutura do programa Formação pela Escola e sua relação com o controle social de recursos públicos” e “Visitando o programa Formação pela Escola ao longo de sua existência”.

É, portanto, no processo de entendimento do movimento de descontinuidades e entraves no campo da política educacional que buscamos analisar o FPE. Trazemos para o centro das discussões o postulado da governamentalidade, por meio das lentes foucaultianas, apresentando, a partir de documentos, o contexto que suscitou a emergência da inserção do FPE nos debates sobre as políticas públicas, bem como sentidos para a busca de uma educação de qualidade ao longo da história da educação brasileira, revelando os efeitos de poder em tais saberes ao longo do tempo.

Nessa direção, apresentamos o modo como o Formação pela Escola foi concebido no contexto educacional brasileiro. Para tanto, fundamentamo-nos nos discursos de documentos

construídos para legitimar e subsidiar o FPE, como a Resolução CD/FNDE nº 12, de 25 de abril de 2008, que estabelece os critérios de implementação e execução do FPE, e a Resolução CD/FNDE nº 35, de 15 de agosto de 2012, que dispõe os critérios de implementação e execução do programa, assim como estabelece os critérios e procedimentos para a concessão e o pagamento de bolsas de estudo no âmbito do programa, de acordo com o estabelecido na Lei nº 11.273/2006 (BRASIL, 2008).

A produção de programas como o Formação pela Escola visa promover sustentabilidade ao conjunto de ações que se pretende inserir no contexto da educação, como participação, autonomia, descentralização, gestão democrática, controle social dos recursos públicos, enfim, democratização educacional por meio das políticas públicas (BRASIL, 2021). Segundo Gomes (2011), “[...] toda política pública é fundamentalmente uma forma de preservação ou de redistribuição do quantum de poder social que circula, alimenta e engendra as forças vivas da sociedade” (GOMES, 2011, p. 20).

Depreender a criação de políticas públicas, bem como os discursos em torno dela não é uma tarefa fácil, pois requer estabelecer relações com aspectos econômicos, sociais, culturais, políticos e históricos que influenciaram na sua organização, uma vez que não são neutras e estão relacionadas com mecanismos sociais e relação de poder (SECCHI, 2010).

De acordo com Repente (2006), as políticas públicas devem assegurar os direitos sociais, e o governo precisa assumir compromisso público junto à sociedade para transformar, de maneira positiva, a realidade social. Para esse autor, a política pública é definida como:

[...] a forma de efetivar direitos, intervindo na realidade social. Ela é o principal instrumento utilizado para coordenar programas e ações públicos. É o resultado de um compromisso público entre o Estado e a sociedade, com o objetivo de modificar uma situação em uma área específica, promovendo a igualdade. Se não houver políticas concretas para efetivação dos direitos, eles ficam apenas no plano das intenções e não se efetivam. (REPENTE, 2006, p. 1).

Desse modo, diante do enunciado, percebemos a política pública como o meio de garantir direitos. O Estado, nesse caso, tem a função e o poder de aprovar as políticas, disponibilizando recursos e meios para sua concretização atuando como principal produtor, mas não como a gente exclusivo. Na perspectiva de Foucault (1979, p. 122), “[...] a questão do poder fica empobrecida quando é colocada unicamente em termos de legislação, de Constituição, ou somente em termos de Estado ou de aparelho de Estado”.

O Estado tem sua responsabilidade na condução das políticas públicas da educação, mas não é o único que detém o poder de decisão. Nessa ótica, o Estado, tornou-se um Estado de “governo”, cuja intenção é a arte de governar, processo histórico que Foucault (1990) chamou de a governamentalização. Nesse decurso, o Estado regulamenta a vida da população, para isso, desenvolve um conjunto de estratégias, por meio de políticas públicas, que serão utilizadas para o governo da população de forma racionalizada, a exemplo do programa Formação pela Escola. Segundo Gadelha (2009), essa regulamentação por parte do Estado:

[...] Trata-se de uma governamentalidade que busca programar estrategicamente as atividades e os comportamentos dos indivíduos; trata-se, em última instância, de um tipo de governamentalidade que busca programá-los e controlá-los em suas formas de agir, sentir, pensar e de situar-se diante de si mesmos, da vida que levam e do mundo em que vivem, através de determinados processos e políticas de subjetivação: novas tecnologias gerenciais no campo da administração (management), práticas e saberes psicológicos voltados à dinâmica e à gestão de grupos e das organizações, propaganda, publicidade, marketing, branding, “literatura” de autoajuda, etc. (GADELHA, 2009, p. 151).

Nesse contexto, é essencial o conhecimento sutil da população, a fim de conduzi-la por meio de estratégias de poder e saber, processos e políticas de subjetivação, analisando suas necessidades, vontades, criando desejos e ofertando. A governamentalidade exerce um poder sobre a vida da população, no qual as estratégias são minimamente calculadas e detalhadas, como objetos de racionalidade política e controle social. O programa Formação pela Escola, nessa senda, emerge como instrumento de governamentalidade.

2.1 Federalismo, Política pública e Política educacional

A partir da CRFB de 1988 houve inúmeros avanços com relação aos direitos sociais, às políticas públicas. Estas mudanças estão inseridas em um contexto que impõe grandes desafios à União, Estados, municípios e Distrito Federal. Tais desafios estão ligados ao estabelecimento do Sistema Federativo Brasileiro⁶.

No que diz respeito à

⁶ O **sistema federativo** é um formato de organização e divisão político-administrativa do território nacional que tem como objetivo facilitar seu governo. O **Brasil** é dividido em 27 unidades federativas (26 estados mais o Distrito Federal) e todas elas são unidades subnacionais que formam a União. Disponível em: <https://www.clp.org.br>. Acesso em: 28 abr. 2022.

[...] trajetória das políticas sociais no país, a Carta Magna⁷ avançou na afirmação de direitos sociais e da responsabilidade pública na garantia desses direitos. Seus dispositivos referentes à política social redesenharam o sistema brasileiro de proteção social. (FARENZENA, 2011, p. 98).

No que tange à política educacional, Vieira (2001, p. 14) afirma que “[...] a Constituição Federal de 1988 concede amplos direitos, confirmando e ampliando o interesse social pela educação”. O autor nos relata que as garantias educacionais não aparecem somente na Constituição de 1998 e nos esclarece que “[...] desde a Constituição monárquica de 1824, a primeira Constituição brasileira, a educação irrompe como o fundamento da política social [...]” (VIEIRA, 2001, p. 14). Ainda segundo este autor “[...] a educação se apresenta em todas as Constituições do Brasil, na imperial de 1824 e nas demais republicanas: de 1891, 1934, 1946, 1967 e de 1988” (VIEIRA, 2001, p. 18).

No processo Federativo brasileiro, há uma descentralização política que possibilita aos estados e municípios uma autonomia política e fiscal. Para Abrucio (2007, p. 1), “a Federação é uma forma de organização político-territorial baseada no compartilhamento tanto da legitimidade como das decisões coletivas entre mais de um nível de governo”. Essa organização de competência é importante porque pode permitir o equilíbrio nas desigualdades territoriais.

Cury (2010) enfatiza três tipologias do federalismo, a saber: o centrípeto, voltado para o fortalecimento do poder da União; o centrífugo, com foco no fortalecimento do poder do Estado e o cooperativo que busca o equilíbrio de poderes entre estes entes. Desta forma, a CRFB de 1988, em seu Art. 1º (BRASIL, 1988), declara o Brasil como uma República Federativa que se organiza pela “União indissolúvel dos Estados, Municípios e do Distrito Federal” (BRASIL, 1988). Cury (2010), baseada no princípio da cooperação recíproca afirma:

A Constituição faz uma escolha por um regime normativo e político, plural e descentralizado onde se cruzam novos mecanismos de participação social com um modelo institucional cooperativo que amplia o número de sujeitos políticos capazes de tomar decisões. Por isso mesmo, a cooperação exige entendimento mútuo entre os entes federativos e a participação supõe a abertura de novas arenas públicas de deliberação e mesmo de decisão. (CURY, 2010, p. 158).

⁷ A Constituição de 1988 é a atual **Carta Magna do Brasil** que serve de parâmetro para as demais legislações vigentes no país. Aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte, ela foi promulgada no dia 5 de outubro de 1988, durante o governo do presidente José Sarney. A **Constituição** assegura direitos fundamentais do país, que envolvem direitos individuais de cada cidadão no país, direitos sociais, políticos e jurídicos. Ela que determina um governo republicano com o sistema presidencialista no Brasil, além de outras normas e leis que regem o Brasil. Disponível em: https://sme.goiania.go.gov.br/conexaoescola/ensino_fundamental/constituicao-federal-brasileira-carta-magna-do-brasil/. Acesso em: 28 abr. 2022.

Desta forma, a CRFB de 1988 delibera o federalismo como regime normativo e político que determina a repartição de competências entre os entes federativos, definindo o federalismo com o intuito de compartilhar as responsabilidades entre o governo federal e estadual para o alcance de competências comuns e concorrentes entre União, estados e municípios. Nessa senda, o Art. 23 da CRFB 1988 diz que:

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: V- Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência; Parágrafo único: Leis complementares fixarão normas para cooperação entre a União e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional. (BRASIL, 1988).

Com a CRFB de 1988, segundo Cassini e Nascimento (2018), os poderes políticos e tributários das unidades subnacionais são ampliados e consolidados por meio de distribuição de poder de decisões nas políticas públicas locais. A União, nesse contexto, intensifica a desconcentração e a municipalização, permitindo aos entes federados exercerem suas funções de forma partilhada.

O texto constitucional prevê, ainda, a implantação de marcos normativos complementares à regulamentação das formas de cooperação intergovernamental para o compartilhamento de responsabilidades que garantam a aplicação de serviços comuns, como determina o Art. 211:

A União, os estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino. § 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios. (BRASIL, 1988).

Há, então, uma organização dos sistemas de ensino, por meio do regime de colaboração, que implica na relação de interação intergovernamental entre União, Estados, Municípios e o Distrito Federal visando à garantia de educação para todos. No entanto, não há um campo teórico que regule o regime de colaboração, persistindo, portanto, a “[...] falta de clareza e regulamentação do que consistiria o regime de colaboração” (ARAÚJO, 2010, p. 753). Assim, o desenvolvimento desse regime de colaboração dá lugar a diferentes

interpretações a seu respeito, permitindo, ainda, aos entes federados, no exercício de seu poder, conduzir práticas de políticas educacionais conforme seus interesses e conveniências.

Dessa forma, a falta de normas e regulamentação com regras claras para que o regime de colaboração se efetive tem dificultado a construção de um sistema nacional de educação articulado. No entendimento de Abrucio (2007):

A autonomia dos entes federativos – aliada, no caso brasileiro, a um vasto rol de competências compartilhadas, por determinação constitucional – possibilita que União, Estado e Municípios se omitam diante de uma questão, a população permaneça sem uma ação governamental e não saiba, efetivamente, de quem cobrar – se do governo municipal, estadual e federal. Isto é, tem-se um processo não transparente e de responsabilização difusa, que possibilita que cada esfera de governo culpe a outra pelo problema, sem que nenhuma ação efetiva seja tomada. (ABRUCIO, 2007, p. 15).

Em consonância com o autor, se não há um processo de transparência e responsabilização sobre qual papel de cada um dos entes federados, não há a quem responsabilizar pelos resultados alcançados na educação pública do Brasil. A CRFB de 1988, ao optar pelo regime de colaboração, não levou em consideração essas questões. Neste sentido, o desafio que se coloca frente a essa questão é o movimento de superação da oposição entre Estado, Sociedade civil e o fortalecimento desta última para em uma conexão com o campo político desenvolver as mudanças sociais requeridas pela sociedade.

Na conjuntura brasileira, promover uma educação voltada para a transformação implica, sobretudo, no compartilhamento de responsabilidades que permitam a difusão de conhecimento ancorada em uma política efetiva de colaboração, capaz de construir uma política educacional que consolide aprendizagens significativas nos espaços escolares e fortaleça a melhoria da educação pública como um todo. No entanto, a transferência de responsabilidades, especialmente no que tange aos municípios, nem sempre ocorre por meio de medidas capazes de equalizar as políticas educacionais. Para Jesus (2020):

[...] a transferência de responsabilidades para os municípios no contexto das políticas educacionais, vem se caracterizando, em muitos casos, como uma desconcentração de ações do governo central a serem executadas no âmbito local. [...] Assim, a descentralização de responsabilidades nem sempre corresponde de fato ao fortalecimento de processos democráticos de gestão. (JESUS, 2020, p. 69).

Por fim, as mudanças ocasionadas nas políticas sociais, especialmente na política educacional, em função das mudanças propostas na CRFB de 1988, que instituiu o

federalismo e suas implicações, remetem-nos aos desafios que tem a União, Estados, municípios e Distrito Federal em instituir medidas capazes de equalizar as políticas sociais e educacionais no Brasil.

2.2 Conhecendo o Programa Formação pela Escola

O Formação pela Escola (FPE) é um programa de formação continuada na modalidade à distância desenvolvido pelo FNDE, autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Seu objetivo é oferecer capacitação por meio de um conjunto de cursos nos quais são disponibilizadas informações relacionadas às políticas da educação (BRASIL, 2008). Ele nasce dentro do FNDE como uma política de formação para professores, diretores, comunidade escolar e sociedade civil para promover orientações a respeito de políticas como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dentre outros.

No contexto da organização do programa, é adotada uma ênfase muito forte que é de promover o processo formativo voltado para o exercício do controle social com a intenção de disseminar um conjunto de informações que permitisse a comunidade fiscalizar os recursos educacionais. Segundo Paz, Lino e Preti (2018), o programa Formação pela Escola:

[...] é uma iniciativa do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), para que você e sua comunidade escolar possam conhecer melhor os programas, ações e projetos apoiados e desenvolvidos pelo FNDE e o papel deles na concretização dos objetivos da política educacional brasileira. A expectativa é que o Formação pela Escola contribua para o desenvolvimento de parceiros do governo, de modo a buscar a melhoria da escola, facilitando o acesso, a permanência e o desenvolvimento de crianças, jovens e adultos matriculados nos diferentes níveis e modalidades de ensino. (PAZ; LINO E PRETI, 2018, p. 11).

A função do FPE, de acordo com os autores, é permitir aos municípios promover a formação continuada sobre as políticas educacionais ofertadas pelo FNDE, buscando melhoria na qualidade do ensino e das escolas. Portanto, o FPE tem o compromisso de responder a expectativa dos órgãos gestores em organizar um movimento de formação que permita aos cursistas atuarem do acompanhamento à fiscalização na aplicação dos recursos educacionais.

No processo de composição do FPE havia um diagnóstico de má aplicação dos recursos voltados para educação principalmente do que se direcionava diretamente para escola

que era o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)⁸. Com o PDDE muitas escolas ficavam sem receber os recursos porque havia uma execução equivocada dos mesmos, muitas prefeituras, naquele período de efetivação, não tinham o quantitativo de estudantes que justificasse a composição do caixa escolar. O recurso era gerenciado pelas prefeituras e pelas secretarias de educação. Como o FNDE tem a finalidade de prestar assistência financeira, de organizar a execução dos recursos que vão dar conta das políticas educacionais instituiu o FPE e dentro do programa disponibilizou o curso PDDE para orientar os cidadãos no processo de execução dos recursos educacionais (BRASIL, 2008).

O FPE iniciou suas atividades em 2006, por meio da Coordenação Geral de Planejamento do FNDE, com o envolvimento de seis estados (Piauí, Ceará, Goiás, Rio de Janeiro, Rondônia e Rio Grande do Sul) e quarenta e dois municípios. Na fase piloto, criou-se 240 turmas e a partir 2007 foi estendido para todos os estados do Brasil, atendendo aos municípios priorizados pelo Índice de Desenvolvimento da Educação (Ideb) e que haviam feito sua adesão ao programa (BRASIL, 2021).

O Termo de Compromisso para adesão ao FPE, instituído pela Resolução do FNDE nº 35, de 15 de agosto de 2012, estabelece os critérios para implementação e execução do programa, bem como define os procedimentos para a concessão e o pagamento de bolsas⁹ aos professores integrantes das Redes Gestora e de Tutoria, de acordo com a Lei nº 11.273/2006, e nos termos dessa Resolução. Ao realizar a adesão ao FPE, o município assina um Termo de Compromisso que,

Oficializa, junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, a adesão ao *Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE – Formação pela Escola*. Nestes termos, o município, em contrapartida, se responsabiliza em garantir as condições necessárias para implementação do citado programa, conforme descrição abaixo: Estruturar no município mecanismos para realização do Formação pela Escola; entre os quais (divulgação do programa nas escolas estaduais e municipais, local com recursos tecnológicos (data show, caixa de som e computador) para a realização dos encontros presenciais, designar um funcionário da Secretaria Municipal de Educação como apoio ao Tutor Regional, impressão de materiais de apoio ao tutor; indicar, conforme perfil especificado pela Coordenação Nacional do Programa, 3 (três) candidatos com currículos para a função de Tutor, conforme número de tutores necessários (1 TUTOR

⁸ Programa Dinheiro Direto na Escola, financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação.

⁹ Art. 14 As bolsas a que se refere o art. 1º serão concedidas a servidores dos sistemas públicos de educação básica (estaduais, municipais e do Distrito Federal - DF) que atuem nas redes Gestora e de Tutoria do Formação pela Escola como coordenadores-gestores, formadores-multiplicadores ou tutores do formação. Disponível em <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3847-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-35,-de-15-de-agosto-de-2012>. Acesso em: 28 abr. 2022.

PARA CADA 20 ESCOLAS) a ser selecionado pela Coordenação Estadual; garantir ao tutor selecionado a participação efetiva no Curso de Tutoria oferecido no âmbito do Programa, pela Coordenação Estadual, particularmente em sua fase presencial, responsabilizando-se pelo transporte do mesmo; propiciar as condições necessárias, devidamente explicitadas na Resolução, ao desenvolvimento das atividades de Tutoria Municipal, esfera Municipal, responsável pela articulação, acompanhamento, monitoramento e avaliação do Programa no município, assegurando que a atuação dessa Tutoria seja executada em conformidade com as diretrizes e objetivos do Programa; assegurar ao Tutor Municipal a liberação parcial de sua carga horária de trabalho (pelo menos 10 horas semanais), para que o mesmo se dedique à execução do Programa; assegurar a permanência do tutor capacitado no programa com assinatura de termo de compromisso, de pelo menos 2 anos; Inserir no PAR do Município a demanda pelo Programa Formação pela Escola; e declarar estar ciente dos termos da Resolução do Programa. (BRASIL, 2012).

Para adesão ao programa Formação pela Escola faz-se necessário a participação e interesse dos entes federados formalizada por meio da adesão ao Plano de Ações Articuladas (PAR), seguindo os critérios estabelecidos em resoluções específicas do Conselho Deliberativo do FNDE (BRASIL, 2012). De acordo com Oliveira,

[...] por meio do Programa de Ações Articuladas (PAR), o governo federal buscou, através do MEC, a adesão dos municípios a uma política orientada pela elevação dos índices de desempenho dos alunos da educação básica no Brasil. (Oliveira, 2011, p. 328).

Nesse cenário, o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, estabelece aos estados e aos municípios que ao aderirem ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação devem elaborar o PAR com uma investigação detalhada sobre o contexto da realidade educacional local, considerando quatro dimensões: 1) Gestão educacional; 2) Formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar; 3) Práticas pedagógicas e avaliação; 4) Infraestrutura e recursos pedagógicos (BRASIL, 2011).

O FPE emerge no contexto de exigência da 2ª dimensão do PAR (Formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar) como mais uma ação motivadora, buscando melhorar os resultados do ensino público no Brasil. O PAR, no cenário nacional, é apresentado como um instrumento de gestão que articula as políticas públicas da educação básica na atual conjuntura.

O PAR constituiu-se, inicialmente, como um plano de adesão voluntária aos municípios brasileiros e não atingiu todas as unidades da federação em sua fase piloto. No entanto, por ter se tornado condição de repasse financeiro contou em 2020 com o

envolvimento de todos os 5.570 municípios brasileiros, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020).

O MEC juntamente com o FNDE lançaram o quarto ciclo do Plano de Ações Articuladas (PAR), com o intuito de promover uma assistência técnica e financeira que oferece aos entes federados um instrumento de planejamento das políticas educacionais. A ideia é estruturar e gerenciar metas para a construção de um sistema nacional de ensino. Para isso, a União disponibiliza recursos para financiar iniciativas durante o quarto ciclo do PAR, entre 2021 e 2024 (BRASIL, 2019).

Inicialmente o objetivo do PAR era assistir os municípios com Ideb abaixo da média nacional. Esses municípios, segundo o Inep (2009), estão concentrados nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. O MEC montou arranjos institucionais para que as equipes das secretarias de educação dos municípios fossem visitadas por pessoal técnico para orientar no processo de elaboração do PAR, englobando o diagnóstico da situação da educação local e a formulação do Plano. As secretarias estaduais de educação contaram, também, com esse apoio e orientação (BRASIL, 2007b). Podemos visualizar esse arcabouço legislativo recebido pelas secretarias de educação no Art. 16 da Resolução nº 29, de 2007, do Conselho Deliberativo do FNDE:

Art. 16 Os consultores disponibilizados pelo MEC visitarão os entes da federação aderentes, prestando assistência técnica na formulação do Plano de Ações Articuladas (PAR).

§ 1º O PAR será elaborado em regime de colaboração com dirigentes e técnicos dos entes da federação aderentes, configurando-se base para a celebração dos convênios de assistência financeira a projetos educacionais pelo FNDE/MEC.

§ 2º Concluída a ação “*in loco*” a equipe de consultores do MEC apresentará o Plano de Ações Articuladas (PAR) constituído dos seguintes documentos:

- a) Diagnóstico do Contexto Educacional;
- b) Ações a serem implementadas e os respectivos resultados esperados;
- c) Metas a atingir para o desenvolvimento do IDEB. (BRASIL, 2007).

O PAR é o elemento que muda o modo de distribuição dos recursos para o financiamento das políticas educacionais. A lógica da prestação de assistência financeira que o FNDE articulava mudou significativamente por esse projeto político e por um encaminhamento que considera todo ente federado da mesma forma e estabelece critérios técnicos de distribuição dos recursos.

A integração do PAR, segundo entendimento do MEC/ FNDE, permite aos municípios elaborar diagnóstico e disponibilizar informações a respeito das políticas públicas no campo

da educação local, bem como incentiva e contempla iniciativas de gestão, formação, práticas pedagógicas e infraestrutura escolar. Nesse sentido, o PAR se tornou a principal via de adesão de convênios, projetos e programas educacionais como o programa Formação pela Escola, por exemplo, e se tornou condição de repasse de recursos financeiros aos municípios (BRASIL, 2007b).

Sendo assim, o FPE está diretamente ligado ao PAR, pois somente é possível a adesão ao programa se o gestor inserir no PAR do Município a demanda pelo Formação pela Escola. Este critério está estabelecido no Termo de Compromisso, instituído pela Resolução do FNDE nº 35, de 15 de agosto de 2012.

2.3 Gestão democrática da educação: um olhar a partir do programa Formação pela Escola

A gestão democrática emerge como uma ferramenta fundamental para o processo de democratização da educação. Ela não ocorre sem a participação coletiva da sociedade e sem a representatividade dos diversos segmentos da comunidade escolar (conselho escolar, conselho de classe, associação de pais, entre outros). Pois, “se a verdadeira democracia caracteriza-se, dentre outras coisas, pela participação ativa dos cidadãos [...] é preciso que a educação se preocupe com dotar-lhes das capacidades culturais exigidas para exercerem essas atribuições” (PARO, 2001, p. 40). O programa Formação pela Escola, nesse contexto de democratização, surge para promover formação continuada com o intuito de capacitar os sujeitos para o exercício da gestão democrática educacional e do controle social das ações educacionais, ou seja, para instrumentalizar o cidadão a participação de modo efetivo.

Na reflexão de Foucault, democracia “[...] não é nada mais do que a tática adotada para resolver conflitos, garantir transições mais ou menos pacíficas de poder e permitir a cada indivíduo sua arena ou espaço legítimo, pelo qual os direitos [...] podem ser exercitados e mantidos” (DOHERTY, 2008, p. 223). Dito de outra forma, a democracia é vista como “[...] o exercício efetivo do poder” (FOUCAULT, 2006) que desencadeia ações e resultados envolvendo governos, sociedades e instituições. Sendo assim, o FPE, instrumento inserido na proposta da gestão democrática, emerge em um contexto de relações de poder.

A CRFB de 1988 estabelece como um dos princípios da educação pública no Brasil a gestão democrática, institucionalizando, na esfera federal, práticas nos sistemas de ensino, em âmbito estadual e municipal, respaldadas por ferramentas legais elaboradas pelos respectivos poderes legislativos e executivos (MENDONÇA, 2001). É possível verificar a gestão

democrática como um dos princípios do ensino público brasileiro no Art. 206, capítulo III, Seção I: “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: VI – Gestão democrática do ensino público na forma da lei” (BRASIL, 1988). Ainda que tenha deixado falhas como a não extensão à rede privada de ensino, por exemplo, o referido texto tornou-se um arcabouço legal para a constituição das políticas educacionais instituídas nos anos seguintes.

A gestão democrática, diante da sua importância, também se faz presente na LDBEN, Lei nº 9394/96, que em seu Art. 14 expressa o detalhamento dos mecanismos de viabilização da participação escolar e local na gestão democrática da escola.

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996).

De acordo com Matos (2021), a gestão democrática pode ser empreendida no sentido *lato* e no sentido *stricto*. O primeiro sentido está direcionado às organizações dos sistemas de ensino. Para Mendonça (2000), no contexto do sentido *lato*, a gestão democrática é concebida:

[...] como um conjunto de procedimentos que inclui todas as fases do processo de administração, desde a concepção de diretrizes de política educacional, passando pelo planejamento e definição de programas, projetos e metas educacionais, até as suas respectivas implementações e procedimentos avaliativos. (MENDONÇA, 2000, p. 69).

Já no sentido *stricto*, a gestão democrática envolve os estabelecimentos de ensino, perpassando por atribuições puramente administrativas no espaço escolar e abarcando aspectos socioculturais e políticos. “[...] Se assim não fora, a gestão estaria fadada aos aspectos tecnicistas e funcionais existentes num sistema fabril, deixando de lado a configuração social” (MATOS, 2021, p. 45).

A questão da gestão democrática educacional para o fortalecimento da educação ganhou ainda mais ênfase nas últimas décadas. Entretanto, mesmo com as conquistas, lutas e embates ainda não podemos afirmar eficiência e qualidade na educação pública. Desde a década de 1990, temos a consolidação da gestão democrática da educação, a partir da CRFB

de 1988, as reformas educacionais instituídas no Brasil buscaram maior eficiência e melhoria na qualidade da educação pública. Conforme assinala Pereira (2007):

O discurso em torno da qualidade da educação, nas últimas décadas, ganhou visibilidade em vários segmentos da sociedade, fazendo-se presente na agenda da política educacional brasileira, nos documentos de organismos internacionais e nas manifestações de setores da sociedade ligados à educação. (PEREIRA, 2007, p. 14).

Nesse sentido, a busca por uma educação melhor e de qualidade, nos parâmetros democráticos, tem sido defendida por vários setores da sociedade (Estado, Banco Mundial e Sociedade Civil). Em se tratando da mobilização social, várias entidades (Anped, Ande, Cedes e o Fórum em defesa da escola pública)¹⁰ no campo da educação se envolveram em movimentos sociais reivindicando educação pública, democrática e universal (PEREIRA; VIANA; FERRAZ, 2015), ocupando, portanto, seu espaço de poder no direcionamento da política educacional.

Uma gestão democrática educacional de qualidade requer “[...] igualmente, a concepção e adoção de práticas de gestão capazes de materializar as políticas públicas e as disposições da legislação do ensino, no cotidiano das instituições escolares e sistemas educacionais” (SANDER, 2009, p. 83). O FPE enquanto instrumento proposto no âmbito da gestão democrática busca capacitar os cidadãos a fim de promover o envolvimento dos sujeitos na definição dos encaminhamentos das ações educacionais que serão do bem comum para a comunidade. Mas, é importante refletir que o processo de participação na esfera do FPE, na perspectiva da gestão democrática, não é pleno, nem deixa de ser uma participação controlada.

Nesse sentido, portanto, a partir do entendimento da noção de governamentalidade, pensada por Foucault, é possível dizer que tanto a Gestão Democrática como o programa Formação pela Escola emergiram como uma racionalidade específica para o governo da vida da população, os quais operam por meio de processos de subjetivação que, por sua vez, é constituída e conduzida, por certos princípios aceitos como verdadeiros.

¹⁰ **ANPEd** - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. **ANDE** - Associação Nacional de Educação. **CEDES** - O Centro de Estudos Educação e Sociedade surgiu em março de 1979, em Campinas (SP), como resultado da atuação de alguns educadores preocupados com a reflexão e a ação ligadas às relações da educação com a sociedade. **Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública** - Espaço constituído pelas entidades nacionais de educação para debates, ações e formulação de propostas para a educação **nacional**. ... Derivou-se daí a construção da Carta de Goiânia, aprovada na assembleia final da conferência, contendo vinte e um (21) princípios sobre educação, sociedade e estado.

Ou seja, pensar o FPE e a Gestão Democrática como certa forma de governamentalidade, isto é, como uma racionalidade governamental, é entendê-los como conjunto de técnicas, de ações e de discursos cuja normatividade é capaz de se expandir e estruturar diversos aspectos da vida social, de maneira a formatar a conduta dos governados por meio de sutis processos de subjetivação.

Vimos nesse tópico que as discussões em torno da gestão democrática foram sistematizadas a partir da CRFB de 1988 e da LDBEN, Lei nº 9394/96, a fim de incluí-la no sistema de ensino brasileiro. O FPE emerge, nesse contexto, como uma das possibilidades para se alcançar a gestão democrática. Mas, a centralidade do FPE é no controle e na fiscalização, já a gestão democrática apresenta um sentido muito mais amplo, sendo uma ferramenta mais participativa e transformadora, capaz de levar os sujeitos a fazer intervenções locais que atenda ao bem comum.

2.4 Estrutura do programa Formação pela Escola e sua relação com o controle social de recursos públicos

O programa Formação pela Escola tem uma proposta pedagógica que se fundamenta em três pilares: Educação a Distância (EAD), formação continuada e construção do conhecimento. O programa utiliza a modalidade EAD como primeiro pilar que fundamenta sua proposta pedagógica, porque com essa estratégia é possível abarcar uma quantidade de cursistas em grande escala. Disponibiliza cursos *on-line* para atender todo o território brasileiro simultaneamente (BRASIL, 2021).

Em relação ao quantitativo de cursos, o FPE possui 11 cursos, ofertados em períodos bimestrais durante o ano, sendo realizados dois encontros presenciais por módulo, quais são: Censo Escolar da Educação Básica – Sistema Educacenso, Competências Básicas (CB); Controle Social para Conselheiros (CSC); Formação em Tutoria, Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Nacional de Transporte do Escolar (PNATE), Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope) e o Plano de Ações Articuladas (PAR) (BRASIL, 2021).

Os cursos ora citados possuem carga horária entre 40 e 60h, divididas em 32h de atividades presenciais e 28h de estudo a distância no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e abordam, de forma detalhada, a estrutura e operacionalização dos programas e ações

financiados pelo FNDE. São ofertados em consonância com as demandas dos municípios ou interesses dos participantes. Há dois encontros presenciais por módulo durante as formações, com momentos formativos de construção e propagação de conhecimentos, assim como compartilhamento de vivências e experiências dos cursistas. No período da pandemia foi *on-line*. Foi abortado o curso presencial (BRASIL, 2021).

Os participantes são acompanhados por um sistema de apoio à aprendizagem, mediado pela Rede de Tutoria. Conta, ainda, com a orientação da equipe gestora estadual ou distrital, que monitora e avalia as ações de tutoria e os resultados de execução. A avaliação da aprendizagem inclui a participação dos cursistas nos encontros presenciais, nos fóruns de discussões do AVA, bem como na realização e postagem da atividade final e da autoavaliação. As notas são lançadas pelo tutor no Sistema de Informação do Formação pela Escola (Sife). Os cursistas que têm aproveitamento no processo avaliativo recebem certificado de conclusão (BRASIL, 2021).

O Formação pela Escola é promovido por meio de uma plataforma digital. Até junho de 2020, dois sistemas eram utilizados: o Sife e o Sistema de Formação a Distância do curso Formação pela Escola pela plataforma Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). No entanto, em 2020, no segundo semestre, houve uma reestruturação, resultando na incorporação dos sistemas e no surgimento de outra plataforma, o Novo Sife AVA, o qual vem sendo utilizado atualmente (BRASIL, 2021).

A incorporação dos sistemas promoveu a reorganização dos cursos, os quais passaram a ser ofertados na modalidade com e sem tutoria. Os cursos disponibilizados sem o tutor são ofertados sem acompanhamento e orientação, isto é, são autoinstrucionais; os participantes buscam na plataforma o material de estudo, realizam as ações propostas, posta na plataforma a atividade final do módulo e obtém o certificado. Eles têm um período de duração de até 30 dias, a partir da data de matrícula (BRASIL, 2021).

Os cursos com tutoria possuem a disponibilização de tutores para ajudar no acompanhamento, na motivação e nos aspectos técnicos e pedagógicos no período das formações. Os participantes têm o material disponibilizado para acesso, participam de fóruns de discussões sobre a temática dos módulos, realizam estudos na plataforma do AVA, submetem o trabalho final e, sendo aprovados nas etapas propostas, recebem o certificado. A duração dos cursos com a participação do tutor é de 30 a 45 dias, realizando, na etapa presencial, dois encontros, com carga horária de quatro horas cada (BRASIL, 2021).

Nos cursos com tutoria, o tutor auxilia como mediador técnico e pedagógico, tanto nas etapas à distância, quanto nas presenciais, e são acompanhados pelos formadores

multiplicadores, definidos pela coordenação estadual, visando promover a formação desses profissionais para estarem aptos ao cargo de tutor. Há um curso específico dentro da programação do FPE chamado Tutoria para a Rede do Formação pela Escola, indicado, exclusivamente, para a formação dos tutores (BRASIL, 2012).

De acordo com Castro (2014), o curso Tutoria para a Rede do Formação pela Escola possibilita aos tutores adquirirem informações importantes visando:

[...] aprimorar a tutoria nesse contexto, dando as orientações necessárias para que você possa adquirir uma visão integral e integrada e, a partir dela, conduzir o processo de educação a distância, ciente das suas funções e atribuições enquanto tutor capaz de orientar os cursistas a se envolverem no processo de aprendizado de maneira ativa, criativa e cooperativa. (CASTRO, 2014, p. 9).

Castro (2014) afirma que as formações por meio do curso de tutoria oferecem condições para que o tutor adquira uma visão mais ampla do FPE para a partir dela conduzir ações que permitam aos cursistas desenvolverem uma aprendizagem ativa, criativa e cooperativa do programa. A Resolução CD/FNDE nº 35, de 15 de agosto de 2012, no artigo 4º dispõe:

O Programa Formação pela Escola oferece cursos de tutoria, competências básicas e temáticos. § 1º O curso de tutoria tem por finalidade formar parceiros para constituir a rede de formadores do Programa, ora denominada Rede de Tutoria do Formação pela Escola e é dirigido à formação de: tutor do formação: pessoa indicada pelas prefeituras municipais ou pelas secretarias de educação do estado ou do DF e selecionada pela coordenação estadual ou distrital do Programa com base em seu currículo, de acordo com as diretrizes do Formação pela Escola, devendo ser servidor da rede pública de ensino ou integrante de órgão ou entidade do ciclo de parceira e que, preferencialmente, conheça o ciclo de gestão dos programas e ações financiadas pelo FNDE e educação a distância, para que possa ser responsável pela realização dos cursos e pelo acompanhamento técnico e pedagógico dos cursistas durante as fases presencial e a distância. (BRASIL, 2012).

O FNDE, ao instituir a opção de oferta de cursos sem a orientação do tutor, com a possibilidade de cursos autoinstrucionais fere os princípios da Resolução nº 35, uma vez que esse arcabouço legislativo respalda a realização dos cursos do FPE sob a responsabilidade e acompanhamento técnico/pedagógico do tutor, inclusive, disponibilizando um curso específico de tutoria para sua capacitação. O E6 traz seu posicionamento em relação a esta questão “[...] é importante os cursos autoinstrucionais, mas a gente não pode perder a essência

de ter os cursos com a mediação porque tem o desânimo do cursista, a falta de habilidade dele com as tecnologias” (E6, 2022), situações que precisam ser consideradas.

No discurso do E4, o tutor exerce um importante papel na condução das ações do FPE, e o Estado da Bahia se destaca no assessoramento desses tutores, visto que além do curso específico de tutoria, os multiplicadores promovem formação continuada de todos os cursos disponibilizados no programa para os tutores, ou seja, o tutor recebe a formação de cada curso e só a partir daí pode ofertá-lo em seu município. Vejamos o enunciado do E4:

[...] **Uma coisa que é importante destacar é a formação continuada de tutores.** É fundamental. Nós multiplicadores ofertamos o curso para tutor, e esse tutor, no outro bimestre, geralmente não necessariamente, mas geralmente no outro bimestre, disponibiliza esse curso no município. Nós também somos tutores, então o multiplicador também é tutor dos tutores. **É importante destacar que, na Bahia, para o tutor ofertar o curso ele tem que ter o certificado, o que não é uma exigência do FNDE,** mas, como é que o tutor vai ofertar se ele não tem? O próprio ambiente não proíbe isso. Se ele abrir a turma vai acontecer. Mas, na Bahia, nós não aceitamos, o tutor precisa fazer o curso em que o multiplicador é o tutor, e o tutor vai aplicar esse trabalho lá no município (E4, 2021, grifo nosso).

No enunciado do E4 fica perceptível a importância dada à formação dos tutores para conduzirem a formação dos cursistas nos municípios baianos. O E6 em seu discurso afirma: “A gente tem histórico de tutores que fazem plantões pedagógicos para ajudar o cursista inclusive a postar a atividade tudo isso foram estratégias que a gente fez enquanto estado para dá conta dessa ação” (E6, 2022). Essa foi a estratégia utilizada pela coordenação estadual da Bahia para solucionar a falta de habilidade tecnológica dos cursistas. O E6 acrescenta “A gente acredita que o FPE ainda consegue trazer um número grande de cursista por conta da mediação” (E6, 2022). Assim como a Resolução nº 35, de 15 de agosto de 2012, no artigo 4º, o E5 e E6 também destaca a responsabilidade e importância do tutor na mediação dos cursos do FPE.

Após a abordagem sobre a estrutura do FPE vamos agora apresentar o módulo Controle Social para Conselheiros, as ações implementadas pelo curso, sem a pretensão de detalhá-las, uma vez que objetivamos a análise das características mais gerais que orientam a dinâmica deste módulo. Entendemos que o controle social é o principal pilar do Formação pela Escola e está muito fortemente vinculado ao programa.

O módulo Controle Social para Conselheiros faz parte da grade curricular do programa Formação pela Escola. O curso nasce para tratar do acompanhamento e controle social das políticas da educação, abarcando os principais programas do FNDE. Ele trata das

responsabilidades dos sujeitos que atuam, acompanham e exerce o controle social das ações do FNDE (BRASIL, 2010).

Com carga horária de 40 horas, o curso, de acordo as orientações do FNDE, tem os seguintes objetivos: identificar os conselhos sociais como representações capazes de exercer controle sobre a ação do Estado, supervisionando e avaliando as decisões e ações administrativas, exigindo dos gestores públicos a comprovação dos atos praticados, e compreender a atuação legal destes conselhos, da sociedade civil e da comunidade escolar no acompanhamento das políticas públicas educacionais efetivadas pelo FNDE (BRASIL, 2010).

O curso está dividido em três unidades, a saber: Unidade I Os recursos financiados do Fundeb: Da aplicação à prestação de contas; Unidade II O controle social no âmbito das políticas públicas para educação e Unidade III Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Contam com material didático em versão eletrônica, no ambiente virtual de aprendizagem *Moodle*. Sendo os textos disponibilizados em arquivos do tipo PDF, em linguagem simples e acessível, podendo ser impressos pelo cursista (BRASIL, 2010).

O material do Módulo Controle Social para Conselheiros é composto por: caderno de estudos, caderno de atividades e vídeos, visando auxiliar o cursista e o tutor na condução das atividades pedagógicas. O processo avaliativo do cursista é realizado de duas formas: autoavaliação e avaliação realizada pelo tutor. Quando finalizado o curso, o certificado de conclusão é disponibilizado ao cursista que alcançar aproveitamento em todos os itens do processo de avaliação (BRASIL, 2010).

O processo de transparência da prestação de contas dos recursos financeiros voltados para educação deve ser prioridade no processo democrático e participativo, uma vez que esta resultará na melhoria da infraestrutura física e pedagógica que refletirá na melhoria da educação ofertada. A CRFB/88, art.1º, parágrafo único diz: “Todo poder emana do povo, que o exerce indiretamente, por representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta constituição” (BRASIL, 1988).

Por meio da CRFB de 1988, adotou-se no Brasil uma perspectiva de democracia representativa e participativa, incorporando a participação da comunidade na gestão das políticas públicas educacionais. O Estado, através do MEC/FNDE, vem estimulando a organização da sociedade civil e sua participação no planejamento, acompanhamento e avaliação das políticas públicas educacionais. As ações, projetos e programas do FNDE contam com estruturas que estimulam e propiciam a participação da sociedade nos mais diversos conselhos em todo o país (BRASIL, 2010).

O controle social, na perspectiva do MEC/FNDE, “[...] é a participação da sociedade no acompanhamento e na verificação da execução das políticas públicas, avaliando objetivos, processos e resultados” (BRASIL, 2010, p. 6). De acordo o discurso destes órgãos, MEC/FNDE, os cidadãos, ao acompanhar a execução dos projetos e programas do governo federal, por meio da formação continuada, desenvolve o exercício do controle social dos recursos educacionais. Para isso, o FNDE disponibilizou o módulo Controle Social para Conselheiros na grade curricular do programa Formação pela Escola como um modelo de cartilha a ser seguido para que os sujeitos o utilizem como instrumento de orientação (BRASIL, 2010).

Partindo do princípio da governamentalidade analisamos os elementos utilizados pelo MEC/FNDE que se materializaram no módulo Controle Social para Conselheiros. Percebemos que o FNDE, por meio da oferta do módulo na grade curricular do FPE, instituiu um saber em seu exercício do poder sobre os indivíduos, consistindo, especialmente, na construção de formas de conduzir, a partir de seu âmbito, as condutas dos sujeitos. Segundo Foucault (2010):

[...] O próprio termo "poder" não faz mais que designar um [campo*] de relações que tem de ser analisado por inteiro, e o que propus chamar de governamentalidade, isto é, a maneira como se conduz a conduta dos homens, não é mais que uma proposta de *grade de análise* para essas relações de poder. (FOUCAULT, 2010, p. 240).

Desse modo, nas relações de poder com a produção do saber vem o discurso de controle das contas dos governos subnacionais pela população. Esse saber produzido confere poder ao Estado via MEC/FNDE de instituir o módulo Controle Social para Conselheiros e fazer com que os cidadãos fiscalizem os recursos públicos da educação em nome do Estado ou em nome da participação, da transparência. Esse movimento nada mais é do que o movimento de governar presente nas relações de poder. De acordo Foucault (2010a), o poder deve ser pensado como:

[...] um conjunto de ações sobre ações possíveis: ele opera sobre o campo de possibilidades em que se inscreve o comportamento de sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou dificulta, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite coage ou impede absolutamente; mas é sempre um modo de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. *Uma ação sobre ações* (FOUCAULT, 2010a, p. 288, grifo nosso).

Segundo Foucault (2010a), o exercício do poder consiste em “conduzir condutas”, em ordenar o campo de possibilidades de atuação dos outros, em gerir a probabilidade, portanto, e, nesse sentido, ele o aproxima da noção de governo que havia no século XVI. Desse modo, e como prática de direção, controle e regulação de condutas, pode-se afirmar que o programa Formação pela Escola juntamente com o módulo Controle Social para Conselheiros foram produzidos no interior de uma forma específica de racionalidade política, no exercício de relações de poder.

2.5 Visitando o programa Formação pela Escola ao longo de sua existência

Levando em consideração a temática sobre a trajetória do programa Formação pela Escola no processo de gestão democrática da educação e como este se tornou instrumento de participação e controle social, percebemos que o direito constitucional no campo social e educacional está cada vez mais sendo perseguido, pois estes se complementam, visto que a falta de um, conseqüentemente influencia na garantia do outro. Desse modo, como o intuito do Estado é garantir a participação social nos recursos educacionais, então podemos compreender que não se trata apenas de um direito elencado na CRFB de 1988, mas um dever do Estado de promover políticas públicas capazes de garantir esses direitos de maneira satisfatória e plena.

Do processo de promoção, transformação e movimentação de políticas públicas capazes de promover a democratização educacional é que emerge o programa Formação pela Escola, trazendo formação com orientações sobre os conceitos, sentidos e concepções das políticas da educação (BRASIL, 2008). Instituído em 2006, o programa foi organizado sob influências de aspectos históricos, social político e econômico em uma perspectiva de controle social e gestão democrática.

O FPE foi instituído pela Resolução nº 12, de 25 de abril de 2008, do MEC. Esta Resolução estabeleceu os critérios de implementação e execução do programa, tendo em vista a materialização do fortalecimento e qualificação de parceria com os municípios e a melhoria da gestão e do ensino público. Segundo esta Resolução, no Art. 2º:

O Formação pela Escola é um processo de formação continuada, por meio da oferta de cursos na modalidade de educação a distância, objetivando contribuir para o fortalecimento da atuação dos agentes e parceiros envolvidos com a execução, o monitoramento, a avaliação, a prestação de contas e o controle social dos programas e ações educacionais financiados pelo FNDE. (BRASIL, 2008).

Para fundamentar o arcabouço legislativo do FPE foram utilizados os seguintes documentos legais que serviram de base para a construção da Resolução nº 12, de 25 de abril de 2008, a saber: CRFB de 1988 – art. 214¹¹, LDBEN, Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996¹², Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001¹³, Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005¹⁴, Lei nº 11.306, de 16 de maio de 2006¹⁵ e o Parecer 01/03 do Conselho Nacional de Educação (CNE)¹⁶. Estes documentos desencadearam, embasaram e orientaram a instituição da referida Resolução (BRASIL, 2008).

Em 2012, o MEC/FNDE deliberou a Resolução nº 35, de 15 de agosto de 2012, para complementar a Resolução 12. Ela dispõe sobre os critérios de implementação e execução do programa Formação pela Escola, bem como define os procedimentos para a concessão e o pagamento de bolsas aos professores integrantes das Redes Gestora e de Tutoria, de acordo com a Lei nº 11.273/2006 e nos termos dessa Resolução. (BRASIL, 2012).

Retomando os documentos, sob as Resoluções nº 12 e 35 que fundamentaram o FPE, notamos que eles forneceram arcabouços institucionais necessários para a execução do programa Formação pela Escola. As Resoluções apresentam a maneira pela qual ele deve ser executado. Na Resolução 35, no Art. 3º, é explicitado o público-alvo do FPE:

O público-alvo dos cursos do Formação pela Escola é constituído por parceiros que exercem funções na execução, no monitoramento, na avaliação e na prestação de contas das ações e programas educacionais financiados pelo FNDE, bem como por aqueles que realizam o controle sobre o uso dos recursos orçamentários alocados nessas ações e programas, tais como: profissionais de ensino das redes públicas, técnicos e gestores públicos municipais, estaduais e distritais que atuam na Educação Básica. (BRASIL, 2012).

¹¹ Estabelece que o PNE deve elevar o nível da qualidade do ensino no país.

¹² No Art. 1º afirma que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

¹³ Aprova o PNE com duração de dez anos.

¹⁴ São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição, e na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias da União para 2006.

¹⁵ Esta Lei estima a receita da União para o exercício financeiro de 2006, no montante de R\$ 1.702.917.694.437,00 (um trilhão, setecentos e dois bilhões, novecentos e dezessete milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e trinta e sete reais), e fixa a despesa em igual valor, compreendendo, nos termos do art. 165, § 5º, da Constituição e dos arts. 6º, 7º e 61 da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005, Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2006.

¹⁶ Dispõe sobre os direitos dos profissionais da educação com formação de nível médio, na modalidade Normal, em relação à prerrogativa do exercício da docência, em vista do disposto na lei 9394/96, e dá outras providências.

O público-alvo do FPE é direcionado a todos os sujeitos envolvidos no processo educativo. O programa Formação pela Escola, no contexto histórico das políticas públicas, vem se destacando como um condutor da participação social, no que se refere à disponibilização de informações sobre o monitoramento, avaliação, fiscalização e execução dos recursos públicos da educação ofertados pelo FNDE (BRASIL, 2008).

No governo Lula, gestão em que emergiu o FPE, ocorreram inúmeras mudanças no campo das políticas públicas educacionais, dentre as quais destacamos: ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos; implantação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE); ampliação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb); políticas de ação afirmativa. O governo Lula foi apontado como promotor de políticas educacionais dirigidas aos setores mais vulneráveis da população (MARQUES; MENDES, 2007).

A gestão do presidente Lula buscou dar voz aos sujeitos nos direcionamentos das políticas voltadas para educação, visando à participação social no monitoramento, avaliação, execução e fiscalização dos recursos educacionais ofertados pelo FNDE. Nessa perspectiva, o FPE surge trazendo em seu discurso a ideia de orientação à comunidade sobre o funcionamento das políticas educacionais, para que os cidadãos possam participar de forma consciente e esclarecida das decisões educacionais (BRASIL, 2012).

Em 2011, com o fim do governo Lula, Dilma Rousseff, pertencente ao mesmo partido político, Partido dos Trabalhadores (PT), assumiu a Presidência do país. Ela presidiu o Brasil no período de 2011 a 2015, neste período a atividade econômica caiu consideravelmente com diminuição da popularidade e do poder político e, de acordo Gustavo Franco, essa situação ocorreu devido à falta de arranjo político (REIS, 2016, p. 100). Todavia, no que diz respeito especificamente ao programa Formação pela Escola, ferramenta de gestão que articula o acompanhamento, fiscalização, execução e controle social das políticas educacionais, o programa permaneceu ativo, baseado na mesma estrutura organizacional e funcional da gestão anterior, sem modificações ou alterações (BRASIL, 2015).

Em 2016, Michel Temer assumiu a presidência da república. Logo após sua posse, várias medidas que comprometem o futuro da educação foram lançadas pelo governo federal, a exemplo da Emenda Constitucional (EC) nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que “altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o novo regime fiscal, e dá outras providências”. Essa alteração, resultante dos projetos e Emenda Constitucional 241 e

55, estabelece corte e limitação de investimentos públicos por um período de 20 anos (AMARAL, 2016). Para Amaral (2016):

O Novo Regime Fiscal (NRF), válido para a União, significa, na prática, “congelar”, nos valores de 2016, as despesas primárias do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas da União (TCU), do Ministério Público Federal (MPF) e da Defensoria Pública da União (DPU) pelo longo prazo de 20 anos, uma vez que os valores somente poderão sofrer reajustes até os percentuais referentes à inflação do ano anterior, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (AMARAL, 2016, p. 654).

Desse modo, os projetos, programas e ações destinados à educação ficaram imersos em meio aos cortes financeiros na gestão do presidente Temer. Mas, em meio à limitação de gastos e cortes financeiros, no que diz respeito ao FPE, o governo Temer, embora não tenha priorizado a área social, a exemplo da EC nº 95, manteve, na estrutura organizacional e funcional do FPE, o mesmo alinhamento dos governos anteriores, ou seja, não houve mudanças nem alterações no direcionamento das formações.

Em 2019, Bolsonaro assumiu a Presidência da República no Brasil. O contexto educacional em sua gestão é marcado pela instabilidade política. Nessa gestão, a pasta do MEC foi uma das mais agitadas, devido às diversas trocas de Ministro da Educação. O FPE passou por mudanças. De 2006, ano de sua instituição, até o presente momento (2022), esta gestão foi à única que não seguiu o alinhamento dos governos anteriores na condução do programa.

Na gestão do presidente Bolsonaro o programa Formação pela Escola passou por algumas reformulações a exemplo da mudança na plataforma Sife e o Sistema de Formação a Distância do curso Formação pela Escola pela plataforma Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). Houve uma reestruturação, resultando na incorporação dos dois sistemas com o surgimento de outra plataforma, o Novo Sife AVA (BRASIL, 2021).

Outra alteração ocorrida nessa gestão é a possibilidade de execução dos cursos do programa Formação pela Escola com e sem a orientação e participação do tutor. Sendo assim, qualquer cidadão que tenha interesse em participar dos cursos poderá ter acesso a plataforma para realizar sua inscrição (BRASIL, 2021). De acordo o E6, essas mudanças ocorridas no âmbito do FPE se deu pela mudança política na esfera nacional. O E6 relata a descontinuidade na organização do programa Formação pela Escola:

Só para ter ideia teve atraso no pagamento de bolsas esse ano (2022) porque não tinha sido feito aporte financeiro para ação do programa Formação pela Escola e houve um desmonte mesmo a gente não tem mais uma equipe de coordenação nacional. Então eu acredito que essa crise se deu nessa mudança política com essa mudança as equipes que tinha essa expertise de orientar e trabalhar a gente tinha uma parceria tão forte que a gente tinha a coordenação nacional no estado para ajudar no processo formativo para orientar as coordenações para fazer esse movimento de conhecer o território. Já tivemos grandes eventos com a participação da coordenação nacional. O que nos fortalece é que a gente tem uma coordenação estadual autônoma. (E6, 2022).

De acordo o enunciado do E6, a coordenação estadual da Bahia está trabalhando praticamente sozinha na ação do programa Formação pela Escola sem o apoio da coordenação nacional porque foi desfeita a parceria com a mudança de governo nacional e ainda não foi reorganizada. Mas, segundo ele, apesar do desmonte na execução do FPE o estado da Bahia ainda tem autonomia na condução e execução do Formação pela Escola (E6, 2022).

Segundo o E6, o programa FPE atualmente está com 3 cursos fora do ar por conta de atualizações, o Fundeb, Controle Social e o Siope, cursos imprescindíveis de mobilização. Eles estão fora do ar desde 2020. O programa, apesar desse processo de descontinuidade, relatado pelo E6, vem funcionando com regularidade em âmbito nacional, no município de Poções não houve formação de turmas em 2021 e 2022. O E6 a esse respeito afirma que,

Em 2020 nós tivemos 6 turmas finalizadas dentro do território do município de Poções, mas de 2021 para cá a gente não teve mais ação do Formação pela Escola. Não tivemos nenhuma turma em 2021 e nem em 2022. Nós tivemos uma troca de tutor, mas nada foi ofertado até o momento. Inclusive é um município que está na nossa lista para fazer um contato mais específico porque quando a gente percebe que tem um município que tem certo tempo sem abrir turmas a gente volta para conversar com o secretário isso é uma demanda do nosso estado da Bahia. É uma ação que nós implementamos enquanto estado, então, a gente faz esse convite ao secretário, primeiro claro ao tutor para entender o que é que acontece para não abertura de turmas e depois com o município e depois a gente manda uma informação dizendo que vamos inativar esse município porque ele já tem x tempo sem abrir uma turma. (E6, 2022).

Então, de acordo o E6, o município de Poções já está na lista de contatos para que a coordenação estadual da Bahia entenda o que está acontecendo por essa falta de aberturas de turmas que vem acontecendo a partir de 2021. É importante destacar que o município manteve as formações do programa Formação pela Escola regulares até o ano de 2020. No próximo capítulo analisamos o programa Formação pela Escola como instrumento de governamentalidade.

3 O Programa Formação pela Escola como Instrumento da Governamentalidade

O programa Formação pela Escola, instituído no âmbito de uma proposta específica de participação e controle social, está inscrito em um jogo estratégico de poder/saber. Ao pensarmos que tal proposta foi sendo forjada a partir de elementos heterogêneos, tais como leis, resoluções, regulamentos, cartilhas, manuais, princípios de gestão etc., e que tais elementos contribuíram para formalizar e sistematizar um conjunto de ideias, conhecimentos, atitudes e princípios sobre o que deveria ser uma formação continuada para os sujeitos contemporâneos, pode-se afirmar que tal processo não se deu sem a atuação de um interesse específico. Em outras palavras, de acordo com Foucault (1999a), quando os discursos se firmam nas leis, converte-se em o veículo da lei.

No que tange ao FPE, a população é envolvida no processo de controle de recursos educacionais destinados aos entes subnacionais, sendo uma estratégia de governo que leva a sociedade a servir aos interesses da política educacional que institui o programa. Com esta afirmação não estamos dizendo que a população se torna massa de manobra do governo, mas, sim, aliada deste na busca pela efetivação da política pública, pois possibilita que os atores sociais envolvidos no FPE tenham maiores condições de pensar a política, suas dificuldades e necessidades da comunidade atingida por esta, influenciando na elaboração e na implementação da ação do Estado, levando este a estabelecer relações do tipo top-down e bottom-up.

Essa forma de governo, chamada de governamentalidade por Foucault, por meio de mecanismos e instrumentos conduz a conduta da população. É nessa perspectiva que proporcionar uma formação continuada por meio do FPE, que seja adequada aos ditames de uma sociedade de seguridade, uma sociedade que exige dos sujeitos uma disposição permanente para apreender conteúdos que escapam aos próprios conhecimentos tradicionalmente entendidos como escolares (disciplinares), para adentrarem em conhecimentos, habilidades e atitudes que possam lhes conferir certa proteção e segurança, oferecendo menos risco para si e para os outros. Segundo Foucault (2008b;1996b):

Desde o século XVIII, vivemos na era da governamentalidade. [...] a governamentalização do Estado foi o fenômeno que permitiu ao Estado sobreviver. Se o Estado é hoje o que é, é graças a esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.; portanto, o Estado em sua sobrevivência e em seus limites,

deve ser compreendido a partir das táticas gerais de governamentalidade. (FOUCAULT, 2008b, p. 145; 1996b, p. 292).

Nessa premissa, considerando que vivemos sob um Estado governamentalizado, em que as formas de ação e estratégias não provêm de um ponto único, mas se encontram dispersas por todo o tecido social, agindo transversalmente a partir de diversas instâncias, a partir “de uma série de aparelhos específicos de governo e de um conjunto de saberes” (FOUCAULT, 1996b, p. 292) e convocando a todos a participarem, a se engajarem na tarefa de condução das condutas, não se pode falar de enfraquecimento ou diminuição do Estado, mas de sua proliferação. É por meio de novos arranjos e parcerias, que o Estado se ramifica por todo o corpo social, garantido sua presença em cada prática, em cada sujeito.

Por outro lado, o Estado e a sociedade civil estão cada vez mais envolvidos na tarefa de colocar a todos em circulação, de incluir a todos em gradientes de participação. Sendo assim, o exercício do controle social deve ser compartilhado com todos os atores sociais e, portanto, não deve ser apenas de responsabilidade do Estado. Porém, descentralizar ou delegar para outras instâncias a tarefa de exercer o controle social dos recursos públicos educacionais não implica o enfraquecimento ou o desaparecimento do Estado. Ao contrário, o que ocorre é uma reconfiguração de seu papel e de suas funções. Segundo Lopes (2009):

O abrandamento da presença do Estado não significa seu enfraquecimento; ao contrário, significa a sua presença em cada prática institucionalizada ou não. Em cada sujeito, está o Estado; não há como fugir à sua captura, cada vez mais sutil e eficiente. É possível afirmar que, desde o século XX, além da captura sutil e eficiente do Estado, vivemos a sua articulação produtiva com o mercado, cada vez mais agressivo e criativo. (LOPES, 2009, p. 166-167).

Nesse sentido, o que ocorre é a invenção de novas táticas e de novos dispositivos que colocam o Estado sob uma nova lógica, sob o jugo de um novo tipo de racionalidade política na qual haja participação da sociedade e ao mesmo tempo o controle exercido pelo Estado. No caso específico do programa Formação pela Escola, a sociedade está envolvida em novas formas de regulação das políticas públicas, descentralizando o poder que ficava centralizado na burocracia estatal e no poder político partidário e passa a atuar para acompanhar, fiscalizar, monitorar e exercer o controle social dos recursos públicos voltados para a educação. Nessa seara, fica visível a teia que se estabelece na circulação do poder em espaço micro, no caso aqui de um programa educacional em um município brasileiro.

Entendendo o poder como ação sobre ação, o Estado não deve ser visto de modo

centralizado, de onde emana todo o poder que recai sobre a sociedade. Sendo assim, a constituição do Estado moderno impõe ao governante a criação de tecnologias de controle sobre a sociedade que, para Foucault, está presente no poder disciplinar (na formação de corpos dóceis) visando o controle sobre o indivíduo e no controle da população por meio de ações que visem ao conjunto dos indivíduos. Essas duas estratégias se combinam no processo de subjetivação do sujeito e consequentemente da formação da subjetividade desse sujeito. Essa é a tática produzida pela governamentalidade, controle dos corpos e mentes e se materializa nas políticas de saúde, de educação, etc.

Emerge, então, “um governo dos sujeitos [...]; um sujeito-cliente [...] entendido como portador de uma faculdade humana fundamental, que seria anterior a qualquer determinação social: a capacidade de escolher” (VEIGA-NETO, 2000, p.199). O Estado, portanto, está cada vez mais articulado na tarefa de inclusão para que todos possam desenvolver e exercitar suas capacidades de escolha, em meio a infinitas possibilidades que são ofertadas.

Por fim, o postulado da governamentalidade nos permitiu compreender melhor a relação que se estabelece entre as formas de governar os sujeitos (governo dos outros) e as formas como os próprios sujeitos passam a conduzir a si mesmos (governo de si) a partir das verdades produzidas e disseminadas pelas práticas discursivas contidas no programa Formação pela Escola enquanto instrumento de governamentalidade.

3.1 Instituição do programa Formação pela Escola no município de Poções, Bahia

Neste tópico, vamos contextualizar o programa Formação pela Escola no âmbito do município de Poções, Bahia. Instituído neste município em 2015 sob a gestão do governador do Partido dos Trabalhadores (PT) e sob a direção do prefeito municipal do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), tendo como vice-prefeito um político do PT. Mas, tratamos especificamente do período de 2017 a 2020, recorte temporal desta pesquisa.

Em 2017, uma nova gestão municipal se instalou no município. Neste ano, o governador continuava sendo do PT e o gestor municipal era do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), mas havia uma coligação com o governo estadual. Como o programa é organizado e pensado para promover a ação do Estado, frente à intermediação com os municípios, esta parceria favoreceu que as ações do FPE em Poções ocorressem de forma tranquila.

A parceria entre o Estado e o município de Poções na implementação do FPE ocorreu por meio do Programa de Apoio à Educação Municipal (Proam). O Proam emergiu como uma

política de governo para articular o estado com seus municípios no campo da educação, como forma de corroborar com assessoramento técnico. O Programa promoveu a integração entre as políticas educacionais federais, da Secretaria de Educação do Estado da Bahia e as secretarias municipais de educação. Segundo o E6:

[...] a primeira ação em regime de colaboração com os municípios foi o plano Municipal de Educação e com essa ação nessa tentativa de auxiliar os municípios na elaboração de Planos Municipais de Educação nasce o Programa de Apoio aos Municípios Proam como uma das ações de fortalecimento aos planos e ao longo dos anos fomos surgindo com novas ações para dar conta dessa possibilidade de regime de colaboração entre estados e municípios. (E6, 2022).

O “[...] Proam foi lançado em 28 de janeiro de 2008, como ação integrante da Secretaria da Educação do Estado da Bahia, vinculada a proposta pedagógica Uma Escola de Todos Nós” (JESUS, 2020, p. 128). Conforme David *et al.*, (2014) o Proam:

[...] constitui parte integrante do Projeto Educacional Todos pela Escola e atende ao princípio constitucional do Regime de Colaboração entre Estado e Municípios destacam-se: o Projeto de Assessoramento à Elaboração, Avaliação e Adequação do Plano Municipal de Educação (PME); o Projeto de Acompanhamento e Implementação do Plano de Ações Articuladas (PAR); o Assessoramento à Elaboração do Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério (PCR); o Projeto de Reestruturação de Secretarias Municipais de Educação (PARES); o Projeto de Fortalecimento do Conselho Municipal de Educação (CME); o Programa Formação pela Escola. implementado em parceria com o Fundo de Desenvolvimento da Educação (FNDE); e o Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares – PROGESTÃO. (DAVID *et al.*, 2014, p. 5).

O referido Programa iniciou com o assessoramento do PME e, em seguida, do PAR, colaborando, também, com vários projetos educacionais, até chegar ao programa Formação pela Escola. De acordo com Jesus (2020):

[...] a ação encontrou amparo legal na Constituição Federal de 1988 e na Constituição do Estado da Bahia, Art. 11 e inciso XVII, que estabelece como competência do Estado, cooperar, técnica e financeiramente, com os serviços municipais de atendimento à saúde da população e com os programas de educação pré escolar e de ensino fundamental. (JESUS, 2020, p. 127).

Em 2008, o Proam iniciou suas atividades de assessoramento aos municípios por meio da elaboração do PME. Dentre suas ações, podemos visualizar, no Quadro 04, o propósito

geral de cada ação e sua circunscrição evidenciando a articulação com as diretrizes da política educacional no Brasil.

Quadro 4 – Ação, circunscrição da ação e objetivo geral do Proam

| AÇÃO | CIRCUNSCRIÇÃO DA AÇÃO | OBJETIVO GERAL |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Projeto de Assessoramento à Elaboração, Avaliação e Adequação do Plano Municipal de Educação (PME). | O Projeto de Assessoramento à Elaboração, Avaliação e Adequação do Plano Municipal de Educação propõe um trabalho de construção de um instrumento estruturante de planejamento pedagógico articulado com o Projeto de Lei do Plano Nacional de Educação e os instrumentos de planejamento orçamentário, a saber: Plano Plurianual (PPA), Lei Orçamentária Anual (LOA), e Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO), no âmbito dos municípios, com vistas à garantia do direito social à educação de qualidade. | Assessorar as Secretarias Municipais de Educação no processo de elaboração, avaliação e adequação de planos municipais de educação, em consonância com os Planos Nacional e Estadual de Educação. |
| Projeto Monitoramento e Acompanhamento do Plano de Ações Articuladas (PAR) | Ação desenvolvida em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e Fundo Nacional de Desenvolvimento (FNDE), por intermédio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Decreto 6.094/2007. O projeto tem como intuito assessorar os municípios no planejamento e atendimento às demandas diagnosticadas e priorizadas no Plano de Ações Articuladas (PAR) para melhoria dos Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 408 municípios baianos. | Favorecer a melhoria da qualidade da educação nos municípios e o alcance das metas projetadas em cada IDEB municipal, por meio do assessoramento técnico-pedagógico à implementação do Plano de Ações Articuladas. |
| Projeto de Assessoramento à Elaboração de Plano de Carreira e Remuneração (PCR) | O Plano deve contemplar a valorização dos profissionais em educação, e a melhoria da qualidade do trabalho realizado nas escolas, atendendo a determinação da Lei Nº 11.738/2008. | Prestar assessoramento aos Municípios na construção de Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos Trabalhadores em Educação |
| Projeto de fortalecimento de Conselhos Municipais de Educação (CME) | Trata-se de um projeto de fortalecimento da atuação dos Conselhos Municipais de Educação e do Comitê Local do PAR na proposição, acompanhamento e avaliação das políticas educacionais, possibilitando a autonomia dos Sistemas Municipais de Ensino na garantia da educação básica com qualidade e efetividade social. | Fortalecer a atuação do CME na elaboração, acompanhamento, avaliação e controle social das políticas educacionais vinculadas ao Plano Municipal de Educação (PME) e Plano de Ações Articuladas (PAR), no âmbito dos municípios. |
| Projeto de Reestruturação de Secretarias Municipais de Educação (Pares) | Trata-se de um projeto de apoio técnico aos municípios para repensar sua estrutura organizacional nas dimensões pedagógica, política, administrativa e financeira, com foco na otimização de recursos e melhoria da qualidade da gestão da rede escolar. | Contribuir com a reestruturação organizacional de Secretarias Municipais de Educação, por meio da formação dos sujeitos que integram a dinâmica de gestão e prestação de serviços educacionais à comunidade. |
| Programa de Capacitação a Distância para Gestores Escolares (Progestão) | A ação de formação, implementada por meio do Progestão, favorece a preparação da equipe gestora para atuar nas dimensões administrativa, financeira, pedagógica, jurídica e comunitária do trabalho escolar, tendo como foco principal a aprendizagem dos estudantes e a melhoria dos indicadores de desempenho da escola. Tem duração equivalente a 300horas /aula e conta com um material didático composto por 10 | Promover a formação dos gestores escolares e equipe técnico-pedagógica do sistema público de ensino, na perspectiva do fortalecimento da gestão escolar democrática e da melhoria do desempenho da escola pública. |

| | | |
|-------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| | módulos. O público-alvo é constituído pela equipe gestora e pelo grupo de representação do Conselho Escolar na Rede Pública de Ensino. | |
| Programa Formação pela Escola (FPE) | Formação continuada para profissionais de ensino que atuam na educação básica pública, membros das comunidades escolares e participantes das diversas formas e organização social. | Disseminar as informações referentes à execução, monitoramento, avaliação, prestações de contas e o controle social das ações educacionais financeiras pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). |

Fonte: Produzida pela autora, 2021, inspirada em Jesus (2020, p. 138).

O Proam se concretizou por meio de ações que se caracterizavam como forma de intermediação e colaboração aos programas federais implementados nas unidades federativas, mas que, ao serem articulados, passavam por adequações que intencionavam o atendimento às demandas educacionais, a observância ao respeito às diversidades do Estado e dos seus municípios, muitas vezes ausentes na instituição de políticas de coordenação nacional. Assim, as relações de colaboração nesse sentido, foram complexas.

No município de Poções, segundo o E5, houve a participação dos representantes do Proam nas orientações das ações oriundas do programa Formação pela Escola.

[...] eles perguntaram se a gente teria como fazer adesão; então, procurei me informar e, quando eu vi uma palavra, falei ‘é essa’, quando ele dizia que **era um programa que tinha lá na ponta construir as bases para o controle social dos recursos da educação**. Nós fizemos a adesão não foi de primeira. Nós fizemos uma discussão com três educadores de Vitória da Conquista, me apresentou toda a estrutura, e aí nós começamos a dizer ‘sim’ e fizemos aquele termo de compromisso, a assinatura de documentos formais para poder fazer a adesão do município. (E5, 2021, grifo nosso).

Esses educadores de Vitória da Conquista, citados pelo E5, eram representantes do Proam que vieram até Poções no período de instituição do FPE para firmar a parceria no processo de implementação do Formação pela Escola no município e a partir daí iniciar as atividades do programa.

Em 2017 a secretaria municipal de educação de Poções disponibilizou recursos para que a tutora do programa Formação pela Escola participasse do curso de tutoria em Salvador na Bahia para capacitação a fim de mediar às ações do programa no município. As atividades do FPE, considerando o recorte temporal desta pesquisa, foram iniciadas em 20 de abril de 2017, com duas turmas, contendo na turma A 31 cursistas e na turma B 30. Os cursos ofertados foram de Competências Básicas, curso indicado pelo FNDE para iniciar as

formações. Estas mesmas turmas deram seguimento aos cursos dos módulos seguintes, tendo apenas um cursista desistente no percurso de todo o curso¹⁷.

Em meados de 2020 abriu-se mais duas turmas contendo 30 cursistas cada. Foram trabalhados apenas dois módulos devido à mudança da gestão municipal, o de Competências Básicas e o do PAR. Este último acrescentado na grade dos cursos do FPE em 2020. Mas, houve alteração na estrutura das formações em razão do contexto pandêmico. Não houve neste período encontros presenciais do FPE. Ainda neste mesmo ano houve eleição municipal e a gestão do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) coligado com o Partido dos Trabalhadores (PT) retornou ao poder. Porém, mesmo este governo tendo instituído em sua gestão em 2015 o programa, ao retornar para gestão municipal não deu seguimento as atividades do FPE em 2021. De acordo a secretaria municipal de educação esta estava se organizando para iniciar as atividades do FPE, o termo de adesão já havia sido assinado. Podemos observar no enunciado do E5:

[...] A Secretaria do Estado ela fez a convocação para que a secretaria fizesse a adesão. Nós estamos no quarto ciclo de 2021, do qual a gente sinalizou desde o segundo ciclo a necessidade de fazer novamente **a adesão. Essa adesão já foi feita. Já foi criado a parceria.** Nós já estamos fazendo um levantamento dos profissionais que vão participar e assim que a gente organizar tudo provavelmente nós vamos entrar no quinto ciclo. **Começa agora no final de setembro/outubro.** (E5, 2021, grifo nosso).

O E5 confirmou a adesão do FPE em 2021 no município por meio do Termo de Adesão e Compromisso, com expectativa de iniciar as formações ainda no mesmo ano. Porém, em conversa com o E5, em outubro de 2021, após a primeira entrevista, foi informado que as formações somente seriam iniciadas em 2022. O E5, em seu enunciado, ainda conta: [...] **esse programa é muito querido**, porque eu tenho recebido aqui, desde o início do ano, **pessoas querendo participar. Inclusive, nós recebemos aqui agora o pessoal de apoio** (E5, 2021, grifo nosso).

Percebemos, diante do enunciado do E5, que há interesse por parte dos cidadãos em participar das formações do FPE. Os sujeitos envolvidos no processo educativo têm buscado, junto à SMEP, essas formações. Entretanto, por mais que o E5 defina o programa como muito querido às ações do FPE não foram retomadas em 2021.

Entre 2015 e 2020 passaram-se duas gestões no município de Poções. Nesse período, o FPE funcionou de forma regular, sem interrupções, contemplando todas as exigências do

¹⁷ Informações advindas da Secretaria Municipal de Educação de Poções.

FNDE e da Coordenação Estadual do programa. Houve disponibilização e formação dos tutores, espaço para as formações, cujos encontros presenciais eram ofertados lanches, material pedagógico e certificado de conclusão a cada término dos módulos. É possível ratificar tais afirmações nos discursos do E1, E2 e E3, participantes das formações do FPE nesse período.

A SMEP cedeu o local para que as pessoas participassem desses cursos de formação. Nós realizávamos esse curso na Secretaria de Educação no período noturno, então a **SMEP ela cedia o local para nossa formação. Cedia o tutor, também, para nossa formação, além, também, de ceder os materiais usados nessa formação** e, também, assim, geralmente quando a gente encerrava um módulo, a gente fazia várias apresentações para colocar em prática aquilo que nós aprendemos, e **o material que a gente utilizava para essas apresentações era tudo cedido pela Secretaria de Educação.** (E1, 2021, grifo nosso).

A Secretaria de Educação tem atuado de forma ativa. Eu percebo que tem dado grande apoio, principalmente aos participantes da formação, e isso tem levado a grandes progressos para todos nós na aprendizagem, no número de aprendizagem, tanto do aluno quanto conhecimento de modo geral. (E2, 2021, grifo nosso).

A gente tinha um apoio muito bom da secretaria na época. Tinha vez que a gente usava a Câmara de vereadores, porque era um evento tão grande que a gente usava a Câmara. Então, foi muito bom. Era divulgado nas rádios, eu lembro!, e divulgado, também, nos grupos das escolas. Todo mundo divulgava. Era uma participação muito boa. **A Secretaria dava muito apoio, tinha os lanches, tinha a distribuição de lembrancinhas em todas às reuniões.** (E3, 2021, grifo nosso).

Como visto nos discursos acima, houve parceria da SMEP e do município, de um modo geral, para que as formações, no tocante ao FPE, ocorressem de forma adequada até 2020. O discurso do E1 destaca que a secretaria cedia o local, o tutor, material usado para as formações. De acordo o termo de compromisso instituído pela Resolução do FNDE nº 35, de 15 de agosto de 2012, essa é uma responsabilidade da SMEP.

O programa Formação pela Escola teve uma grande aceitação por parte dos cursistas, que o reconhece como gerador de informações sobre as políticas educacionais oriundas do FNDE. No percurso das formações, houve a participação do tutor em todos os cursos. O tutor é indicado pela gestão municipal, e “de um modo geral, os tutores do FPE são professores da rede municipal que exercem uma atividade também de coordenador técnico, e essa gestão eles fazem ali muito próximo ao dirigente municipal” (E4, 2021).

O tutor desenvolveu seu trabalho no espaço da SMEP, juntamente com o secretário (a) e os coordenadores, exercendo outras funções além de tutor no município de Poções. Sendo

assim, é possível que esta aproximação contribua para que o trabalho flua de forma tranquila devido à parceria partidária que ocorre, pois, é o gestor municipal quem indica quem vai exercer a função de tutor.

Compreendendo que a escolha do tutor seja um campo de disputas política, o provimento do cargo de tutor do FPE tem a ver com as relações de poder existentes na sociedade. Isso, por conta da persistência de práticas clientelistas¹⁸, e, sobretudo o apadrinhamento político. Assim, os governos locais buscam maneiras de manter-se em condições de governança, de acordo a perspectiva foucaultiana, já que o tutor do FPE acaba sendo agente de controle e influência junto às comunidades local. Desta forma, ações que podem gerar mudanças no exercício do poder, não são bem aceitas por aqueles que se encontram em condições de controle.

Os cursos ofertados nas formações do FPE pelo tutor no município de Poções, no período de 2017 até 2020 trouxeram informações sobre as políticas educacionais e foram trabalhados de forma presencial e *online*, sendo dois encontros presenciais, realizados no espaço da SMEP, e o restante da carga horária trabalhada a distância pelo AVA. Em 2020 em razão da pandemia não houve momento presencial. Sua divulgação foi realizada pelo tutor responsável pelo FPE no município, por meio de ofícios enviados às escolas, aos interessados e pelas redes sociais (POÇÕES, 2020).

A prioridade para participar dos cursos foi para os sujeitos que estavam diretamente envolvidos no processo educativo, podendo, também, outros cidadãos participarem, de acordo com o surgimento de vagas. Para o FNDE, o programa é destinado:

Aos cidadãos que exerçam funções de gestão, execução, monitoramento, prestação de contas e controle social de recursos orçamentários das operações financiadas pelo FNDE, como os agentes da educação da rede pública, técnicos, gestores públicos dos Estados, dos Municípios e das escolas, membros do comitê local do Plano de Ações Articuladas (PAR) e dos conselhos da educação (Conselho Municipal de Educação – CMM; Conselho Escolar – CE; Conselho de Alimentação Escolar – CAE; Conselho

¹⁸ No clientelismo **as relações entre os detentores do poder e a população comum são mais amistosas e benéficas** para os dois lados. No clientelismo, a relação de troca pode ser entre político e político ou político e cidadão. No caso do apoio entre políticos há oferta de cargos públicos para amigos e parentes entre as partes envolvidas. Quando se trata da relação político-cidadão, as propostas são diversas: de vaga em hospitais, a cestas básicas. Justamente por ser um formato que se adequa ao contexto específico dos agentes envolvidos, o clientelismo se perpetua e é encontrado em ambientes em que a população é escolarizada ou analfabeta; financeiramente abastada ou paupérrima. Disponível em: https://www.politize.com.br/clientelismo/?https://www.politize.com.br/&gclid=Cj0KCCjwpCVBhCFARIsAGMxhAd8RuoY33wbqda0xrm5LYmnEX5X8l2bweMG84Du9Dvv-U2qSMoEvoaAj8LEALw_wcB. Acesso em: 22 abr. 2022.

de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb – CACS/FUNDEB) que atuem no segmento da educação e qualquer cidadão que tenha interesse em conhecer os projetos do FNDE. (BRASIL, 2021).

Podemos observar que os cursos são oferecidos, inicialmente, para todos os sujeitos da educação, mas também é liberado para toda sociedade civil que tenha interesse no acompanhamento, monitoramento, avaliação, execução e fiscalização das políticas educacionais ofertadas pelo FNDE. Entre os anos de 2017 até 2020, o FPE se estabeleceu no município de Poções proporcionando formação continuada para cerca de 60 cursistas, atingindo vários segmentos da sociedade (professores, conselheiros, gestores escolares, coordenadores da SMEP e escolar, merendeiras, secretárias escolares, assistente social, entre outros). Todos receberam certificação (POÇÕES, 2021). Veja o demonstrativo na tabela a seguir.

Tabela 5 – Demonstrativo do Quantitativo de Cursistas de 2017 a 2020

| Curso | Quantitativo de Matrícula | Quantitativo de Concluinte |
|----------------------------------------------------------------------|----------------------------------|-----------------------------------|
| Competências Básicas (CB) | 61 | 61 |
| Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) | 60 | 60 |
| Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) | 60 | 60 |
| Censo Escolar da Educação Básica | 60 | 60 |
| Programa Nacional de Transporte do Escolar (PNATE) | 60 | 60 |
| Plano de Ações Articuladas (PAR) | 60 | 60 |
| Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) | 60 | 60 |
| Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) | 60 | 60 |
| Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação (Siope) | 60 | 60 |
| Controle Social para Conselheiros (CSC) | 60 | 60 |
| Formação em Tutoria | 01 | 01 |

Fonte: Produzida pela autora. (2021).

A tabela 05 apresenta o quantitativo de 60 cursistas concluintes dos cursos do FPE. Houve no período de 2017 até 2020 apenas uma formação para o tutor de Poções. Os cursistas deram seguimento ao curso contemplando todos os módulos da grade curricular do Formação

pela Escola tendo apenas uma desistência. Gostaríamos de abranger mais a discussão especificamente no quantitativo de cursistas por cada seguimento que participaram das formações do FPE por meio de planilha de forma detalhada. Mas, a existência de pouco material escrito e documentado impossibilitou a ampliação dessa discussão. O site do FNDE não disponibiliza tais informações.

No tópico seguinte tratamos sobre a participação dos conselheiros na condução dos programas educacionais no contexto do programa Formação pela Escola.

3.2 Participação dos conselheiros no controle social de programas destinados à educação

A centralidade deste tópico está fundamentada na análise sobre controle social e o envolvimento dos conselheiros na verificação e controle dos programas destinados à educação no parâmetro do programa Formação pela Escola. O controle social permite aos cidadãos uma maior aproximação com a gestão pública, constituindo-se como importante mecanismo de democratização e participação nos assuntos políticos. Controle social, segundo Paz, Lino e Preti (2018) é a atuação cidadã no monitoramento, fiscalização e execução das verbas públicas destinadas à educação.

Com a CRFB/88, iniciou-se um cenário democrático com a participação da comunidade nas decisões públicas voltadas para educação (PAZ; LINO; PRETI, 2018). Várias ferramentas de participação têm sido instituídas pela sociedade nos assuntos públicos, como iniciativas populares, conselhos, fóruns, conferências, entre outros. O controle social vem se fortalecendo por meio da organização social e pela instituição de políticas que têm como propósito descentralizar o poder de decisão nos recursos educacionais, a exemplo do Formação pela Escola. Segundo Paz, Lino e Preti (2018):

A década de 1990 presenciou uma verdadeira explosão de criação de conselhos em todo o Brasil, que culminou com a obrigatoriedade da implementação dos conselhos de saúde, conselhos tutelares e de direitos da criança e do adolescente, dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e de conselhos escolares. (PAZ; LINO E PRETI, 2018, p. 117).

Na década de 1990, ancorou diversas associações (GOHN, 2001; 1998) e diferentes formas de participação da sociedade no cenário da gestão (LUCHMANN, 2007; MENDES, 2007; LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006), bem como a mobilização de

instâncias institucionais (CUNHA; THEODORO, 2014; GURGEL; JUSTEN, 2013; OLIVEIRA; PEREIRA; OLIVEIRA, 2010), a exemplo da instituição de órgãos conselheiros nos diversos setores públicos. Amparados por base legal, esses conselhos foram representados pelo poder público e a sociedade.

Na educação básica, perante os princípios da LDBEN, Lei nº 9394/96 (BRASIL, 1996), junto com o processo de gestão nos parâmetros da democracia, ocorreu à disseminação de diversos conselhos, a saber: os Municipais (CMEs), os Cacs, os Escolares, os de Classe e de Série, entre outros. (SOUZA, 2013a; 2008; 2006a; MARTINS, 2011; SCHEINVAR; ALGEBAILLE, 2005).

Considerando os desafios para se alcançar participação e controle das verbas da educação, os resultados críticos do ensino brasileiro no cenário internacional, a precariedade das políticas no cenário educacional e pautando-se na construção e consolidação de uma educação capaz de promover qualidade e superar os desafios impostos, o FNDE delibera conselhos para atuar na verificação e controle dos programas sob os parâmetros do FPE (BRASIL, 2012).

O FNDE possui uma estrutura organizacional para controlar seus programas, projetos e ações, quais são: Conselho de Alimentação Escolar (Cae), Conselho do Fundeb (Cacs) e as Unidades Executoras (Uex) próprias das escolas. O CAE é um órgão deliberativo de controle que surgiu, desde 1994, para descentralizar recursos financeiros, para gerir a alimentação das secretarias de educação, buscando assessorar as entidades na execução desses recursos (PAZ; LINO; PRETI, 2018).

As Unidades Executoras (Uex) gerenciam os recursos integrados às instituições escolares espalhadas por todo território brasileiro. E o Cacs, o Art. 24 da lei do Fundeb, Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, afirmam que União, Estado, Distrito Federal e Municípios devem zelar pelo acompanhamento da repartição, controle social, transferência e aplicação das verbas deste Fundo (PAZ; LINO; PRETI, 2018).

Paz, Lino e Preti (2018) apontam as principais características desses conselhos:

- a) Formação plural: permite a participação de pessoas de qualquer crença religiosa, etnia, filiação partidária, convicção filosófica, contando, assim, com a representação dos vários atores que constituem a sociedade brasileira.
- b) Representação do Estado e da sociedade civil: os conselhos devem ser compostos por conselheiros, representantes do Estado e da sociedade civil.
- c) Natureza deliberativa: capacidade própria de decidir sobre a formulação, controle, fiscalização, supervisão e avaliação das políticas públicas, inclusive nos assuntos referentes à definição e aplicação do orçamento, como instituição máxima de decisão.
- d) Natureza consultiva: seu caráter de

assessoramento é exercido por meio de pareceres aprovados pelos membros, respondendo a consultas do governo e da sociedade. e) Função fiscalizadora: competência para fiscalizar o cumprimento das normas e a legalidade de ações. f) Função mobilizadora: é a que situa o conselho numa ação efetiva de mediação entre o governo e a sociedade. (PAZ; LINO; PRETI, 2018, p. 116).

Os conselhos no Brasil têm um importante papel e muitos desafios a serem superados no exercício do controle das verbas educacionais. O Cacs é uma instância que pode, de forma normativa, inserir a sociedade no acompanhamento, fiscalização e execução das verbas aplicadas na educação, atribuindo participação social na gestão democrática do sistema de ensino do país (CONCEIÇÃO; FIALHO, 2014).

De acordo com Paz, Lino e Preti (2018), os conselhos:

São espaços públicos de composição plural e paritária entre Estado e sociedade civil, de natureza deliberativa e consultiva, cuja função é formular e controlar a execução das políticas públicas setoriais. Os conselhos são o principal canal constitucional de participação popular encontrado nas três instâncias de Governo (Federal, Estadual e Municipal). (PAZ; LINO; PRETI, 2018, p. 116).

Como assinalam os autores, os conselhos são fundamentais para promover a participação social no âmbito Federal, Estadual e Municipal. O Cacs, conselho mais destacado nesta investigação, tem seu papel atribuído pelo PNE. Fazendo uma análise sobre a função dos conselhos atribuídos pelo PNE Lei nº 13.005 (2014-2024), especificamente o Fundeb, podemos inferir, na Meta 19, Estratégia 19.2, com relação à gestão democrática, que é necessário ampliar o apoio e a formação dos conselheiros que atuam nos Conselhos, especialmente ao do Cacs do Fundeb, tencionando:

[...] ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções. (BRASIL, 2014).

O Cacs, ao lado de outras iniciativas, aponta, na Estratégia 20.4, Meta 20 do PNE Lei nº 13.005 (2014-2024) (BRASIL, 2014), o propósito de:

Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem [...] a transparência e controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação dos Estados e dos Municípios e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios. (BRASIL, 2014).

Todavia, mesmo o Cacs e o CAE se confirmando como ferramenta que possibilita a participação e o controle social entre os entes federados, a própria União tem o entendimento de que “a sociedade civil ainda participa pouco das instâncias de controle das políticas relacionadas à alimentação escolar” (BALABAN, 2006, p. 39), assim como dos demais conselhos.

O Fundeb consiste em um Fundo de Natureza Contábil, que tem por finalidade promover a gestão financeira de recursos no âmbito da Educação Básica. A Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, (BRASIL, 2007) o instituiu e foi regulamentada através da Emenda Constitucional (EC) nº53, de 19 de dezembro de 2006 (BRASIL, 2006), com vigência de 14 anos (BRASIL, 2006). A Lei nº 11.494/2007, Art. 24, dispõe controle social e acompanhamento em relação à “[...] distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos dos Fundos serão exercidos, junto aos respectivos governos, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, por conselhos instituídos especificamente para esse fim” (BRASIL, 2007).

O Fundeb, instituído de forma permanente em 2020, com a inserção da Emenda Constitucional nº 108, de 27 de agosto de 2020, hoje está regulamentado pela Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 (BRASIL, 2020). É importante ressaltar que para o Fundo chegar ao resultado de permanente houve, por parte de diversos órgãos da sociedade, amplo processo reivindicatório, bem como diversos embates e debates no cenário dos Poderes Executivo e Legislativo.

Os conselhos, não assumem responsabilidades governamentais e nem respondem pelo Estado. Muitos estudiosos, tanto no campo teórico quanto no empírico, tratando especificamente do Cacs Fundeb, defendem que, independentemente do território que habitam os embates e desafios identificados no contexto social direciona os seus atores a não postular exequibilidade do controle nesses conselhos.

Assim, dentre os desafios e embates, podemos destacar, por exemplo: a falta de gerência do Poder Executivo na composição e funcionamento (LAMARÃO, 2013; SANTOS FILHO, 2012; GARCIA, 2011; LIMA, 2010), a ausência de transparência das informações

necessárias que o conselho necessita para desenvolver seu trabalho (SANTOS FILHO, 2012; CABRAL, 2009; UMANN, 2008), a falta de competência dos conselheiros para desenvolverem suas funções (CONCEIÇÃO; FIALHO, 2014; SILVA, 2013; 2011; SANTOS FILHO, 2012; LIMA, 2010; CABRAL, 2009; UMANN, 2008) e a ausência de reflexão crítica desses conselheiros no desenvolvimento de seus afazeres (BRAGA, 2015; 2011; CONCEIÇÃO; FIALHO, 2014).

Todavia, mesmo com aspectos negativos que dificultam o trabalho dos conselheiros, como destaca os autores citados anteriormente, de modo geral, é possível perceber que o Cacs Fundeb, assim como os demais conselhos, apesar dos desafios a serem superados, representam um importante instrumento para garantir o exercício da cidadania, tanto no sentido da promoção da participação, quanto de perspectivas novas nas ações de controle social.

Reforçamos ainda, o viés social assumido pelo FPE, em um contexto que propõe incentivar o envolvimento dos cidadãos, na condução de políticas sociais nos moldes de uma educação que visa formação cidadã. Ainda que o programa não consiga atender totalmente a demanda de participação social ele tem sua relevância. É possível verificar a importância e contribuição do FPE na atuação do E1 no município de Poções, no enunciado a seguir:

[...] O Formação pela Escola mudou a minha prática enquanto conselheira. Muita coisa que eu não sabia, não compreendia, passei a entender, a partir da formação, e colocar em prática também. A maioria dos conselheiros acharam muito válida a formação e também começaram a mudar a prática. (E1, 2021, grifo nosso).

É evidente, então, a influência do FPE na atuação do E1. Inclusive, em seu discurso, fica explícito que ele percebeu essa influência e contribuição também na ação dos seus colegas conselheiros. O FPE, no enunciado do E1, influenciou, de forma positiva, a atuação dos participantes fornecendo conhecimento que fortaleceu a ação destes no acompanhamento e fiscalização dos recursos educacionais.

Em síntese, podemos perceber, a partir dos discursos proferidos, a importância do FPE para a atuação dos conselheiros no contexto da educação de Poções, segundo o enunciado do E1 (2021) no percurso das entrevistas, houve o aumento de reuniões para as ações, inclusive extraordinária, houve um fortalecimento da pressão por parte dos conselheiros para que os responsáveis pela aplicação dos recursos fizessem as correções do que estava errado no contexto dos recursos, e os próprios conselheiros se sentiram mais seguros para atuarem na fiscalização desses recursos, quando tinham qualquer dúvida recorriam aos módulos do FPE.

3.3 Controle social sob o olhar de atores sociais formados pelo Programa Formação pela Escola

Analisar e descrever os discursos atribuídos ao controle social na gestão educacional no contexto do Formação pela Escola foi bastante relevante para refletirmos como o programa tem contribuído para melhorar a atuação dos sujeitos, relações e resultados no campo da educação no município de Poções. O controle e participação social servem como principais ferramentas de efetivação das políticas públicas educacionais, em que a sociedade não somente fica como telespectadora das ações sociais, mas sim como um dos atores principais inserido no contexto de efetivação dessas políticas.

O programa Formação pela Escola se inscreve no contexto da governamentalidade defendida nos postulados foucaultianos se inserindo dentro de uma política social inclusiva, que opera por meio das formações continuadas e se configura como uma estratégia de regulação da vida social contemporânea, pois, os sujeitos são conduzidos a atuar como o Estado que no caso específico do FPE é fiscalizar, monitorar e acompanhar as ações dos governos subnacionais, por meio de instrumentos que visam assegurar a efetiva implementação da política pública. Segundo Castro (2009, p. 190), "Foucault utiliza o termo governamentalidade para referir-se ao objeto de estudo das maneiras de governar". Gallo (2015) entende a governamentalidade como:

[...] um conjunto de ações, articuladas numa maquinaria de poder, que consiste em exercer um controle sobre os indivíduos, através do trabalho sobre as populações nas quais esses indivíduos estão inseridos, de modo que eles se acreditem cidadãos livres, participativos e peças centrais no jogo democrático. (GALLO, 2015, p. 337).

As percepções e interpretações que apresentamos em torno dos sentidos atribuídos ao controle social no âmbito do FPE pelos sujeitos partem, mais especificamente, de dois questionamentos presentes na entrevista: “como tem sido a atuação dos participantes do FPE na condução da gestão da educação do município de Poções?” e “você considera que o FPE contribui com o controle social no campo da educação de Poções?”. Tomamos como base esses questionamentos, no entanto, não estão descartadas outras enunciações dos sujeitos sobre a temática investigada que, de alguma maneira, apareceram em respostas a outros questionamentos. Vejamos os enunciados dos sujeitos:

[...] No âmbito municipal, através das informações adquiridas no curso, no nosso aprendizado que foi muito bom, **eu acho que a gente pode cobrar, pode acompanhar e pode fiscalizar os recursos públicos**, e eu **creio que aqui no nosso município melhorou bastante esse controle social, porque antes as pessoas não se interessavam** muito, mas, assim, de quando eu entrei na educação e tudo era muito reservado para a parte administrativa, e de uns anos para cá, depois que a gente tomou essas formações, a gente tem observado melhor. (E3, 2021. grifo nosso).

[...] nós percebemos que os tutores eles fazem um trabalho muito bem feito, fora das suas funções diretas no FPE, ou seja, o que a gente pode imaginar que isso seja resultado de seu conhecimento adquirido com os cursos do FPE e ele passa a desenvolver um trabalho melhor nas suas ações, tanto que nós temos um costume de sempre estar recebendo a notícia que tutores passaram a serem dirigentes municipais de educação em vários municípios. Eu **creio que a qualificação que o tutor tem, a partir do seu trabalho no FPE, vai, sim, ajudar diretamente na gestão municipal em todos os aspectos, até por que os programas que lá são implementados são os programas que o tutor estuda e repassa** (E4, 2021, grifo nosso).

Quem pensou no Formação pela Escola, na formação continuada, pensou na possibilidade desse programa fazer com que nós tivéssemos uma maior quantidade de agentes dentro do controle social da educação. Só que, **a questão do controle social é muito mal interpretada, entendeu?**, e envolve muito a questão de compromisso das pessoas. Às vezes, a gente percebe que quando a sociedade ela é chamada, ela é convocada para participar de qualquer comissão, comitê e debates fora da educação, ela é muito mal interpretada, porque **ela considera que aquele que está na gestão, que aquele que está na administração, ele é o senhor absoluto, ele é o detentor absoluto e ele é quem tem que dar a cartada final** de todas as coisas. **Então, muitas vezes, ele se sente um pouco acuado com relação à participação**, mas o Formação pela Escola vem para mostrar o contrário, vem para mostrar que toda a administração pública, qualquer que seja ela, é administrada tanto pela gestão como também pela sociedade (E5, 2021, grifo nosso).

Sobre a primeira questão, o E3 afirma que a atuação dos participantes tem melhorado em relação ao controle social e que os cidadãos têm observado melhor os recursos públicos depois dos conhecimentos adquiridos no FPE. O E4 destaca, com relação aos tutores, ser possível, com os conhecimentos adquiridos nos cursos, desenvolver o trabalho de uma forma melhor, pois eles primeiramente estudam os módulos disponibilizados no programa para, posteriormente, aplicá-los em seus municípios. O E5 afirma que há uma má interpretação por parte da sociedade a respeito do controle social. Ainda reitera que há um distanciamento entre gestor e população, porque esta acredita que ele (gestor) é o senhor absoluto, detentor, quem tem que dar a cartada final em todas as decisões.

Constatamos, de imediato, por meio das falas do E3 e E4, a importância dos conhecimentos adquiridos no FPE, cujo discurso, em consonância com o FNDE, acredita que

com as formações os participantes já estão aptos a exercerem monitoramento, fiscalização, avaliação e controle social dos recursos educacionais. Sabemos, porém, que não é tão simples assim, pois o exercício da participação social vai muito além de apenas adquirir conhecimentos “[...] significa tomar uma posição política, posicionar-se na defesa dos direitos daqueles que foram e ainda são excluídos, significa superar as tradições de privilégios e tornar a escola pública um local de aprendizagens do direito a ter direitos” (SILVA, 2012, p. 39).

O E5 afirma, em relação à participação do cidadão poçoense, que “[...] muitas vezes, ele se sente um pouco acuado com relação à participação”. (E5, 2021). De acordo com Viana (2015):

O que limita essa articulação e participação popular pode estar na justificativa de que a tradição educacional desenvolvida nas escolas não está conseguindo preparar os indivíduos para a tomada de decisão e participação nos mais diversos setores da sociedade, que resulta numa rede de relações e atuações que controlam e selecionam os sujeitos que estão envolvidos no processo educacional. (VIANA, 2015, p. 107).

Verificamos nos enunciados dos sujeitos uma ênfase dada às formações do FPE para a promoção da participação social. No entanto, na perspectiva de Lück *et al.* (2011), isso demanda uma participação consciente, com interesse e vontade de compreender e tomar decisões sobre a realidade:

A participação, em seu sentido pleno, caracteriza-se por uma força de atuação consciente, pela qual os membros de uma unidade social reconhecem e assumem seu poder de exercer influência na determinação da dinâmica dessa unidade social, de sua cultura e de seus resultados, poder esse resultante de sua competência e vontade de compreender, decidir e agir em torno de questões que lhe são afetas. (LÜCK *et al.*, 2011, p. 23).

Nessa perspectiva, os saberes adquiridos nos cursos do FPE devem ser recebidos pelos sujeitos participantes com estado de apropriação consciente, pois facilita o processo de participação, uma vez que ao conhecer e se apropriar de determinados conhecimentos o cidadão sente segurança e propriedade para exercê-lo. Sem esse conhecimento efetivo nenhuma pessoa tem condição de participar da construção da vida em sociedade e decidir sobre seu destino e o destino da nação.

Sobre a segunda questão abordada na investigação, “você considera que o FPE contribui com o controle social no campo educacional de Poções?” as séries de enunciados, a seguir, pelo E1, E2, E3 e E5, descrevem esse contexto:

Contribui. Muitas dessas pessoas que participaram desse programa Formação pela Escola faziam parte também do Conselho do Fundeb e, a partir dessa formação, essas pessoas **passaram a compreender melhor a importância do Conselho do Fundeb para funcionamento da educação.** E, além disso, aquelas pessoas que não faziam parte do Conselho, mas que eram pessoas que estavam na educação fazendo parte da educação, elas também passaram a questionar mais o Conselho na sua atuação, por que adquiriu conhecimento nessa formação. (E1, 2021, grifo nosso).

O E1 afirma que o FPE contribui para o controle social dos recursos educacionais no município de Poções, destacando que com os cursos os participantes começaram a compreender melhor a importância e a funcionalidade do Conselho do Fundeb. E, ainda, que outros usuários do programa, não especificamente conselheiros, passaram a questionar mais o Conselho do Fundeb. De acordo o E1, os cidadãos que não faziam parte do conselho, mas que participaram do FPE começou a partir do conhecimento adquirido nos cursos a questionar sobre os assuntos relacionados à educação, por exemplo, buscaram informações sobre o quantitativo de recursos que o município recebe para utilizar na educação, como os recursos do Fundeb, da alimentação e do transporte escolar.

Esses sujeitos encontraram, via Conselho do Fundeb, um meio para questionar a aplicação dos recursos oriundos do FNDE, já que a participação via gestão municipal é um elemento mais distante da realidade dos poçoenses, como podemos observar nos enunciados dos sujeitos entrevistados ao se posicionarem sobre a contribuição do FPE para a gestão educacional de Poções.

Sim, [o FPE] contribui. Há uma contribuição, porque, **a partir do momento que as pessoas vão participando desse curso, dessa formação, as pessoas elas vão adquirindo mais conhecimentos e aí vão colocando em prática esse conhecimento,** então, aquele professor, por exemplo, que não conhecia o Programa do Livro Didático, a partir do momento que ele participa do curso, ele aprende como funciona essa questão do livro didático. (E1, 2021, grifo nosso).

A contribuição para a educação de Poções ela foi impactante, porque **os agentes participantes desse programa podem ter bastante conhecimento. Foi uma interação nos quais podemos colocar em prática todas as informações lá na escola que adquirimos durante esse programa.** Eu pude tirar grande proveito desse curso do Formação pela Escola. Ele **exerceu grande influência na minha função enquanto gestora. Eu não havia me preparado para ser gestora.** Quando a gente entra na gestão de uma escola, você vai aprendendo com a prática e o interessante do FPE é que neste curso, nesta formação, há uma gama de conhecimento muito grande que ajuda no trabalho prático. A gente vê a evolução do trabalho,

principalmente no que diz respeito aos conhecimentos pedagógicos, à prática do trabalho e até os conselhos. (E2, 2021, grifo nosso).

E1 e E2, em seus enunciados, potencializam essa contribuição a partir da aquisição dos conhecimentos adquiridos nas formações à sua prática enquanto profissional, especificamente no seu espaço de trabalho. Porém, Segundo Paz, Lino e Preti (2018), os cursos têm “o propósito de identificar como a sociedade pode realizar o acompanhamento e o controle social dos recursos públicos destinados à educação” (PAZ; LINO; PRETI, 2018, p. 8), isso abrange uma participação efetiva em todo processo educativo e não somente ao seu espaço escolar. O E2 anuncia:

A partir do momento em que a sociedade tem um conhecimento, eles passam a buscar participar melhor de tudo que acontece tanto na escola quanto no município. Então, a gente pode perceber o acompanhamento da atuação financeira para aplicação de todo recurso por parte da comunidade, essa participação social ela passa a ser importante porque ela coíbe muita corrupção, ela coíbe erros. **Eu acho que uma sociedade quando ela tem conhecimento do que está acontecendo, entre aspas, ela passa a vigiar, a analisar,** e eu acho que o trabalho consegue ser mais bem aplicado. (E2, 2021, grifo nosso).

A enunciação do E2 enfatiza que, por meio dos conhecimentos adquiridos nos cursos do FPE, a sociedade participa melhor da gestão educacional do município. O E2, em consonância com Luck e Freitas (2011), acredita que a apropriação desses conhecimentos facilita o processo de participação na gestão educacional, podendo colher resultados positivos na questão do monitoramento, fiscalização e execução dos recursos públicos educacionais. Para o E3:

Através das informações adquiridas no curso, com esse aprendizado a gente pode cobrar mais. Mas a parceria efetiva entre gestor municipal e o cursista ainda é um pouco tímida porque é uma cidade do interior e tudo é muito assim, cidade do interior existe uma politicagem muito forte. Quando uma equipe está ali, geralmente eles não dão muita abertura, principalmente no começo de governo, para que outras pessoas entrem e façam questionamentos, embora acredite que é esse o nosso papel, muitas pessoas ficam atreladas ao emprego. As pessoas não têm concurso público. **Eu sou concursada, mas, assim, mesmo eu sendo concursada, às vezes eu tenho um pouco de receio de ir lá e questionar e jogar duro, com medo também de ser depois maltratada, de ser perseguida.** Nesse sentido, eu acho que a gente ainda peca um pouco pelo medo. Eu diria, assim, que a gente é um pouco tímido. Nesse sentido, um cidadão só ir lá buscar é mais complicado, apesar de **que nas reuniões dos conselhos as coisas são colocadas. Eu já participei tanto do conselho municipal de educação por vários anos, e a gente joga duro, a gente conversa e a gente cobra**

mesmo, agora, individual, como pessoa, é mais complicado, agora enquanto conselho, todo mundo junto ali parece que flui, até pela força que o conselho tem pela representatividade do conselho municipal de educação. Através do conselho a gente tem mais coragem de estar cobrando, de se ver alguma coisa que não está correto a gente cobra. Em relação aos dias letivos ou qualquer outra situação, a gente tá cobrando (E3, 2021, grifo nosso).

Em seu discurso, o E3, em consonância com o E2, confirma que, por meio dos conhecimentos apreendidos nos cursos, é possível fiscalizar a gestão dos recursos educacionais no âmbito do município. No entanto, destaca que a parceria entre o gestor municipal e os cursistas ainda é muito tímida. Declara, além disso, que a relação positiva no quesito participação depende muito de boas relações políticas partidárias, não havendo abertura para participação social por parte do gestor, se o cidadão for de partido oposto.

O E3 vem dando pistas de que a perspectiva de monitoramento e fiscalização está muito mais forte no âmbito dos conselhos do que a participação efetiva da sociedade civil na perspectiva da gestão dos recursos educacionais. Para o E6 “[...] essa pouca participação é uma falta de cultura nossa. Nós não procuramos a prestação de contas das políticas públicas no âmbito municipal nem no âmbito federal nem no âmbito estadual” (E6, 2022).

Os sujeitos são convocados a participar da fiscalização da execução dos recursos especialmente os conselheiros para atender as demandas do município no cumprimento da lei de fiscalização. Nesse sentido, o gestor municipal, em seu exercício de poder, conduz a ação dos conselheiros para agirem conforme seus interesses e conveniências. Para Foucault (2010a), o exercício do poder consiste em “conduzir condutas”, em ordenar o campo de possibilidades de atuação dos outros. Os sentidos acima mencionados se referem a uma arte de conduzir as condutas dos outros, isto é, se referem a ações que uns exercem sobre as ações dos outros.

O E3 afirmou, ainda, que mesmo sendo concursado no município há 13 anos, tem receio em participar, de forma individual, nas ações educacionais do município, como todo cidadão tem direito, e que só conseguiu participar, de forma eficaz, nas questões educacionais enquanto conselheiro porque era uma participação coletiva (E3). Dito de outra forma, o E3 destaca que tem medo de sofrer retaliações, que não se sente seguro para exercer a sua cidadania. Percebemos aí que o Estado, por meio de estratégias ditas democráticas, como a oferta das formações do FPE, conduz a ação dos sujeitos para agirem de acordo seus interesses.

Outro aspecto de interessante destaque é que o monitoramento, avaliação, fiscalização e execução dos recursos públicos da educação em Poções aparecem no enunciado do E3 dando impressão que, até então, o controle social somente ocorre por meio da ação dos conselhos como o do Fundeb, por exemplo.

As formações do programa FPE deveriam acontecer tencionando a participação mais efetiva dos sujeitos na definição daquilo que é melhor para a comunidade, da forma como os recursos devem ser aplicados e, sobretudo das tomadas de decisões. Vejamos como a questão “você considera que o FPE contribui com o controle social no campo da educação de Poções” é refletida no enunciado linguístico do E5:

O FPE contribui total com o controle social. Por exemplo, todos os recursos que vêm pelo FNDE, sejam para a aquisição de bens duráveis ou bens de consumo, ou seja, para comprar algo de curta duração ou de longa duração, todos eles, você não dá um passo sem que tenha ali membros da participação da sociedade, como agentes de monitoramento, de fiscalização de execução de tudo. Então, o que o Formação faz: explica como que ele pode atuar em cada programa desse. O PNAE, o PNATE, todos esses programas ele tem suas comissões, então, ele vai explicar direitinho. São tantos membros. Explica a função, explica a ação. Então, ele é fantástico. **Todas as pessoas que participam do Formação pela Escola ele está apto de participar de qualquer conselho de educação, qualquer um mesmo.** Ele não precisa ir com receios, com medo, ele **dá garantia para que ele saiba realmente qual função dele ali naquele conselho.** Eu acho isso muito importante (E5, 2021, grifo nosso).

O enunciado do E5, bem como dos demais sujeitos, reafirma o quanto as formações do FPE contribuem para o fortalecimento do conhecimento sobre controle social. Enfatiza também, assim como o E3, que esse controle social dos recursos educacionais no município ocorre, mais precisamente, pela atuação dos conselhos. Segundo ele, os cursos trazem, de forma detalhada, a função de cada conselheiro, o que facilita o entendimento para, posteriormente, colocá-lo em prática. Percebemos, mais uma vez, o discurso de que, aparentemente, a função de fiscalizar é somente dos conselhos.

A participação popular, no geral, no tocante ao controle social junto ao poder público, não ocorre de forma efetiva e nem é enfatizada pelos sujeitos entrevistados. Nesse contexto, a participação “[...] pressupõe uma ação reguladora, fiscalizadora, avaliadora, além de decisória sobre os rumos da vida política e social das instituições (escolares) e da sociedade” (SOUZA, 2009, p. 135). Percebemos que a maior parte dos sujeitos se isenta de participar ativamente da gestão educacional municipal.

No entanto, os conselhos independem do FPE para funcionar, porque é uma proposta fundamentada em um arcabouço legislativo no qual o gestor municipal necessita deles para governar. Neste sentido, os governos municipais criam estratégias e estabelecem condições que envolvem a sociedade no acompanhamento, monitoramento, avaliação, execução e fiscalização dos recursos públicos educacionais. As estratégias como forma de governmento levam ao “[...] governo de si por si na articulação com as relações com o outro” (FOUCAULT, 1997, p. 111).

Nesse processo, o exercício do poder do gestor municipal se sobressai, pois esses conselheiros, na maioria das vezes, se posicionam em uma esfera de neutralidade, por não conhecer por completo os direitos que poderiam promover algum tipo de resistência ou transformação da realidade da qual fazem parte. Mas, para Foucault, o poder está presente em todas as partes, e não somente oprime, ele gera ação e produz efeitos sobre pessoas e grupos sociais, “O poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (FOUCAULT, 1988, p. 89), ou seja, sempre há possibilidades de resistência.

Ao perguntarmos ao E6 se o programa Formação pela Escola contribui com o controle social dos recursos da educação pelos atores participantes dos cursos oferecidos por este programa, o mesmo respondeu:

Eu não posso te dizer com números, mas principalmente a partir dos relatos dos tutores a gente percebe que essa participação esse entendimento sobre as políticas públicas nos cursistas ela traz uma efetividade dentro dos municípios em um sentido melhor. Possa ser até que não diria ação, mas no entendimento de onde vem a política do que ela objetiva de como ela precisa ser monitorada e orientada a gente acredita que isso tem chegado sim de forma contundente junto aos participantes do curso. O que eu acredito que ainda falta é vamos dizer a gente tá discutindo a implementação da política, mas o que eu acho que falta é a execução do que foi apreendido no curso nos municípios, a ideia mesmo de controle social dos participantes, de cobrança de discutir. (E6, 2022).

O E6 não pode nos informar por meio de dados oficiais a contribuição do FPE por meio da ação dos cursistas, mas nos informou que de acordo os relatos dos tutores o programa contribui sim. Aliás, essa foi uma das nossas dificuldades: encontrar dados oficiais relacionados ao Formação pela Escola especialmente em quantitativos de turmas e resultados em âmbito nacional, o que existe são dados a nível estadual por meio do AVA e dos relatórios internos dos coordenadores que não são abertos ao público. “[...] a nossa falta é justamente dos dados oficiais publicados, a gente aqui também precisa se movimentar para poder fazer

também essa questão da publicação de acordo os dados que a gente tem a partir dos relatórios dentro do AVA” (E6, 2022). Então, essa foi mais uma lacuna encontrada no contexto do programa Formação pela Escola para o desenvolvimento desta pesquisa.

Percebemos nesse processo um exercício de poder/saber que os entes federados trazem em seu discurso, para demonstrar que no campo da educação há participação e controle social dos recursos educacionais. Neste sentido, “[...] o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso” (FOUCAULT, 1971, p. 48). Sendo assim, o FPE produz um efeito de poder/saber que, de algum modo, traz benefícios para a sociedade brasileira, especificamente para o município de Poções, haja vista que possibilita formação continuada para os municípios.

Por fim, ao refletirmos essas ações do programa Formação pela Escola, na perspectiva foucaultiana, percebemos que elas fazem parte da governamentalidade, uma vez que o Estado utiliza-se de estratégias governamentais com discursos de fortalecimento da gestão democrática para conduzir a ação dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso desta investigação abordamos as implicações do controle social de recursos educacionais, verificando a ação de atores sociais no FPE no município de Poções, Bahia. Apresentamos considerações pautadas no objetivo principal deste estudo: descrever como o programa Formação pela Escola se constitui em instrumento de governamentalidade. Escolhemos este objetivo para melhor contextualizar e responder a questão de investigação aqui estudada, a saber: como o programa Formação pela Escola se constitui em instrumento de governamentalidade?

Para responder à questão de pesquisa trabalhamos com os seguintes objetivos específicos: a) Apresentar o procedimento de constituição do programa Formação pela Escola no âmbito nacional e no município de Poções/Ba; b) Demonstrar o modo como as formações para os atores participantes do Formação pela Escola são ofertadas, acompanhadas e avaliadas; c) Descrever os discursos produzidos pelos textos legais (em âmbito nacional e municipal) e pelos atores envolvidos no Formação pela Escola no município de Poções sobre este programa.

Nesta dissertação incursionamos sobre alguns dos postulados e teorizações foucaultianas, poder, saber e governamentalidade, para analisar nosso objeto de estudo. Assim, apresentamos ao longo desse estudo como a relação de poder produz formas de governo visando ao controle da população por meio da governamentalidade.

Perscrutar o campo do FPE nos permitiu uma reflexão sobre os saberes subjetivados e as relações de poder estabelecidas nos processos de gestão democrática e controle social, decorrentes da implementação desse programa no município de Poções. A relação de poder, saber e governamentalidade, empreendida no contexto desta investigação, somente alcançaram os resultados graças às teorizações e postulados foucaultianos. Trilhamos e chegamos ao remate desta pesquisa para sintetizar seus achados e resultados, cientes de que os postulados de Foucault têm contribuído de forma significativa para as pesquisas no campo da educação.

Assim, no primeiro capítulo, descrevemos os caminhos que trilhamos e os procedimentos utilizados para a realização deste estudo, englobando informações do percurso teórico-metodológico, descrevendo as técnicas de abordagem, análise dos dados, caracterização do ambiente, dos sujeitos da pesquisa, do *lócus*, do *corpus*, dos procedimentos e dos dispositivos de análise. Ademais, apresentamos breve ponderação das teorizações e postulados de Foucault que contribuíram para análise acerca dos discursos em torno do FPE.

A pesquisa incorpora reflexões em torno das relações de poder, saber e governamentalidade presentes na instituição do FPE.

No segundo capítulo, tratamos sobre as condições que possibilitaram a instituição do dispositivo aqui investigado, abordando, de forma panorâmica, o debate teórico em torno das políticas públicas educacionais, gestão democrática no contexto do programa Formação pela Escola apontando alguns fatores que tornaram o Estado um operador da provisão de determinados serviços.

No terceiro e último capítulo analisamos o programa Formação pela Escola instituído no âmbito de uma proposta específica de participação e controle social inscrito em um jogo estratégico de poder/saber. Descrevemos o interesse do Estado por meio da governamentalidade em proporcionar uma formação continuada através do FPE. Mostramos a contribuição do programa para a gestão da educação a partir da análise dos sujeitos que o compõe no município de Poções. Apresentamos de que maneira o dispositivo de inserção dos sujeitos nas atividades do FPE faz ver e faz dizer a inclusão desses sujeitos na gestão da educação municipal, identificando os saberes que são demandados e acionados das combinações entre o visível e o dizível sobre eles no exercício de sua função.

Apesar de os capítulos anteriores nos direcionarem para o alcance dos objetivos propostos, é nesse último capítulo que destacamos com mais detalhe a organização dos enunciados dos sujeitos que compõem o FPE, seguindo as regras de formação de discursos e os sentidos atribuídos pelos sujeitos em relação ao objeto, destacando a complexa rede de saber/poder que compõe e faz funcionar o dispositivo de inserção do FPE no município de Poções, Bahia.

Nessa direção, o texto também conduziu a discussão sobre a lógica que orienta o controle social, a influência e participação da SMEP nas formações. Apresentamos os discursos sobre controle social na gestão educacional na perspectiva dos sujeitos envolvidos no contexto do FPE, além de demonstrar a relevância do programa para o município de Poções.

O último capítulo traz um debate sobre a ausência de participação popular e controle social dos recursos educacionais na gestão educacional do município de Poções, além de evidenciar que os enunciados expressos pelos sujeitos legitimam essa questão. Percebemos circunstâncias em que esses sujeitos, na condução do controle social, têm suas vozes interdidas e invisibilizadas no tocante à parceria com a gestão municipal.

Esse percurso nos permitiu chegar à descrição da materialidade empírica desta pesquisa por meio da discussão desses três capítulos evidenciando que saber e poder estão

intimamente relacionados no contexto da governamentalidade e se apresentam como produtores de novos campos de saberes. Buscamos perceber as relações de poder do governo federal via FNDE, envolvido no processo de construção do FPE, bem como a emergência dos saberes que produziram discursos sobre controle social nos referidos cursos, leis, documentos e resoluções.

Percebemos no âmbito do município de Poções, consistências entre o discurso do FNDE e dos sujeitos entrevistados, no que diz respeito à instituição e condução do FPE enquanto programa que contribui para o fortalecimento da gestão democrática e controle social. Evidenciamos, em todos os enunciados, o potencial desse programa para promover informações sobre as políticas da educação.

Verificamos que a contribuição do FPE está associada, em grande medida, à gestão educacional no espaço escolar, ficando a responsabilidade de fiscalizar, junto ao poder público, apenas com os conselhos. Nesse sentido, não podemos afirmar que essa fiscalização está associada ao FPE, mesmo constatando, a partir dos enunciados dos sujeitos, que o programa contribuiu para melhorar as práticas dos conselheiros, pois, essa fiscalização via conselho já existia mesmo antes da implementação do FPE.

Não foi abordado o aspecto de monitoramento, avaliação, execução e fiscalização dos recursos educacionais junto à gestão municipal, como bem podemos observar nos discursos dos sujeitos. Para eles, a questão do controle social é pouco explorada. Percebemos, por meio disso, que as pessoas diretamente envolvidas com a educação no município ficam aguardando ações exclusivamente dos conselhos e raras vezes procuram soluções para os problemas que estão enfrentando no contexto da educação municipal.

Essa falta de participação e autonomia é percebida nos discursos dos sujeitos entrevistados. Apesar de eles terem realizado todos os cursos do FPE, os sujeitos ainda não desenvolveram a cultura de participação e controle social dos recursos da educação em parceria com a gestão municipal, o que demonstra, portanto, que ter cursos e formação continuada é importante, mas precisa ultrapassar a existência formal e modificar na prática a ação dos sujeitos envolvidos.

Evidenciamos que o FPE conseguiu articular a participação popular, no que diz respeito à melhoria das práticas dos sujeitos em âmbito escolar. Todos os sujeitos entrevistados pronunciaram em seus enunciados a importância do FPE na disseminação de informações sobre as políticas educacionais, refletindo positivamente em suas práticas enquanto profissionais e conselheiros. Desse modo, o programa de alguma forma foi

extremamente significativo, visto que observamos no exercício da gestão escolar no cenário nacional práticas com pouca participação.

Mas, o FPE ainda não conseguiu promover a participação cidadã no monitoramento, avaliação, execução e fiscalização das políticas públicas educacionais junto à gestão municipal de Poções. Apesar de ser um importante instrumento de divulgação das políticas educacionais, o programa não atendeu, em totalidade, a demanda da participação social no município. O FPE apresentou descontinuidade em seu processo de formação por acarretar, em 2020, mudanças na plataforma de acesso aos cursos e, sobretudo, pela possibilidade de oferta dos cursos sem a orientação técnica e pedagógica do tutor.

Em seu discurso de defesa pelo desenvolvimento de uma gestão educacional que busca educação de qualidade, as ações do governo federal, estadual e municipal via FNDE diante do FPE, no município de Poções, seguem uma lógica nas quais aspectos como participação, autonomia e descentralização assumem sentidos diversos, induzindo a ação dos sujeitos a acreditarem que a finalidade do FPE é promover informações sobre as políticas para melhorar suas práticas educativas no ambiente escolar.

Pontuamos que cabe ao município de Poções a consecução de uma participação mais efetiva nos direcionamentos dos recursos educacionais aplicados no município, consoante com a perspectiva de fortalecimento da gestão democrática e controle social, que ampliem o diálogo existente nos espaços escolares e na gestão municipal, favorecendo o apoio à reflexão sobre a prática, a partir dos cursos do FPE para que possibilite a análise dos condicionantes sociais e institucionais que determinam os resultados dos recursos educacionais oriundos do FNDE.

Por tudo isso, acreditamos ter reunido ferramentas para demonstrar, por meio desta investigação, que o discurso dos entes federados via FNDE, aliado ao dispositivo de poder, como leis, resoluções e regulamentos, é elaborado de acordo com os jogos de interesses do contexto político, econômico e social. Apesar das questões pontuadas nesta pesquisa, torna-se eminente a necessidade de ampliação desta investigação, tendo em vista que os estudos sobre o programa FPE ainda são muito recentes, uma vez que as descobertas apresentadas implicam em saberes temporais do período de 2017 a 2020, e a expansão desta pesquisa podem promover novas reflexões e gerar novos saberes sobre o programa Formação pela Escola.

Por fim, percebemos que os resultados desta pesquisa podem contribuir para o campo do conhecimento da temática em questão, permitindo novos olhares sobre a gestão democrática da educação e o controle social no contexto do FPE, mediante os desafios que a educação vem enfrentando para encontrar maneiras capazes de atender as demandas

emergentes. Acreditamos que a realização deste trabalho trouxe resultados satisfatórios, contribuindo para o campo de conhecimento com discussões acerca do programa Formação pela Escola revelando os sentidos que o FPE deu a gestão democrática e o controle social inserido numa tática de governo utilizada pelo Estado, nas relações de poder/saber envolvendo as formações continuadas, como um lugar estratégico para os governos Federal, Estadual e Municipal exercerem suas influências na sociedade local.

Esperamos que os resultados desta dissertação possam contribuir, de maneira expressiva, para o campo educacional e acadêmico, permitindo reflexões críticas sobre os projetos traçados para as políticas públicas e seus resultados nos municípios brasileiros.¹⁹

¹⁹ No tocante as Referências algumas obras de Michel Foucault com o mesmo título e ano diferente foram repetidas porque todas foram citadas no corpo do texto.

REFERÊNCIAS

- ABRUCIO, Fernando; FRANZESE, Cibele. Federalismo e políticas públicas: o impacto das relações intergovernamentais no Brasil. *In: ARAÚJO, Maria; BEIRA, Lígia (Org.). Tópicos da Economia Paulista para Gestores Públicos*. São Paulo: Fundap, 2007. p. 13-31. (vol. 1). Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/242213262>. Acesso em: 18 mar. 2021.
- ALABAN, Daniel Silva. A importância de conselhos de alimentação escolar: o controle de políticas públicas sob a ótica da cidadania. *In: SOUZA, Donaldo Bello de. (Org.). Acompanhamento e controle social da educação: fundos e programas federais e seus conselhos locais*. São Paulo: Xamã, 2006, p. 29-40.
- AMARAL, N. C. PEC 241/55: a “morte” do PNE (2014-2024) o poder de diminuição dos recursos educacionais. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, v. 32, n. 3, p. 653-673, set./dez. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/eZok55>. Acesso em: 17 abr. 2021.
- ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Constituição, Federação e propostas para o novo Plano Nacional de Educação: análise das propostas de organização nacional da educação brasileira a partir do regime de colaboração. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 112, p. 749-768, jul.-set. 2010. Disponível em: <http://www.Cedes.Unicamp.br>. Acesso em: 15 abr.2021.
- ARAÚJO, Róger Albernaz de; CORAZZA, Sandra Mara. Método maquiavélico de pesquisa. *Pedagogía y Saberes*, n. 49, p. 67-80, 2018. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/pys/ n49/0121-2494-pys-49-00067.pdf>. Acesso em: 04 out. 2021.
- BAHIA. **Constituição do Estado da Bahia**. 1989. Disponível em: https://www.al.ba.gov.br/fserver/:imagensAlbanet:upload:Constituicao_2018_EC_251.pdf Acesso em: 20 maio 2020.
- BAHIA/SEC/PROAM. Secretaria da Educação do Estado da Bahia. **Projeto de Implantação e Implementação do Programa de Apoio à Educação Municipal (PROAM)**. Bahia: Secretaria da Educação do Estado da Bahia, 2008a.
- BERT, Jean-François. **Pensar com Michel Foucault**. Tradução Marcos Marcionílio. São Paulo: Parábola, 2013.
- BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. **Conselhos do FUNDEB: participação e fiscalização no controle social da educação**. Curitiba: Appris, 2015.
- BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo da Educação Básica 2019: Resumo Técnico**. Brasília, DF: INEP, 2020 d. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484154/RESUMO+TÉCNICO+-+CENSO+DA+EDUCAÇÃO+BÁSICA+2019/586c8b06-7d83-4d69-9e1c9487c9f29052?version=1.0>. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Censo escolar - 2019**. Brasília, 2020e. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/censo-escolar>. Acesso em: 4 jul. 2020.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). **Sinopse Estatística da Educação Básica 2020**. Brasília, DF, 2021b. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dadosabertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 7 abr. 2021.

BRASIL. **Resolução CD/FNDE nº 35, de 15 de agosto de 2012**. Dispõe os critérios de implementação e execução do Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE (Formação pela Escola), assim como estabelecer os critérios e procedimentos para a concessão e o pagamento de bolsas de estudo no âmbito do Programa de acordo com o estabelecido na Lei nº 11.273/2006. 2012.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 38. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

BRASIL. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. Brasília, DF: Presidência da República, 2007. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/legislacoes/decretos/item/3171-decreto-n%C2%BA-6094-de-24-de-abril-de-2007>. Acesso em: 13 jul.2021.

BRASIL. **FNDE** (Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional). s/d. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_01_pc. Acesso em: 17 março 2021.

BRASIL. **FNDE** (Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional). s/d. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/formacao-pela-escola>. Acesso em: 20 maio. 2021.

BRASIL. Fundação Escola Nacional da Administração Pública (Enap). **Experiência Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Ministério da Educação (SIMEC): concurso Inovação na Gestão Pública Federal**. Brasília, DF: Enap, 2008. Disponível em: http://inovacao.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=288. Acesso em: 20 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm. Acesso em: 03 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 mai.2021.

BRASIL. MEC. FNDE. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução CD/FNDE nº 29, de 20 de junho de 2007**. Estabelece os

critérios, os parâmetros e os procedimentos para a operacionalização da assistência financeira complementar a projetos educacionais, no âmbito do Compromisso Todos pela Educação, no exercício de 2007. Brasília, DF: MEC/FNDE, 2007. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3150-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-29-de-20-de-junho-de-2007>. Acesso em: 18 jun.2021.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília, DF: MEC, 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>. Acesso em: 18 out.2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Orientações do Plano de Ações Articuladas (PAR) dos Municípios 2011-2014.** Brasília, DF: MEC, 2011. Disponível em: <http://www.simec.mec.gov.br>. Acesso em: 21 de maio de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Ações Articuladas – PAR: Caderno de estudos / Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE.** Assessoria de Educação Corporativa. Brasília: MEC, FNDE, 2019. Disponível em: http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/fpe/par_caderno_estudos_compactado.pdf. Acesso em: 13 mar. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução/CD/FNDE nº 12, de 25 de abril de 2008.** Estabelece os critérios de implementação e execução do Programa Nacional de Formação Continuada a Distância nas Ações do FNDE (Formação pela Escola). Brasília, DF: Ministério da Educação/FNDE, 2008. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3241-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-12-de-25-de-abril-de-2008>. Acesso em: 10 jan.2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conferência Nacional da Educação Básica: Democratização da Gestão e Qualidade Social da Educação.** Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/conferencia/documentos/doc_final.pdf. Acesso em: 12 nov. 2021.

BRASIL. **Portal transferência.** Disponível em: https://www.fnde.gov.br/pls/simad/internet_fnde.liberacoes_01_pc. Acesso em: 20 maio 2020.

BRASIL. **Relatório de Indicadores Sócio-Educacionais.** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05 jul. 2010c.

BRASIL. Ministério da Educação. **CONAE 2010: Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: O Plano Nacional de Educação, Diretrizes e Estratégias de Ação.** Brasília, DF, Documento Final, 2010.

CABRAL NETO, Antônio. Gerencialismo e gestão educacional: cenários, princípios e estratégias. **Política educacional: gestão e qualidade do ensino**. Brasília: Liber livro, p. 169-204, 2009.

CABRAL, Manuelina Martins da Silva Arantes. **A participação do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb nos Municípios de Mato Grosso do Sul. Campo Grande, 2009**. 188 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica Dom Bosco.

CAIADO, Kátia R. M. Direito à diversidade: o aluno com deficiência no ensino regular, questões para debate. *In*: SACAVINO, Suzana; CANDAU, Vera Maria (orgs). **Educação em Direitos Humanos**. Petrópolis: et Alli Editora, 2008.

CARTA DE GOIÂNIA, 1986. Disponível em: http://floboneto.pro.br/_pdf/outrosdoc/cartadegoia%C3%A2nia1986_4cbe.pdf. Acesso em: 27 abr. 2021.

CASSINI, Simone Alves; NASCIMENTO, Andreas. A indução federal nas políticas educacionais: a questão da colaboração e da coordenação federativa. *In*: ARAÚJO, Gilda Cardoso de; RODRIGUES, Rodrigo Ferreira (orgs.). **Federalismo e Políticas Educacionais: entre velhos dilemas e novos desafios**. Campo dos Goitacazes: Brasil Multicultural, 2018.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. A qualidade da educação básica e a gestão da escola. *In*: FRANÇA, Magna; BEZERRA, Maura Costa (Org.). **Política Educacional: gestão e qualidade do ensino**. Brasília: Liber Livro, 2009.

CASTRO, Eduardo. **Vocabulário de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

CASTRO, Rosalva Ieda Vasconcelos. **Formação pela escola: Caderno de estudos do Curso Tutoria para a rede do Formação pela Escola/ Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. 2a ed. Brasília: MEC, FNDE, 2014.

CONCEIÇÃO, Sergio Henrique; FIALHO, Nadia Hage. Financiamento, oferta, gestão educacional e controle social no âmbito de um Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 23 n. 54, p. 783-806, set./dez. 2014.

CONCEIÇÃO, Sergio Henrique; FIALHO, Nadia Hage. Financiamento, oferta, gestão educacional e controle social no âmbito de um Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 23 n. 54, p. 783-806, set./dez. 2014.

CRESWELL, John W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. Tradução Sandra Mallmann da Rosa. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CUNHA, Eleonora Schettini M.; THEODORO, Hidelano Delanusse (Orgs.). **Desenho institucional, democracia e participação: conexões teóricas e possibilidades analíticas**. Belo Horizonte: D'Plácido, 2014.

CURY, C. R. J. A questão federativa e a educação escolar. *In*: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; SANTANA, Wagner. **Educação e Federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**. Brasília: UNESCO, 2010.

DAVID, Ana Celeste da Cruz; LYRIO, Luzinete Barbosa; FAGUNDES, Maria da Conceição Barboza; JESUS, Nadja Maria Amado de. Programa de Apoio à Educação Municipal (PROAM): uma experiência de fortalecimento das municipalidades no contexto educacional baiano. In: Congresso Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 4., 2014, Porto. **Anais [...]**. Porto: Anpae, 2014. p. 1-15. Disponível em: https://anpae.org.br/IBERO_AMERICANO_IV/GT5/GT5_Comunicacao/AnaCelesteDaCruzDavid_GT5_integral.pdf. Acesso em: 05 de abril de 2021.

DOHERTY, Robert. Uma política educacional criticamente formativa: Foucault, discurso e governamentalidade. In: PETERS, Michael; BESLEY, Tina (Org.). **Por que Foucault?** Novas diretrizes para a pesquisa educacional. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 201-212.

EUGENIO, Benedito; TRINDADE, Lucas Bonina. A entrevista narrativa e suas contribuições para a pesquisa em educação. **Pedagogia Em Foco**, Iturama -MG, v. 12, n. 7, p. 117–132, 2017. Disponível em: <http://revista.facfama.edu.br/index.php/PedF/article/view/260>. Acesso em: 28 abr. 2020.

FARENZENA, N. Políticas de assistência financeira da União no marco das responsabilidades (inter) governamentais em educação básica. In A. B. Gouveia, J. M. R. Pinto, P. R. Corbucci (Orgs.). **Federalismo e políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil**. 2011. (p. 95-110). Brasília, DF: IPEA.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. **As pesquisas denominadas “Estado da Arte”**. Educação e Sociedade, ano XXIII, nº 79, agosto/2002.

FOUCAULT, História da sexualidade I: **A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2004b.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 20. ed. São Paulo: Loyola, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos IV: Estratégia, Poder-saber**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.

FOUCAULT, Michel. **Do governo dos vivos: curso dado no Collège de France:1979-1980: excertos**. 2ª edição ampliada. São Paulo: Centro de Cultura Social; Rio de Janeiro: Achimaé, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 27. ed. São Paulo: Graal, 2013b.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 7. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: Dreyfus, H.; Rabinow, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. p. 231-249.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert L; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma Trajetória Filosófica**. Para além do estruturalismo e da hermenêutica. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. (Coleção Biblioteca de Filosofia).

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France: (1970-1982)**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1997.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 20. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1999a.

FOUCAULT. A governamentalidade. *In*: M ACHADO, Roberto (Org.). **Microfísica do poder**. 12ªed. Rio de Janeiro: Graal, 1996b. p. 277-293.

FOUCAULT. História da sexualidade I : a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

FOUCAULT. L. *Ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.

FOUCAULT. O sujeito e o poder. *In*: DREYFUS, Hubert; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a. p. 273-295.

FOUCAULT. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France: 1977-1978. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões, a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2009.

GALLO, Sílvio. “O pequeno cidadão”: sobre a condução da infância em uma governamentalidade democrática. *In*: RESENDE, Haroldo de (org.). **Michel Foucault: o governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015, p. 329-343.

GALLO, Sílvio. Repensar a educação: Foucault. **Educação & Realidade**, v. 29, n. 1, p. 7-25, 2004.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução Pedrinho Guareschi. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015. p. 64–89.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões da Nossa Época; 84).

GOHN, Maria da Glória. O novo associativismo e o Terceiro Setor. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 19, n. 58, p. 9-23, nov. 1998.

GOMES, Alfredo Macedo. Políticas públicas, discurso e educação. *In*: GOMES, Alfredo Macedo (Org.). **Políticas públicas e gestão da educação**. Campinas: Mercado das Letras, 2011. Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30545. Acesso em: 14 set. 2021.

GURGEL, Claudio; JUSTEN, Agatha. **Controle social e políticas públicas: a experiência dos Conselhos Gestores**. Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 47, n. 2, p. 357-378, mar./abr. 2013.

IBGE. **Cidades e Estados**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br>. Acesso em: 7 abr. 2021.

JESUS, Nadja Maria Amado de. **Difusão do conhecimento na política de colaboração implementada pelo Programa de Apoio à educação municipal em Itatim-Bahia**. 2020. Tese (Doutorado em Difusão de Conhecimento) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2020.

LAVALLE, Adrian Gurza; HOUTZAGER, Peter P.; CASTELLO, Graziela. **Representação política e organizações civis: novas instâncias de mediação e os desafios da legitimidade**. Revista Brasileira Ciência e Sociedade, São Paulo, v. 21, n. 60, p. 43-66, fev. 2006.

LIMA, Francisco Willams Campos. **O controle social no sistema municipal de ensino de Ananindeua – PA: desafios e possibilidades**. Belém, 2010. 215 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Pará.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de inclusão e governamentalidade. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, n.2, p. 153-169, mai/ago 2009.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. **A representação no interior das experiências de participação**. Lua Nova: Revista de Cultura e Política, São Paulo, n. 70, p. 139-170, 2007.

LUCK, Heloísa; FREITAS, Kátia Siqueira de; GIRLING, Robert; KEITH, Sherry. **A escola participativa e o trabalho do gestor escolar**. 10. ed. Rio de Janeiro: Cultural, 2011.

MACHADO, Roberto. **Foucault, a ciência e o saber**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no Governo Lula. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 15-23, jan.-jun./2007.

MARSHALL, James D. Michel Foucault: pesquisa educacional como problematização. In: PETERS, Michael A. e BESLEY, Tina (Org.). **Por que Foucault?** Novas diretrizes para a pesquisa em educação. Porto Alegre: Artmed, 2008.

MARTINS, Ângela Maria (Org.). **Estado da Arte: gestão, autonomia escolar e órgãos colegiados (2000/2008)**. Brasília: Liber; Niterói: Anpae, 2011.

MATOS, Claudio Silva. **Discursos sobre gestão democrática nos planos educacionais dos municípios do território de identidade sudoeste baiano**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2021.

MENDES, Denise Cristina Vitale Ramos. Representação política e participação: reflexões sobre o deficit democrático. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 143-153, jul./dez. 2007.

MENDONÇA, Erasto Fortes. **A Regra e o Jogo**: democracia e patrimonialismo na educação brasileira. Campinas: Unicamp, 2000.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XXII, n. 75, Agosto/2001.

MESSINA, Graciela. Estudio sobre el estado da arte de la investigacion acerca de la formación docente en los noventa. Organización de Estados IberoAmericanos para La Educación, La Ciência y La Cultura. In: **Reúñion de Consulta Técnica Sobre Investigación en Formación del Profesorado**. México, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MÓDULO. **Controle Social para Conselheiros**. Programa Nacional de Formação Continuada a Distâncias nas ações do FNDE. MEC/FNDE. Brasília 2010. 1º. edição atualizada.

MÓDULO. **Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB**. Programa Nacional de Formação Continuada a Distâncias nas ações do FNDE. MEC/FNDE. Brasília 2016. 2º. edição.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo a política de estado: Reflexões sobre a atual agenda educacional brasileira. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 115, p. 323-337, abr.-jun. 2011. Disponível em: Acesso em: 20 ago. 2021.

OLIVEIRA, Virgílio César da Silva e, PEREIRA, José Roberto; OLIVEIRA, Vânia A. R. de **Os conselhos gestores municipais como instrumentos da democracia deliberativa no Brasil**. Cadernos EBAPE.BR, Rio de Janeiro, v. 8, n. 3, p. 422-437, set 2010.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de Pesquisas Pós-críticas em Educação e Currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias de Pesquisas Pós-Críticas em Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza, 2014.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

PAZ, Adalberto Domingos da; LINO, Élide Maria Loureiro, PRETI, Oreste. **Formação pela escola**: Caderno de estudos do Curso Competências Básicas / Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. 5. ed. Brasília: FNDE, 2018.

PEREIRA, Sandra Márcia Campos. Gestão da Educação como Foco do Discurso da Qualidade da Educação. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, n.3, p.13-28, 2007.

PEREIRA, Sandra Marcia Campos; VIANA, Vanuza Ruas Freire; FERRAZ, Sintia Maria Gomes. Discursos em torno da gestão educacional sobre qualidade da educação. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 11, n. 18, p. 199-218, jan./abr. 2015.

POÇÕES. **Secretaria Municipal de Educação**. 2020.

REIS, João Bosco M. A Nova Matriz Econômica e a recessão econômica do governo Dilma Rousseff: erros e consequências sobre o nível de atividade econômica. In: VIII Congresso de Relaciones Internacionales, 2016, La Plata. **Congresos de Relaciones Internacionales. Anais [...]**. La Plata: Instituto de Relaciones Internacionales, 2016. v. VIII. p. 1-29.

REPENTE. Participação popular na construção do poder local. **Política pública como garantia de direitos**. n. 26 dez. 2006. Disponível em: <http://www.polis.org.br>. Acesso em: 25 mar. 2021.

REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. Tradução de Carlos Piovezani Filho e Nilton Milanez. São Carlos: Claraluz, 2005.

SANDER, Benno. Gestão educacional Concepções em disputa. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.3, n. 4, p. 69-80, jan./jun. 2009. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/102/291> . Acesso em: 12 jun. 2020.

SANTOS FILHO, João Ribeiro dos. **Limites e possibilidades do controle social: um estudo a partir do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb no município de Capitão Poço/PA**. Belém, 2012. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, Universidade Federal do Pará.

SCHEINVAR, Estela; ALGEBAILLE, Eveline. (Orgs.). **Conselhos participativos e escola**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise e casos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, Maria Abadia da. Prefácio. In: ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth de. **O princípio da gestão democrática na escola pública**. Brasília: Liber Livro; Faculdade de Educação/ Universidade de Brasília, 2012.

SILVA, Rose Cléia Ramos da. **O conselho de acompanhamento e controle social do Fundeb de Campo Verde-MT: conflitos e confluências**. Niterói, 2011. 221 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense.

SILVA, Rose Cléia Ramos da. O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb de Campo Verde-MT: conflitos e confluências. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 22, n. 48, p. 81-100, jan./abr. 2013.

SOARES, Magda Becker; MACIEL, Francisca Pereira. **Alfabetização no Brasil: o estado do conhecimento**. Disponível em: <http://www.mec.inep.gov.br>, 2000. Acesso em: 10 mar. 2021.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em revista**, v. 25, n. 3, p. 123-140, 2009.

SOUZA, Donaldo Bello de (Org.). **Mapa dos conselhos municipais de educação no Brasil: criação, implantação e funcionamento institucional e sociopolítico**. São Paulo: Edições Loyola, 2013a.

SOUZA, Donaldo Bello de . (Org.). **Conselhos municipais e controle social da educação: descentralização, participação e cidadania**. São Paulo: Xamã, 2008.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UMANN, Jorge Miguel Bonatto. **O controle social e público da gestão financeira da educação através dos Conselhos Municipais em Triunfo/RS: uma reflexão das ações governo e sociedade**. Porto Alegre, 2008. 167 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

VEIGA -Neto, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal: novos dispositivos, novas subjetividades. *In*: PORTOCARRERO, Vera; CASTELO BRANCO, Guilherme (orgs) **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: NAU, 2000.p.179-217.

VEIGA-NETO, Alfredo. Teoria e método em Michel Foucault (im)possibilidades. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 34, p. 83-94, set./dez. 2009.

VEIGA-NETO, Alfredo; RECH, Tatiana Luiza. Esquecer Foucault? **Pro-Posições**, v. 25, n. 2 (74), p. 67-82, maio/ago. 2014.

VIANA, Vanusa Ruas Freire. **Concepções e discursos em torno da gestão educacional no contexto do Plano de Ações Articuladas (PAR) no município de Belo Campo**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2015.

VIEIRA, E. A. (2001). **A política e as bases do direito educacional**. Cadernos Cedes, 21(55), 9-29.

VOSGERAU, D. S. A. R.; ROMANOWSKI, J.P. **Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas**. Revista Diálogo Educ., vol. 14, p. 165-189, jan/abr. Curitiba, 2014.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de entrevista semiestruturada para professor



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB PROGRAMA DE PESQUISA E
PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO – PPG

**CONTROLE SOCIAL DE RECURSOS EDUCACIONAIS: A AÇÃO DE ATORES SOCIAIS NO
PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE POÇÕES – BAHIA**

| |
|-------------------------------|
| DADOS DE IDENTIFICAÇÃO |
|-------------------------------|

| | |
|-----------------------------------|--|
| NOME | |
| FORMAÇÃO | |
| FUNÇÃO DE ATUAÇÃO | |
| TEMPO DE ATUAÇÃO NA FUNÇÃO | |

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA PROFESSOR

1. Como ocorreu seu envolvimento com o Programa Formação pela Escola (FPE)?
2. Como ocorreu a implementação do Programa Formação pela Escola em Poções? Qual o seu papel neste momento?
3. Quais desafios o Programa Formação pela Escola impõe aos participantes?
4. De que modo os cursos ofertados pelo Programa Formação pela Escola exercem influência em sua atuação como professor (a)?
5. Como o Programa Formação pela Escola contribui com a educação de poções?
6. Como tem sido a atuação da secretaria de educação na condução do Programa Formação pela Escola?
7. Como tem sido a atuação dos participantes do Programa Formação pela Escola na condução da gestão da educação no seu ambiente de trabalho?
8. Você considera que o Programa Formação pela Escola contribui com o Controle Social no campo educacional e de qual modo?
9. Na sua concepção, onde tem falhado a articulação do FPE caso este não tenha alcançado os resultados esperados de elevar o Controle Social na gestão educacional do município?
10. Considerações finais: perguntar ao entrevistado se há alguma informação adicional que gostaria de acrescentar em relação as questões abordadas no percurso da entrevista.

Apêndice B – Roteiro de entrevista semiestruturada para o diretor escolar



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB PROGRAMA DE PESQUISA E
PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO – PPG

CONTROLE SOCIAL DE RECURSOS EDUCACIONAIS: A AÇÃO DE ATORES SOCIAIS NO
PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE POÇÕES – BAHIA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

| | |
|----------------------------|--|
| NOME | |
| FORMAÇÃO | |
| FUNÇÃO DE ATUAÇÃO | |
| TEMPO DE ATUAÇÃO NA FUNÇÃO | |

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA O DIRETOR ESCOLAR

1. Como ocorreu seu envolvimento com o Programa Formação pela Escola (FPE)?
2. Como ocorreu a implementação do Programa Formação pela Escola em Poções? Qual o seu papel neste momento?
3. Quais desafios o Programa Formação pela Escola impõe aos participantes?
4. De que modo os cursos ofertados pelo Programa Formação pela Escola exercem influência em sua atuação como diretor (a) escolar?
5. Como o Programa Formação pela Escola influenciou a gestão da educação no município?
6. Como o programa Formação pela Escola contribui com a educação de Poções?
7. Como tem sido a atuação da secretaria de educação do município na condução do Programa Formação pela Escola?
8. Como tem sido a atuação dos participantes do Programa Formação pela Escola na condução da gestão da educação em seu ambiente de trabalho?
9. Você considera que o Programa Formação pela Escola contribui com o Controle Social no campo educacional e de qual modo?
10. Na sua concepção, onde tem falhado a articulação do FPE caso este não tenha alcançado os resultados esperados de elevar o Controle Social na gestão do município?
11. Considerações finais: perguntar ao entrevistado se há alguma informação adicional que gostaria de acrescentar em relação as questões abordadas no percurso da entrevista.

**Apêndice C – Roteiro de entrevista semiestruturada para o coordenador/técnico da
Secretaria Municipal de Educação**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB PROGRAMA DE PESQUISA E
PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO – PPG**

**CONTROLE SOCIAL DE RECURSOS EDUCACIONAIS: A AÇÃO DE ATORES SOCIAIS NO
PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE POÇÕES – BAHIA**

| |
|-------------------------------|
| DADOS DE IDENTIFICAÇÃO |
|-------------------------------|

| | |
|----------------------------|--|
| NOME | |
| FORMAÇÃO | |
| FUNÇÃO DE ATUAÇÃO | |
| TEMPO DE ATUAÇÃO NA FUNÇÃO | |

**ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA O COORDENADOR/TÉCNICO DA
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

1. Como ocorreu seu envolvimento com o Programa Formação pela Escola (FPE)?
2. Como ocorreu a implementação do Programa Formação pela Escola em Poções, teve parceria do PROAM? Qual o seu papel neste momento?
3. Se houve parceria do PROAM, como ocorreu todo o processo?
4. Qual a relação do FPE e o Plano de Ações Articuladas (PAR)?
5. Quais desafios o Programa Formação pela Escola impõe aos participantes?
6. De que modo os cursos ofertados pelo Programa Formação pela Escola exercem influência em sua atuação como coordenador?
7. Como o Programa Formação pela Escola influenciou a gestão da educação no município?
8. Como é a atuação da Secretaria Municipal de Educação frente ao Programa Formação pela Escola?
9. Quais condições a gestão municipal oferece para a participação no Programa Formação pela Escola?
10. Como o programa Formação pela Escola contribui com a educação de Poções?
11. Como tem sido a atuação dos participantes do Programa Formação pela Escola na condução da gestão da educação no município?
12. Você considera que o Programa Formação pela Escola contribui com o Controle Social no campo educacional e de qual modo?
13. Na sua concepção, onde tem falhado a articulação do FPE caso este não tenha alcançado os resultados esperados de elevar o Controle Social na gestão do município?

14. Considerações finais: perguntar ao entrevistado se há alguma informação adicional que gostaria de acrescentar em relação as questões abordadas no percurso da entrevista.

Apêndice D – Roteiro de entrevista semiestruturada para conselheiro(a) do Fundeb



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB PROGRAMA DE PESQUISA E
PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO – PPG

CONTROLE SOCIAL DE RECURSOS EDUCACIONAIS: A AÇÃO DE ATORES SOCIAIS NO
PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE POÇÕES – BAHIA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

| | |
|----------------------------|--|
| NOME | |
| FORMAÇÃO | |
| FUNÇÃO DE ATUAÇÃO | |
| TEMPO DE ATUAÇÃO NA FUNÇÃO | |

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA CONSELHEIRO (A) DO FUNDEB

1. Por que e como ocorreu sua adesão ao Programa Formação pela Escola (FPE)?
2. Como você atua no Programa Formação pela Escola em Poções?
3. Como os cursos ofertados pelo Programa Formação pela escola contribuem com a gestão da educação no município?
4. Como é a atuação da secretaria municipal de educação frente ao Programa Formação pela Escola?
5. Quais condições a gestão municipal oferece para a participação no Programa Formação pela Escola?
6. O Programa Formação pela Escola contribui com a educação de Poções?
7. Você considera que o Programa Formação pela Escola contribui com o Controle Social no campo educacional e de qual modo?
8. Na condição de presidente do Conselho do FUNDEB você consegue identificar se o Programa Formação pela escola contribui para melhoria da educação no município? Justifique.
09. Na sua concepção, onde tem falhado a articulação do FPE caso este não tenha alcançado os resultados esperados de elevar o Controle Social na gestão educacional do município?
10. Considerações finais: perguntar ao entrevistado se há alguma informação adicional que gostaria de acrescentar em relação as questões abordadas no percurso da entrevista.

Apêndice E – Roteiro de entrevista semiestruturada para o multiplicador regional do NTE 20 do programa Formação pela Escola



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO – PPG

CONTROLE SOCIAL DE RECURSOS EDUCACIONAIS: A AÇÃO DE ATORES SOCIAIS NO PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE POÇÕES – BAHIA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

| | |
|----------------------------|--|
| NOME | |
| FORMAÇÃO | |
| FUNÇÃO DE ATUAÇÃO | |
| TEMPO DE ATUAÇÃO NA FUNÇÃO | |

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA O MULTIPLICADOR REGIONAL DO NTE 20 DO PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA

1. Como ocorreu seu envolvimento com o Programa Formação pela Escola?
2. Por que o núcleo do NTE 20 aderiu ao Programa Formação pela Escola?
3. Como ocorreu a adesão e a implementação do Formação pela Escola no núcleo do NTE 20?
4. Qual a relação do FPE e o PROAM?
5. Qual a relação do FPE e o Plano de Ações Articuladas (PAR)?
6. Como é realizada a adesão dos participantes nos cursos?
7. Como o Programa Formação pela Escola influencia a atuação dos cidadãos no desenvolvimento da educação?
8. Como você conduz o Programa Formação pela Escola nos municípios?
9. Como o Programa Formação pela Escola contribui para a educação nos municípios?
10. Como tem sido a atuação dos participantes do Programa Formação pela Escola na condução da gestão da educação nos municípios que você coordena?
11. Você considera que o Programa Formação pela Escola contribui com o Controle Social no campo educacional e de qual modo??
12. Na sua concepção, onde tem falhado a articulação do FPE caso este não esteja alcançando os resultados esperados de elevar a participação social na gestão dos municípios?
13. Considerações finais: perguntar ao entrevistado se há alguma informação adicional que gostaria de acrescentar em relação as questões abordadas no percurso da entrevista.

Apêndice F – Roteiro de entrevista semiestruturada para o representante da Secretaria Estadual de Educação da Bahia



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO – PPG

CONTROLE SOCIAL DE RECURSOS EDUCACIONAIS: A AÇÃO DE ATORES SOCIAIS NO PROGRAMA FORMAÇÃO PELA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE POÇÕES – BAHIA

| |
|-------------------------------|
| DADOS DE IDENTIFICAÇÃO |
|-------------------------------|

| | |
|----------------------------|--|
| NOME | |
| FORMAÇÃO | |
| FUNÇÃO DE ATUAÇÃO | |
| TEMPO DE ATUAÇÃO NA FUNÇÃO | |

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA PARA A REPRESENTANTE DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DA BAHIA

- 1- Como você chega ao Proam e como se torna coordenadora do Programa Formação pela Escola?**
- 2. Como ocorre a adesão da secretaria de educação do estado da Bahia ao Programa Formação pela Escola e como é pactuado com os municípios?**
- 3. Você poderia contextualizar o Programa Formação pela Escola desde sua concepção até sua execução nos municípios, passando pelas mudanças sofridas ao longo de sua existência?**
- 4. Como ocorreu a adesão e implementação do programa Formação pela Escola no núcleo do NTE 20?**
- 5. Como ocorreu a funcionalidade do programa Formação pela Escola no período de 2017 a 2020?**
- 6- O Programa Formação pela Escola contribui com o controle social dos recursos da educação pelos atores participantes dos cursos oferecidos por este Programa?**

ANEXOS

Anexo A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante:

Como estudante do curso de Pós-graduação (Mestrado em Ensino) da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, estou realizando uma pesquisa **sob supervisão da Professora Doutora Sandra Márcia Campos Pereira**, intitulada Controle Social de Recursos Educacionais: a ação de atores sociais no Programa Formação pela Escola no município de Poções – Bahia, cujo objetivo é analisar como o Programa Formação pela Escola se constitui em instrumento de governamentalidade. Para tanto, pretendemos também investigar o procedimento de constituição do Programa Formação pela Escola no âmbito nacional e no município de Poções/Ba; Discutir a(s) lógica(s) que orienta o controle social na perspectiva teórica; Apresentar e discutir o modo como as formações para os atores participantes do Formação pela escola são ofertadas, acompanhadas e avaliadas; Analisar os discursos produzidos pelos textos legais (âmbito nacional e municipal) e pelos atores envolvidos no Formação pela Escola no município de Poções sobre este programa. Nesta perspectiva convido-o a fazer parte desta pesquisa. Sua participação envolve entrevista. A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo. A sua participação neste estudo não acarretará custos para você e não será disponibilizada nenhuma compensação financeira adicional pelas informações fornecidas. Na publicação dos resultados desta pesquisa, **sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).** Se em algum momento da pesquisa o sujeito se sentir identificado ou prejudicado, este poderá responsabilizar os responsáveis diretos pela pesquisa. Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do objeto de estudo e para a produção de conhecimento científico. Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pela **pesquisadora Jania Solidade Barauna Almeida, telefone: (77) 991280865 e por sua Orientadora Doutora Sandra Márcia Campos Pereira, telefone: (77) 999662347** ou ainda pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

Atenciosamente,

Jania Solidade Barauna Almeida

CPF: 96508604520

Poções – Bahia ____/____/____

Eu consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Assinatura do participante

Poções – Bahia ____/____